



RELATÓRIO DE GESTÃO

2022



Governança



Resolutividade



Integridade



Transparência

*“Fazer bem e depressa por
uma Justiça de Proximidade”*

APRESENTAÇÃO

*"Fazer bem e depressa por
uma Justiça de Proximidade"*

O ano de 2022 representou o retorno gradual das atividades presenciais no Poder Judiciário após o período agudo da pandemia debelado pelo advento da vacina. A ciência fez sua parte. A hora agora é de acelerarmos o passo no esforço de aprimoramento das instituições do Estado, entre as quais se insere o Judiciário maranhense, que, por meio do trabalho árduo e da determinação de seus magistrados (as) e servidores (as), tem aumentado ano após ano sua produtividade, batendo as principais metas nacionais com a entrega de uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

Muito já foi feito e muito ainda há por fazer para alcançarmos esse desiderato, mas não podemos deixar de reconhecer que estamos no caminho certo, melhorando “a olhos vistos”.

Pelo quarto ano consecutivo, e sempre avançando posições, recebemos mais um prêmio CNJ de qualidade, com destaque para os eixos **governança** e **transparência**, nos quais obtivemos a 2ª melhor pontuação entre os 27 tribunais de Justiça do país.

E calha frisar que **governança** e **transparência**, ao lado de **resolutividade** e **integridade**, foram exatamente os **quatro**

eixos temáticos formadores do acrônimo GRIT, definidos como norteadores das ações da nossa gestão desde o seu início.

Estando em curso a implementação de um amplo programa de *compliance*, reformas e construção de novas instalações, incluindo uma usina fotovoltaica, a reestruturação e elevação de comarcas, a equalização e revitalização da força de trabalho, a realização de dois concursos públicos, o incremento do quadro de assessores, residentes e estagiários; assim como investimentos crescentes na formação continuada de juízes e na capacitação permanente de servidores, somados à especialização dos órgãos fracionários do Tribunal e à conseqüente redução da dispersão jurisprudencial, à ampliação do parque tecnológico e finalização da empreitada de digitalização do acervo de processos; com a transformação digital dos serviços que prestamos à sociedade, muito brevemente também performaremos melhor nos eixos **resolutividade** e **integridade**, ampliando nossa capacidade operativa de solucionar conflitos em tempo razoável e em conformidade com as leis precedentes e a Constituição do país,

com ganhos reputacionais para a Instituição.

Um Poder Judiciário do nosso tempo, garantidor de direitos, mais humano, íntegro, plural, inclusivo, eficiente, sustentável, eficaz, presente e próximo da sociedade é uma obra em permanente construção, que podemos deixar aprimorada como legado para as futuras gerações. E tudo depende do que fizermos hoje, **bem e depressa**, com dedicação, foco, vontade de potência, espírito público e compromisso com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, tal como idealizada pelos constituintes de 1988.

Agradeço penhoradamente a todas e todos que, de algum modo, têm contribuído com a gestão e a consecução desses ideais. Sigamos juntos, combatendo “o bom combate.”

Aqui, neste Relatório anual, mostraremos um pouco do esforço empreendido neste primeiro ano de gestão, tudo organizado e distribuído a partir dos **quatro eixos temáticos**.

Obrigado pela atenção e oportunidade da leitura!



Des. Paulo Velten,
Presidente do TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PRESIDENTE

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira

1º Vice-Presidente

Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe

2º Vice-Presidente

Des. Marcelino Chaves Everton

Corregedor-Geral da Justiça

Des. José de Ribamar Froz Sobrinho

TRIBUNAL DO PLENO

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO

Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

Des. CLEONES CARVALHO CUNHA

Desa. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

Des. MARCELO CARVALHO SILVA

Desa. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

Des. JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO

Des. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Des. VICENTE DE PAULA GOMES DE CASTRO

Des. KLEBER COSTA CARVALHO

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

Des. RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE

Des. MARCELINO CHAVES EVERTON

Desa. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR

Des. JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO

Des. TYRONE JOSÉ SILVA

Des. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO

Des. JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS

Des. JOSEMAR LOPES SANTOS

Des. JOSÉ GONÇALO DE SOUSA FILHO

Des. ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Desa. MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA

Des. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM

Des. FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA

Des. RAIMUNDO MORAES BOGÉA

Des. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS

Desa. SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

Des. SEBASTIÃO JOAQUIM LIMA BONFIM

SUMÁRIO

	Governança	6
	Resolutividade	45
	Integridade	81
	Transparência	131





GOVERNANÇA

*"Fazer bem e depressa por
uma Justiça de Proximidade"*



PROGRAMA JUSTIÇA DE PROXIMIDADE

O Programa Justiça de Proximidade foi instituído pelo Judiciário maranhense para aprimorar, estruturar e atender às necessidades das comarcas do Estado, em conformidade com os quatro eixos da gestão do atual biênio do Tribunal de Justiça: governança, resolutividade, integridade e transparência. Visa, ainda, à aproximação entre a Presidência e os magistrados (as) e servidores (as) das comarcas do interior, diminuindo a distância física, trazendo-os mais para perto da alta gestão.

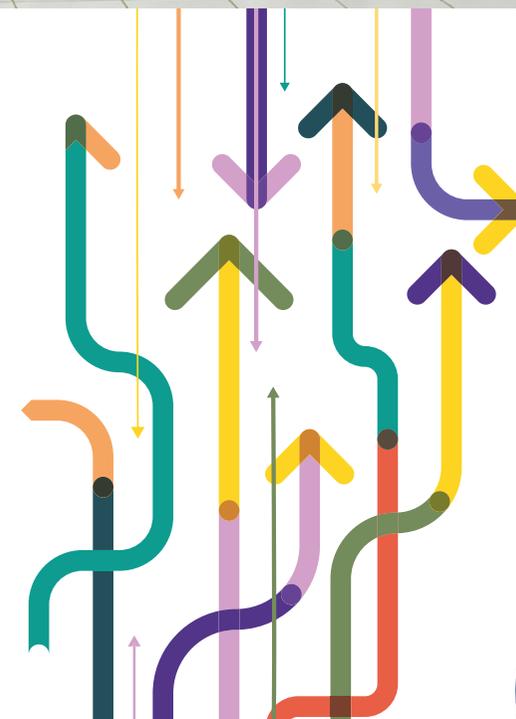


SERVIÇOS REALIZADOS

Projeto “Registro Cidadão”

Um dos principais projetos realizados a cada edição do Programa Justiça de Proximidade é o “Registro Cidadão”, que tem o objetivo de erradicar o sub-registro no Maranhão, sexto Estado do país com maior índice de sub-registro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, de 2017.

Serviços oferecidos: são ofertados à população serviços de registro de nascimento, registro



tardio de óbito e nascimento, emissão de segundas vias das certidões de nascimento, casamento e óbito e reconhecimento de paternidade.

Segurança Institucional

O projeto busca difundir medidas preventivas e ações protetivas de que podem se valer magistrados (as) e servidores (as) para sua segurança pessoal e no exercício das funções. A Diretoria de Segurança Institucional realiza a revisão em todos os sistemas de segurança, manutenção de câmeras de videomonitoramento, detectores de metal, prevenção de incêndios e atualização do “Plano de Segurança da Comarca”. Também é ministrada uma palestra para os servidores, visando promover a difusão da cultura de segurança.

Estrutura física

A Diretoria de Engenharia realiza serviços de manutenção predial como pintura externa e interna, substituição de piso, troca de lâmpadas e ares-condicionados, instalações de pontos lógicos e elétricos, conforme a necessidade do fórum. As ações desenvolvidas visam garantir a durabilidade dos prédios e conceder melhores condições de trabalho para magistrados e servidores, proporcionando conforto e bem-estar no ambiente de trabalho.



Gestão de Pessoas

A Diretoria de Recursos Humanos promove palestras para orientação dos (as) servidores (as) locais, tratando dos direitos e obrigações e trâmite dos procedimentos administrativos. São disponibilizados também atendimentos psicológicos, médicos e de enfermagem.

Tecnologia da Informação

A Diretoria de Informática trabalha no aprimoramento do parque tecnológico, com a troca de computadores; instalação de *webcams*, *scanners* e *nobreaks* novos; atualização dos *links* de internet; e instalação de *kits* de biometria para pessoas presas. É realizada a reorganização de *layout* das estações de trabalho, a padronização do Sistema Operacional, atualização de sistemas e verificação do antivírus. O objetivo é padronizar os equipamentos, as estações, os sistemas, reparar a rede lógica e recuperar os ativos.

Organização do espaço físico

A Diretoria Administrativa realiza a coleta de bens inservíveis e de processos para descarte e promove o aparelhamento dos fóruns com materiais de expediente e bens permanentes. Também é ministrada palestra abordando os seguintes temas: consumo consciente e sustentável, selo verde e como operacionalizar



pedidos e devoluções de bens e materiais no Sistema Materialis.

Planejamento Estratégico

A Assessoria de Gestão Estratégica (AGEM/TJMA) leva orientações com foco no Planejamento Estratégico do TJMA e no Prêmio CNJ de Qualidade 2023, mostrando aspectos da organização, metas, valores e a importância da certificação para o reconhecimento de um bom serviço prestado. Essas ações repercutem no trabalho das comarcas e no engajamento dos (as) servidores (as) para o atingimento das metas.

COMARCAS CONTEMPLADAS 2022



Primeira Edição

19 a 23/09



Segunda edição

24 a 28/10



Terceira edição

30/11 a 01/12



RESPONSABILIDADE FISCAL E FAZENDÁRIA

REAJUSTES E REPACTUAÇÕES CONTRATUAIS

- **Elaboração dos cálculos de reajuste** de 53 contratos administrativos, relativos à renovação de contratos, 18 repactuações de preços com base em convenção coletiva de trabalho dos contratos de serviços continuados.
- **Cumprimento das obrigações tributárias** acessórias do Poder Judiciário, relativas aos contratos com fornecedores e pessoas físicas, nas Unidades Gestoras do Tribunal, FERJ e FERC, na condição de contribuinte substituto, tais como: Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência - GFIP, DIM – Declaração de Informações Municipais, Declaração Anual de Imposto de Renda Retido na Fonte da Pessoa Física – DIRF.
- **Elaboração dos cálculos dos impostos** retidos na fonte em 1.380 processos de despesas, relativas às prestações de serviços de pessoas físicas e jurídicas, tais como Imposto de Renda, INSS e Imposto sobre Serviços – ISS.

- **Elaboração dos cálculos de atualização de custas e emolumentos**, bem como a contabilização para posterior devolução do valor requerido, devidamente atualizado, em 1.086 processos.
- **Elaboração de cálculos** referentes à aplicação de penalidade em firma fornecedora em 9 processos.
- Elaboração de portaria de **regulamentação das Retenções de Encargos Trabalhistas e Previdenciários** para as empresas prestadoras de serviços em regime de dedicação exclusiva (conta vinculada).

R\$ 576.496,47

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Inscrição de responsabilidades por valores não restituídos na Dívida Ativa Não Tributária do Estado. 82 inscrições, num montante total de R\$ 576.496,47, no período de janeiro a dezembro de 2022.





Folha de Pessoal 2022

Conversão de licença-prêmio em pecúnia

Pagamento de conversão da licença-prêmio em pecúnia a 2.961 servidores (as) efetivos (as), em 24/11/2022, totalizando **R\$ 41.452.783,77**, nos termos da RESOL-GP-1032022 e do EDT-GP-202022.

Adiantamento da 1ª parcela da gratificação natalina

Pagamento da 1ª parcela do 13º salário aos (às) magistrados (as) e servidores (as) do PJMA, na data de 13/06/2022, num total de **R\$ 28.584.981,80**.

Abono extraordinário do auxílio-alimentação

Pagamento de abono natalino (extraordinário) no valor do auxílio-alimentação aos (às) magistrados (as) e servidores (as) do PJMA, em 16/12/2022, totalizando **R\$ 8.949.000,00**.



Reajustes

Auxílio-saúde

a) Alteração dos percentuais do auxílio-saúde dos (as) magistrados (as) ativos (as) e inativos (as) por faixa etária, passando de 3,5% a 10% para os percentuais de 7% a 10%, com efeitos financeiros a partir de abril/2022 (Portaria-GP-2742022);

b) Alteração do auxílio-saúde dos (as) servidores (as) do valor fixo de R\$ 417,00 para valores por faixas etárias, com efeitos financeiros a partir de janeiro/2022, conforme Portaria-GP-7552021. A partir de 1º de novembro de 2022 houve reajuste dos valores limites das faixas etárias (Portaria-GP-10072022).

Auxílio-alimentação

a) Alteração do valor do auxílio-alimentação dos (as) magistrados (as) ativos (as) de R\$ 1.726,00 para R\$ 2.500,00, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022 (RESOL-GP-982021);

b) Alteração do valor do auxílio-alimentação dos (as) servidores (as), de R\$ 1.012,00 para R\$ 1.250,00, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022, (RESOL-GP-842021). A partir de 1º de novembro de 2022 foi concedido novo reajuste para o valor de R\$ 1.500,00 (RESOL-GP-1062022).

Demais pagamentos

A Coordenadoria de Pagamento realizou reajuste do adicional *pro labore* dos policiais militares da reserva remunerada, conforme Resolução-GP nº 47, de 29 de abril de 2022. Por meio da Lei Ordinária nº 11.649, de 17 de janeiro de 2022, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2022, foi concedido reajuste aos servidores (as) do PJMA, sendo ainda incorporados aos vencimentos os percentuais decorrentes das ações judiciais em face da Lei Estadual nº 8.970, de 19 de maio de 2009, concedidos por meio de decisões judiciais ou administrativas.

A Coordenadoria de Pagamento realizou reajustes dos adicionais de qualificação e insalubridade previstos, respectivamente, nos arts. 16, § 5º e 27 da Lei 11.690, de 11 de maio de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores (as) do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, conforme Resolução-GP nº 118, de 17 de novembro de 2022.

PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO

Por meio da RESOL-GP-1072021, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022, foi autorizado o pagamento da gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e acúmulo de acervo processual aos (às) magistrados (as) ativos (as), na forma instituída pela Lei Complementar Estadual nº 231, de 12 de maio de 2021, sendo pagos, no exercício de 2022, os seguintes valores:

MÊS/ANO 2022	QUANT.	VALOR (R\$)
janeiro	263	1.395.254,72
fevereiro	271	1.511.365,27
março	271	1.514.569,24
abril	284	1.531.172,97
maio	282	1.545.320,31
junho	289	1.526.993,40
julho	281	1.532.614,96
agosto	282	1.409.827,88
setembro	279	1.523.441,44
outubro	291	1.594.658,55
novembro	284	1.533.385,15
dezembro	312	1.585.881,97
Total (R\$)		18.204.485,86

PAGAMENTO DE CUSTEIO DE DILIGÊNCIAS

A Resolução GP nº 78, de 2 de agosto de 2022, alterou o recebimento da indenização de transporte para o cumprimento das ordens judiciais pelo oficial de justiça e pelo comissário da infância e juventude, revogando a Resolução nº 522019, que tinha fixado o valor mensal de R\$ 2.300,00. Com a nova resolução, em vigor a partir de 1º de setembro de 2022, passou a ser paga, antecipadamente, a parcela fixa de R\$ 800,00, acrescida do valor correspondente a 50 mandados cumpridos (R\$ 35,00 por mandado). O valor excedente aos 50 mandados é pago como acerto na folha subsequente. No exercício de 2022, a título de custeio de diligências, foram pagos os seguintes valores:

MÊS/ANO 2022	VALOR (R\$)
janeiro	1.395.254,72
fevereiro	1.511.365,27
março	1.514.569,24
abril	1.531.172,97
maio	1.545.320,31
junho	1.526.993,40
julho	1.532.614,96
agosto	1.409.827,88
setembro	1.523.441,44
outubro	1.594.658,55
novembro	1.533.385,15
dezembro	1.585.881,97
Total (R\$)	22.683.281,83

REALIZAÇÕES DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO 2022

Exitoso planejamento orçamentário que viabilizou elevado nível de execução orçamentária, possibilitando realizar:

Aproximadamente

R\$ 3,5 milhões

em capacitação de servidores (as) e magistrados (as)

2.425 servidores (as) capacitados(as)

Compensação de

273.458

atos gratuitos praticados pelos cartorários



R\$ 11,3 milhões

em investimentos na segurança institucional dos (as) magistrados (as) – volume recorde e seis vezes maior que nos anos anteriores

Pagamento de auxílio-alimentação extra em dezembro/2022

Implantação da 1ª etapa do novo Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos – PCCV: reajuste nos adicionais de qualificação e insalubridade

Indenização de 45 dias de licença-prêmio a todos os servidores (as) e magistrados (as) interessados (as)

Ampliação da Justiça de 2º Grau: implantação de novos gabinetes de desembargadores

Reajuste nos auxílios dos servidores (as)



20%

Auxílio-alimentação

12%

Auxílio-creche

16%

Auxílio-saúde

20%

Auxílio-bolsa

12,16%

Crescimento do orçamento geral sem precatórios



Elevação do volume de investimentos no percentual de 15,26% em relação à proposta anterior



6,9%

Despesas com pessoal

15%

Acréscimo de recursos para auxílios

R\$ 71,2 milhões

em investimentos, representando um crescimento de



65%

em relação ao ano anterior

Foram adquiridos equipamentos, veículos, móveis, além de melhorias na infraestrutura predial (44.825 m²), ampliação do parque tecnológico e virtualização processual

Elaboração da proposta orçamentária 2023

COMPARATIVO DA PROPOSTA 2023 X LOA 2022 POR CAT. ECON. E GRUPO DE DESPESA

EXERCÍCIO DE 2023				
Categoria Econômica e Grupo de Despesa	LOA 2022	PROP 2023	Variação Absoluta	Variação (%)
Despesas Correntes	1.654.770.655	1.904.215.804	249.445.149	15,07%
Pessoal e Encargos Sociais	1.108.236.730	1.185.292.000	77.055.270	6,95%
Outras Despesas Correntes - Exc. Benefícios, Auxílios e Precatórios	180.254.439	224.482.735	44.228.296	24,54%
Benefícios e Auxílios	165.056.486	189.351.069	24.294.583	14,72%
Precatórios	201.223.000	305.090.000	103.867.000	51,62%
Despesas de Capital	30.202.075	65.013.196	34.811.121	115,26%
Investimentos	30.202.075	65.013.196	34.811.121	115,26%
Inversões Financeiras	-	-	-	-
TOTAL S/ PRECATÓRIO	1.483.749.730	1.664.139.000	180.389.270	12,16%
TOTAL	1.684.972.730	1.969.229.000	284.256.270	16,87%

DETALHAMENTO DA PROPOSTA DE INVESTIMENTO

Especificação	Valor (R\$)
Ações Estratégicas	48.025.221
Obras de Reforma e Construção de Imóveis	12.500.525
Investimentos em TIC	31.656.986
Segurança e Proteção dos (as) magistrados (as)	3.867.710
Equipamentos de Informática	7.705.767
Equipamentos e Material Permanente	3.439.756
Obras diversas	900.000
Softwares	1.545.000
Mobiliário	2.997.452
Equipamentos Médicos e Odontológicos	400.000
TOTAL	65.013.196

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Criação de Protocolo de Segurança para enfrentamento à violência doméstica contra magistradas e servidoras do Poder Judiciário

Em cumprimento à Recomendação 102/2021 CNJ, a DSIGM editou o protocolo de segurança que inclui Diretriz Administrativa e Procedimento Operacional Padrão para enfrentamento à violência doméstica contra magistradas e servidoras, que balizou a atuação em casos dessa natureza no ano de 2022.

Elaboração e atualização de Procedimentos Operacionais Padrão e Diretrizes Administrativas

Atualização de protocolos que dispõem sobre a atuação padrão em ocorrências com bombas e outros artefatos explosivos; resgate de vítimas em elevadores; em princípio de incêndio; atuação de agentes de segurança e recepcionistas; orientação de segurança quando da visita a estabelecimentos penais e roteiro básico de segurança dos (as) servidores (as) para a realização de trabalho externo.

Quanto às diretrizes administrativas, atualizada a Diretriz de Recolhimento de Armas (INSTRAB-DSI 012022).

Cumprimento das ações da Matriz de Riscos

Cumprimento das ações mitigatórias do risco “atentado aos servidores (as) do TJMA como danos físicos aos (às) magistrados (as) e servidores (as) (ameaças, violência física) e dano patrimonial causado por eventos adversos”, com a aquisição de equipamentos, realização de treinamento e atualização dos protocolos.

Realização de ações de treinamento e capacitação constante

A Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar possui o Plano de Formação e Especialização de Agentes de Segurança, vigente para o biênio 2022-2024, aprovado pela Comissão Permanente de Segurança Institucional, conforme orientação da Resolução nº 435/2021, do Conselho Nacional de Justiça. A vigência do plano impõe pontuação ao TJMA no Selo CNJ de Qualidade que, nas últimas edições, apurou pontuação máxima para a segurança.

TREINAMENTOS

47 ações de treinamento pela Diretoria de Segurança Institucional, incluindo as ações



Equipamento de segurança adquiridos pela Diretoria de Segurança Institucional

do Projeto de Treinamentos Itinerantes e Difusão da Cultura de Segurança, acolhido pelo Programa Justiça de Proximidade, além de cursos em parceria com as forças policiais e outras capacitações do efetivo militar.

Curso de Hospitalidade no Poder Judiciário

Curso de atuação policial frente aos grupos vulneráveis

Ocorrido nos dias 24 e 25 de junho, o curso foi ministrado por Ledervan Cazé, com discussões acerca de procedimentos de abordagem no que toca à população LGBTQIA+, e grupos que por questões ligadas a gênero, idade, condição social e deficiência, são mais suscetíveis à violação de seus direitos.

11 turmas do treinamento de adaptação ao novo armamento institucional do TJMA

O objetivo é padronizar os procedimentos, o manuseio e a manutenção do armamento, com o apoio do Centro de Aperfeiçoamento Tático e Operacional da Polícia Federal (CATO/PF) e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP/ PMMA), sem custos para o TJMA.

Palestra sobre manuseio de armamento

Ministrada pelo agente da Polícia Federal, Leonardo Ramos, instrutor de tiro da Academia Nacional de Polícia, sem custos ao TJMA.

Palestra aos (às) servidores (as) e magistrados (as) no Projeto Difusão da Cultura de Segurança, acolhido pelo Programa Justiça de Proximidade.



Treinamento sobre manuseio de armamento ministrado por agente da Polícia Federal

TREINAMENTOS ITINERANTES NOS POLOS JUDICIAIS

Timon, Caxias, Codó, Bacabal, Porto Franco, Carolina, Imperatriz, João Lisboa, Santa Inês, São Mateus, Santa Helena, Pinheiro, Turiaçu, Humberto de Campos, Bequimão, Vitória do Mearim, Viana, Anajatuba, Itapecuru-Mirim, Passagem Franca, Mirador e Paraibano.





TREINAMENTOS ITINERANTES NAS UNIDADES DO POLO DE SÃO LUÍS

Unidades em São Luís e Região Metropolitana:

Centro Administrativo - São Luís, TJ prédio-sede, Central de Inquéritos, 13º JECRC - Maracanã, 5º JECRC - UFMA, 9º JECRC, 1º Juizado de Ribamar, Fórum de São José de Ribamar, Vara da Mulher - São José de Ribamar, 2º JECRC - São José de Ribamar e Paço do Lumiar.



Execução do projeto estratégico do Centro Integrado de Segurança Institucional do Poder Judiciário

O Centro Integrado de Segurança Institucional do Poder Judiciário – CISIPJ – amplia a unidade de monitoramento da segurança eletrônica, com acesso por meio de biometria, controle de permanência e outras soluções tecnológicas integradas e coordenadas.

O projeto está na sua terceira e última fase, com entrega das obras no subsolo do Fórum Des. Sarney Costa prevista para o mês de março/2023.



Boletim Informativo da Segurança Institucional

As ações realizadas foram divulgadas por meio de Boletim nos grupos de magistrados (as) e publicados no *hotsite* da DSIGM (<https://www.tjma.jus.br/hotsite/dsi>), no portal do TJMA, ampliando os canais de comunicação para veicular dicas de segurança e demais serviços de utilidade voltados à segurança.

Aquisições

Os empenhos realizados via Fundo Especial de Segurança de magistrados (as) (Funseg), ao longo do exercício de 2022, são da ordem de **R\$ 12.089.344,31**.

Uniformes

Foram recebidos 2.400 itens que estão sendo

Catracas e cancelas

Aquisição de 10 catracas e 4 cancelas a serem utilizadas no sistema de controle de acesso



distribuídos aos militares, para a montagem do cinto de guarnição completo, com algemas, bastão, porta bastão, porta algema, coldres e cinto tático. A ação integra meta do Programa de Estratégia de Segurança que consiste em “Padronizar o efetivo da Segurança Institucional com uniforme, equipamento e armamento”.

Armamento institucional

O armamento institucional do TJMA tem previsão na Portaria-GP 7372020, que estabeleceu o Quadro de Dotação de Armamento e demais produtos controlados, a serem adquiridos como uma das medidas de segurança elencadas no rol do art. 14 da Resolução CNJ nº 435/2021, que trata da Política e do Sistema Nacional de Segurança.

NORMATIVOS DE SEGURANÇA EDITADOS

Resolução-GP 70/2022 - Regulamenta a expedição das carteiras funcionais digitais de magistrados (as) e servidores (as), detalhando-se a emissão da carteira nos serviços *on-line* do RH e conferindo à DSIgM a atribuição de assessorar a Diretoria de Recursos Humanos em matéria de segurança quanto a este documento.

Resolução-GP 115/2022 – Dispõe sobre a política de controle de acesso, alinhando-a à Resolução 425/2021 do CNJ, que trata da Política Nacional Judicial de atenção à pessoa em situação de rua.

Resolução-GP 117/2022 - Autoriza os (as) magistrados (as) de 1º Grau a receberem Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) lavrado por policiais e bombeiros militares, além de policiais rodoviários federais.

METAS GERAIS DA DSIgM

Plano de Logística Sustentável

A DSIgM, colaborando com as ações da sustentabilidade, cumpriu em 100% a meta constante do Plano de Logística Sustentável – PLS – do TJMA, implantando o sistema de cadastro de visitantes “Acessus” nas 6 maiores comarcas do Estado, onde existem recepcionistas, repercutindo em redução significativa de papel usado na expedição de etiquetas de visitantes e emissão de certidões de comparecimento às unidades. Com base nos atendimentos feitos pelo Sistema Acessus, estima-se que foram economizadas 50.246 unidades de folhas de papel A4.


151

ações de reforço da segurança institucional ao cumprimento de mandados judiciais e 187 nas sessões do Tribunal do Júri no Fórum desembargador Sarney Costa

304

atendimentos ligados à Divisão de Inteligência

924

armas recolhidas pela Divisão de Proteção ao Magistrado

1.108

armas de fogo encaminhadas ao Exército para destruição

1.818

armas brancas/de fabricação artesanal destruídas diretamente na Siderúgica Viena (Resolução-GP 382021)

142

vitorias ligadas à prevenção e combate a incêndios

97

atendimentos realizados pela Supervisão de Prevenção e Combate a Incêndios

217

atendimentos ligados à Supervisão de Segurança Eletrônica, incluindo vitorias e atendimento remoto

FUNDO DE APARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO

Foram mais de 70 novas atualizações realizadas no Sistema do Portal do Selo Eletrônico, e existem cerca de 30 atualizações em fase final de implementação. Além disso, destaca-se a atualização do Sistema SIAFERJ-WEB, Portal da Transparência do FERJ, criação do *Web Mobile* da Diretoria, implementação do atendimento digital, criação da plataforma de treinamento *on-line* do Curso de Custas Judiciais, entre outros. Além disso, existem cerca de 40 ações para fins de automação da arrecadação no SIAFERJ-WEB, totalizando 140 ações de aprimoramento dos sistemas do FERJ.

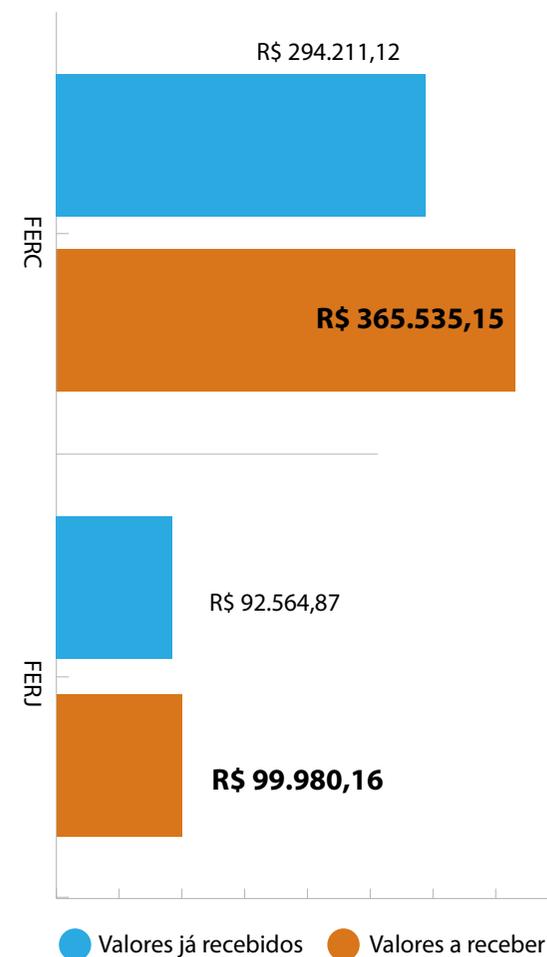
Gestão de fiscalização

- **Serventias fiscalizadas** até 31/12/2022: 49
- **Processos decorrentes** de fiscalização: 165
- **Varas/comarcas visitadas** (Projeto Recuperação de Receitas): 14
- **Varas/comarcas a visitar** (Projeto Recuperação de Receitas): 17
- **Inscrito na dívida:** R\$ 76.882,95
- **Fiscalização judicial:** 359 processos
- **Atos analisados** para fins de concessão de gratuidade: 83.930 atos

140 AÇÕES DE AUTOMAÇÃO DISTRIBUIDAS DOS SISTEMAS DO FERJ



VALORES APURADOS FISCALIZAÇÃO 2022





AÇÕES CONCLUÍDAS

- **Suporte à PGE** na Declaração de Inconstitucionalidade da Lei 13.986/2020.
- **Reestruturação da Prestação de Contas** dos Interinos.

AÇÕES EM ANDAMENTO

- **Aprimoramento da Fiscalização dos Cartórios.**
- **Atualização da Lei de Custas e Emolumentos.**
- **Recuperação de Receitas com Custas.**
- **Regularização de Imóveis.**

AÇÕES A EXECUTAR

- **Implantação das Boas Práticas** nas unidades extrajudiciais e jurisdicionais.



GESTÃO DE PESSOAS

- Realização de pesquisa de clima organizacional;
- Realização de recadastramento funcional (Portaria-GP Nº 695);
- Realização do “I Passeio Ciclístico do Judiciário Maranhense”, ação realizada na Semana do Servidor e da Servidora;
- Realização da Semana do Servidor e da Servidora do PJMA – 2022;
- Participação nas atividades do Programa Justiça de Proximidade;
- Campanha de arrecadação de materiais de higiene, brinquedos e alimentos para a Casa de Apoio da Fundação Antônio Dino, com entrega no dia 19/12/2022.

DIREITOS E REGISTROS

- Solicitação de aprimoramento do Sistema Mentorh para aperfeiçoamento do controle do ressarcimento das cessões;
- Aperfeiçoamento do fluxo de processos que tratam do controle e monitoramento das cessões de servidores (as) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;



I Passeio Ciclístico do Judiciário Maranhense



Palestra sobre assédio durante Semana do Servidor e da Servidora



Atividades da Semana do Servidor e Servidora em Bacabal

- Implementação do trâmite de processamento das manifestações de servidores (as) em processos administrativos, facilitando a análise dos autos, proporcionando maior celeridade à tramitação do processo.

DIREITOS E DEVERES

- Atualização da Cartilha do Servidor;
- Realização de novas parcerias para o Programa de Descontos e Vantagens. Atualmente são 122 empresas parceiras;
- Processamento dos pedidos de assistência pré-escolar, estabelecida por meio da Resolução-GP-282022. No primeiro mês de vigência do benefício foram tratados 982 pedidos;
- Processamento dos pedidos de conversão em pecúnia de até 45 dias de licença-prêmio por assiduidade não gozada, por período aquisitivo (quinquênio), conforme a Resolução-GP-1032022. A Divisão de Direitos e Deveres efetuou o levantamento de 1.428 servidores (as), sendo analisados no total 3.149 pedidos gerados automaticamente pelo sistema;

- Implementação de módulo de substituição no Mentorh, criado pela empresa OSM, para possibilitar o pagamento de substituição de maneira automática.

CADASTRO FUNCIONAL

- Atualização cadastral dos servidores (as) do Tribunal de Justiça por meio do recadastramento anual;
- Desenvolvimento de Projeto de Digitalização das pastas funcionais de todos os documentos contidos no dossiê funcional de magistrados (as) e servidores (as), armazenando em um sistema próprio de gestão de arquivo;
- Realização de força-tarefa para regularização dos dados de servidores (as) que estão divergentes dos apresentados à Receita Federal, com vistas a sanar as pendências no E-social e manter um controle atualizado de todas as informações referentes junto à Receita Federal;
- Fase inicial de implantação do assentamento funcional digital;



**Participação nas atividades no Programa
Justiça de Proximidade em Itapecuru-Mirim**

ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

- Mapeamento das competências na Diretoria de Segurança Institucional, Coordenadoria da Infância e Juventude e Coordenadoria da Mulher;
- Elaboração de relatório de competências do 1º Grau (maiores pesos e baixos indicadores de avaliação) para embasamento do planejamento de treinamentos da ESMAM;
- Elaboração de minuta da nova resolução sobre o auxílio-bolsa.

Avaliação de Desempenho

- Reformulação do Programa Meritus, com edição de nova resolução (Resolução-GP Nº 120/2022) e lançamento do edital da 4ª edição do programa (Edital nº 34/2022);
- Revisão do Adicional de Qualificação, regulamentado pela Resolução nº 37/2014, e definição da relação entre áreas de conhecimento e capacitação;
- Proposta de novo modelo de avaliação de desempenho, objetivando instrumentalizar o(a) gestor(a) na gestão de desempenho dos seus servidores e servidoras, estimulando práticas gerenciais baseadas no diálogo, identificando potencialidades ou déficits e alinhamento dessas informações para subsídio das ações de desenvolvimento.

Seleção e Movimentação de pessoas

- Apoio à realização do Concurso da Magistratura para juízas e juizes substitutos;
- Convocação de 247 servidores (as) do Concurso Público de Ingresso de Servidores (as) do Poder Judiciário – Edital nº 3/2019, em vigência;
- Realização de 8 concursos de remoção de servidores (as) efetivos (as), totalizando 20 remoções;
- Encaminhamento de 184 estagiárias e estagiários dos cursos de Direito, Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Serviço Social para cumprimento de estágio obrigatório curricular;
- Encaminhamento de 46 estagiárias e estagiários nível médio do curso de Técnico em Serviços Jurídicos para cumprimento de estágio obrigatório curricular;
- Realização de processo seletivo para residentes e estagiárias e estagiários de nível médio, graduação e pós-graduação, nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Ciências da Computação, Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia ou Gestão Ambiental, Biblioteconomia, Comunicação Social e História.

- Alteração da resolução do estágio (Resolução 79/2022);
- Acompanhamento do Programa Voluntários da Justiça (RESOL-GP-41/2020).



Juiz auxiliar Márcio Brandão durante atividades da Semana do Servidor e Servidora no Fórum de Caxias



Ginástica laboral + Tai Chi Chuan + Automassagem



Atividades de fisioterapia voltadas para tratamento de dor, relaxamento, drenagem linfática e reflexologia



Palestra "Sentido da vida e saúde mental"



Palestra "Prevenção do câncer de mama"

CARREIRA

4.961

Avaliações
Abertas

2361

Avaliações
Homologadas

2.700

Progressões

456

Promoções

4

Estabilidades

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

458

Concessões de Adicional
de Qualificação

234

em Ações de
Treinamento

84

Graduações

217

Especializações

13

Mestrados



Prática de ioga durante ação “Bem-estar no Judiciário”



Bioimpedância e orientação nutricional



Relaxamento terapêutico e massagem relaxante

GESTÃO ADMINISTRATIVA

1) PROJETO – Aprimoramento dos processos de contratação do TJMA e redução de gastos com transporte

1ª AÇÃO – CENTRAL DO GESTOR/FISCAL DE CONTRATOS

Implementação da central de apoio e assessoramento a todas as diretorias e demais setores que demandam a contratação de terceiros para o exercício de suas atividades.



RESULTADO: A criação da Central do Gestor/Fiscal de Contratos conferiu maior celeridade processual, evitando que o processo tramitasse e, ao final, tivesse que retornar ao setor requisitante para promover as adequações necessárias, causando demora e retrabalho aos setores envolvidos no procedimento. Possibilitou também a diminuição de erros cometidos na fase de planejamento da contratação, garantindo contratações mais eficientes em qualidade e menor preço.

2ª AÇÃO – GERENCIAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

A Diretoria Administrativa passou a atuar de forma pró-ativa, gerenciando os processos de contratação, com identificação dos que estavam parados há mais tempo, identificando os gargalos e corrigindo as falhas na tramitação processual. Houve a categorização dos processos de acordo com o nível de prioridade, de acordo com as orientações da Gestão, dos recursos orçamentários e prazos de vigência próximos a expirar e o nível de necessidade da demanda.

RESULTADO: maior celeridade na conclusão dos procedimentos de contratação e atendimento das ações prioritárias do TJMA.

3ª AÇÃO – AUMENTO DO NÚMERO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ÀS CONTRATADAS E TRANSPARÊNCIA DAS DECISÕES

É de competência da Diretoria Administrativa conduzir os processos administrativos de aplicação de penalidade em face das empresas contratadas, que atrasam ou não cumprem com as obrigações contratuais.

A Diretoria Administrativa passou a orientar os(as) gestores(as)/fiscais em como proceder

para abertura dos processos de aplicação de penalidade e a sugerir as sanções em conformidade com a gravidade e com os prejuízos causados ao Tribunal. Iniciou-se também a divulgação no site do TJMA do nome das empresas penalizadas e as respectivas sanções. Ao longo do ano de 2022 foram abertos 37 processos de aplicação de penalidade, que resultaram em 21 sanções, conforme enumerase abaixo:

10

Advertências

9

Multas = R\$ 203.707,09

12

Suspensões temporárias do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública

2

Rescisões contratuais



RESULTADO: melhoria na qualidade e eficiência no atendimento das demandas do Tribunal.

4ª AÇÃO – REDUÇÃO DE GASTOS COM TRANSPORTE

Estudo de viabilidade técnica e econômica para a utilização dos serviços “Taxi-Gov” no intuito de diminuir a quantidade de veículos da frota, reduzir o consumo de combustíveis e manutenção dos veículos com a locação de veículos e de terceirização de motoristas.

O QUE É TAXI-GOV – É o serviço de transporte de servidores (as) e colaboradores (as) da instituição em deslocamentos a trabalho com o uso de táxis e motoristas de aplicativo, como Uber e 99. O objetivo é melhorar a oferta de serviços de transporte administrativo ao servidor, com economia, transparência de gastos públicos e eficiência, por meio do uso da tecnologia.

RESULTADO – Abertura do Processo nº 57236/2022 – TJMA, visando à contratação direta da empresa MAPA – Maranhão Parcerias para Gerenciamento da Atividade Meio de Mobilidade Urbana, a qual apresentou o menor valor para o TJMA.

5ª AÇÃO – IMPLANTAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

Em conjunto com a Coordenadoria de Material e Patrimônio foi regulamentada e implantada a dispensa eletrônica no TJMA, um dos primeiros órgãos estaduais a utilizar a ferramenta. O QUE É – A *Dispensa Eletrônica* é um sistema criado para as contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação, baseadas no artigo 75 da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Com a implantação da Dispensa Eletrônica, realizada por meio de sistema desenvolvido pelo Governo Federal, podem participar empresas interessadas de todo o país. A implantação do processo eletrônico proporciona impessoalidade, transparência, aumento da competitividade e, por conseguinte, economicidade.

6 dispensas eletrônicas já realizadas.

33,69% de economia



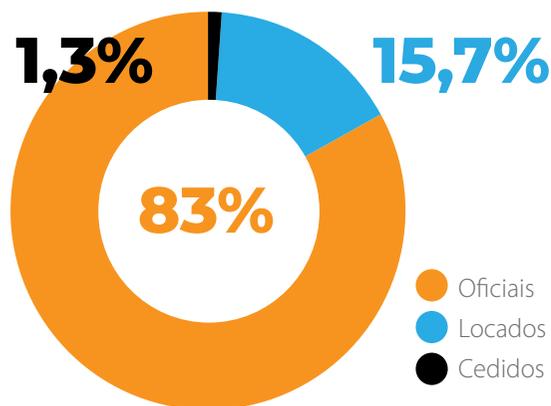
APOIO ADMINISTRATIVO

Contratos sob a fiscalização da Coordenação – 6 contratos

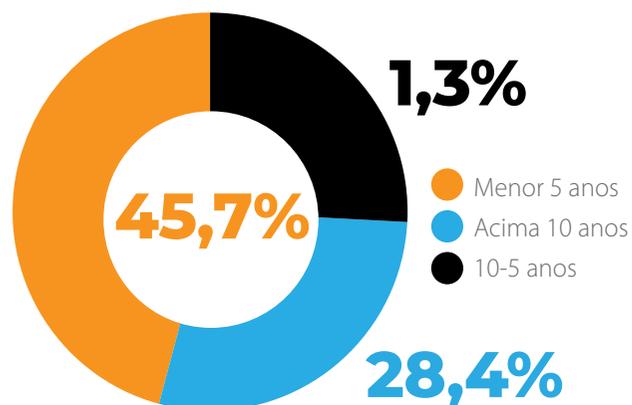
- Empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA (mão de obra terceirizada);
- Empresa W. B. RIPARDO & CIA LTDA-ME (ar-condicionado);
- Empresa I. P. DE SOUZA SAÚDE AMBIENTAL EIRELI (dedetização);
- Empresa ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS – ME (dedetização);
- Empresa I. P. DE SOUZA SAÚDE AMBIENTAL EIRELI (dedetização);
- Empresa R. R. MARAGUAS LTDA. – EPP (carro-pipa);

TRANSPORTES

O PJMA possui uma frota com 169 veículos, distribuídos nos diversos setores da Justiça de 1º e 2º Grau, conforme gráfico abaixo:



Em relação ao tempo de uso, a frota do TJMA possui 54,3% dos veículos em utilização acima de 5 anos, conforme gráfico:



AÇÃO – RENOVAÇÃO DA FROTA

A pedido da Divisão de Transportes, foram realizados os seguintes processos licitatórios para aquisição de veículos tipo:

a) caminhonete, van e furgão: processo em fase de formalização do contrato para aquisição de 22 caminhonetes e 2 vans de passageiros;

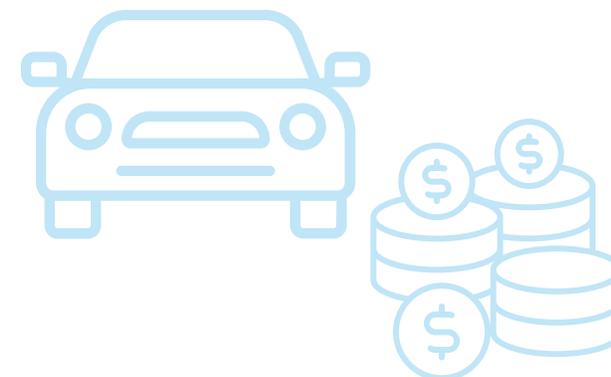
b) sedan médio híbrido para a ampliação da frota de veículos oficiais, com vistas a atender às demandas de criação de novas vagas de desembargadores e desembargadoras;

c) ônibus adaptado para a Coordenadoria de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Encontra-se em formalização contratual para a aquisição de 1 ônibus adaptado.

RESULTADO: aquisições de veículos mais econômicos e com melhores critérios de sustentabilidade, com redução de gasto com combustível e com os serviços de manutenção dos veículos.

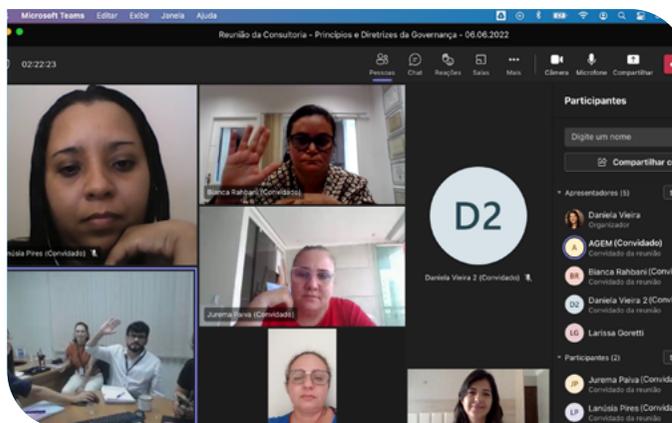
Em decorrência da aquisição dos veículos, a Divisão de Transporte do TJMA já planejou para o ano de 2023 efetuar leilão para a alienação dos veículos com maior tempo de uso, alto consumo de combustível e de manutenção.

RESULTADO PLS: foi realizado controle no contrato de abastecimento, bem como na gestão dos veículos de modo a atingir as metas do Plano de Logística Sustentável (PLS), referente ao Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), com meta de 8.2 km/l cumprida.



GESTÃO ESTRATÉGICA

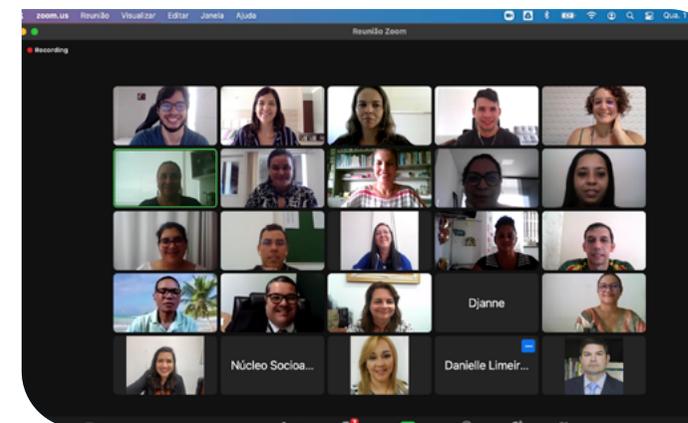
- Elaboração do Plano de Ação para alcance da Meta Nacional nº 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário 2022; em parceria com o ToadaLab, para implantação de solução tecnológica no 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (unidade piloto).
- Ações para viabilizar o cumprimento dos critérios relativos ao Prêmio CNJ de Qualidade 2022:
 - elaboração e acompanhamento dos relatórios de boas práticas, cursos e projetos de curso de setores do TJMA, conforme Portaria CNJ 170/2022;
 - reestruturação do Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão;
 - implantação de 2 Núcleos de Justiça 4.0: Empréstimo Consignado e Saúde Pública;
 - estruturação do Núcleo de Apoio à Vítima de Crimes e Atos Infracionais;
 - apoio na instalação de 2 Centros de Apoio à Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAVs), em São Luís e Balsas;



Reunião com empresa para consultoria sobre governança



Reunião com servidores (as) para acompanhamento de metas



Curso "Implementando a governança no setor público"



Plano de Ação do Poder Judiciário do Maranhão

- viabilização da contratação de arquivista para a implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-arq pela Coordenadoria de Gestão Documental;
- auxílio na reestruturação do Núcleo de Justiça Restaurativa em São Luís e instalação de espaços de Justiça Restaurativa na Comarca de Vitorino Freire.

- Estruturação do Núcleo de Gestão de Processos Institucionais (NGPI) e definição da metodologia de Gestão de Processos do PJMA.

- Atualização do Organograma do PJMA.



Equipes da AGEM, CEAV e o reitor da Universidade Federal do Maranhão, Natalino Salgado, durante inauguração do CEAV São Luís



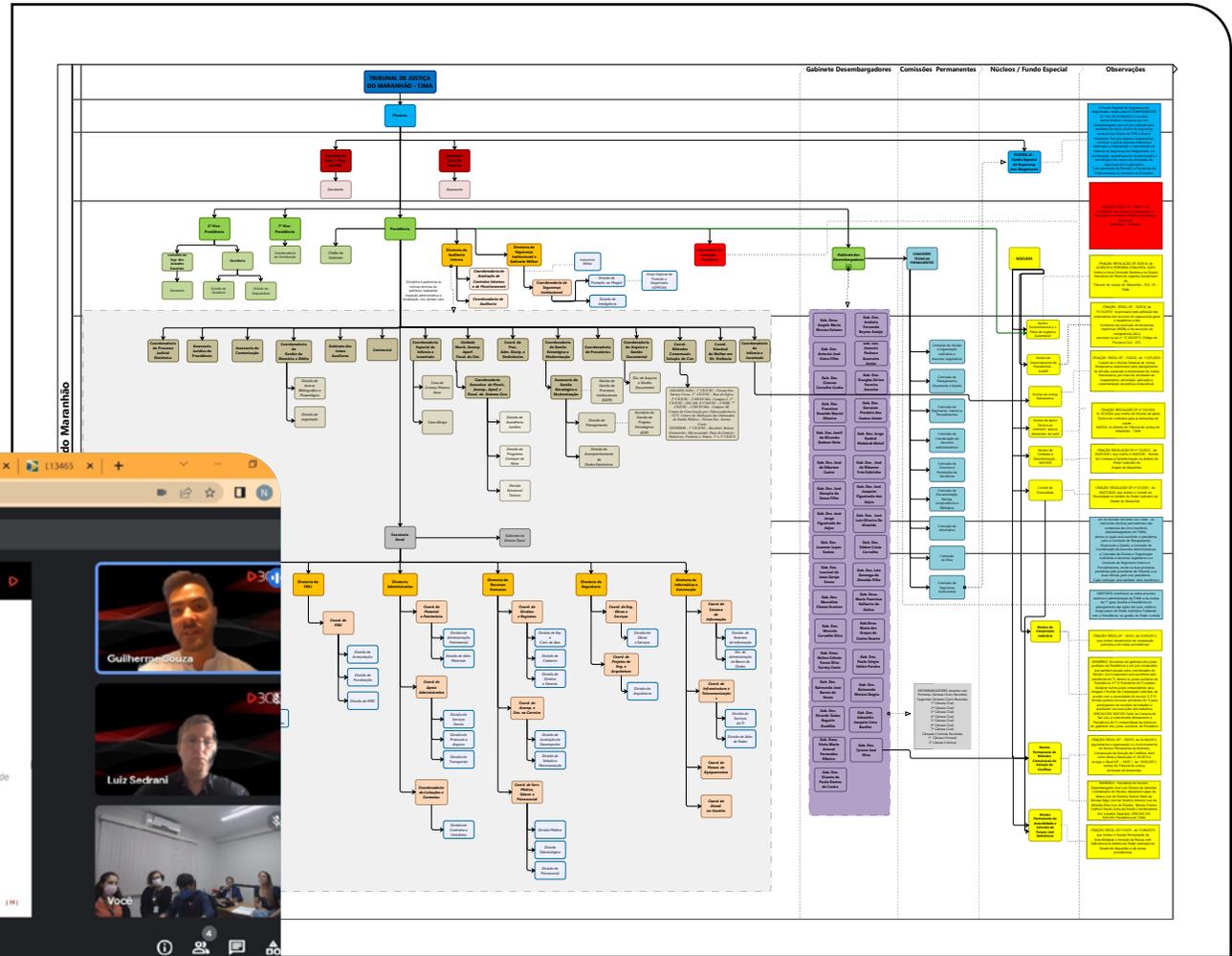
Inauguração CEAV São Luís



Círculo restaurativo São Luís



Centro Integrado de Juventude e Núcleo de Justiça Restaurativa em São Luís



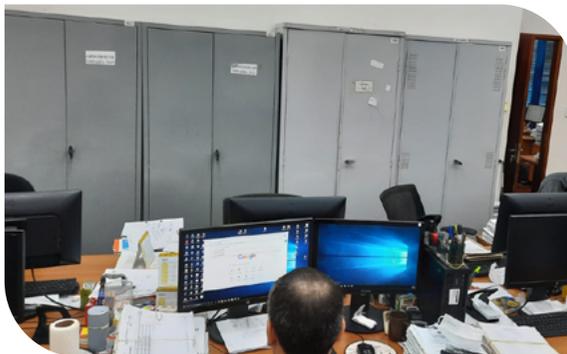
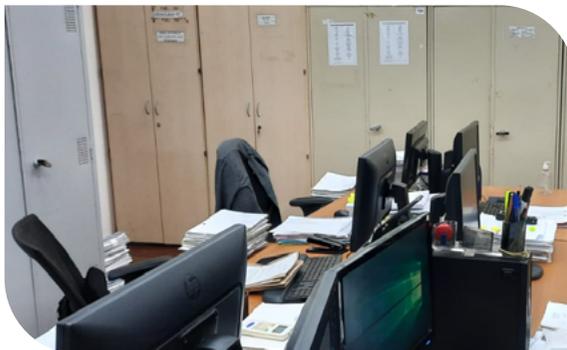
Reunião com consultor da empresa 3GEN

Organograma TJMA Julho - 2022

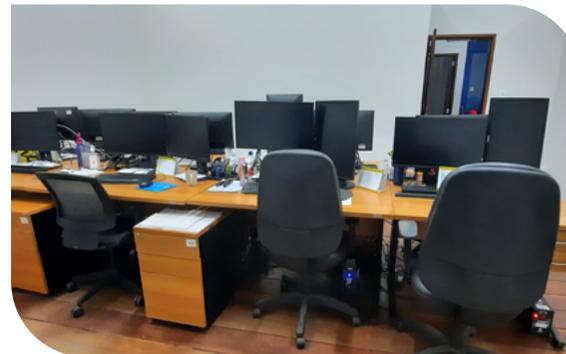
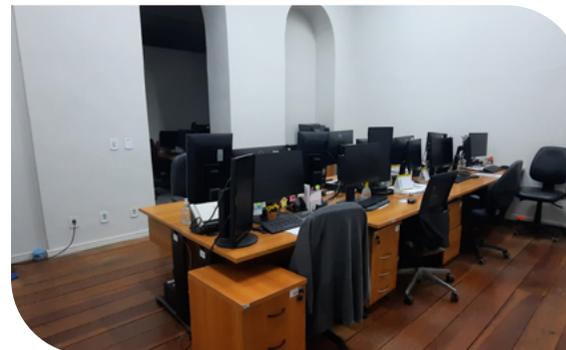
GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Readequação da estrutura
física do setor

ANTES



DEPOIS



Digitalização de todo o acervo de precatórios ativos de aproximadamente 16 mil processos, até o fim de outubro de 2022, em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após inspeção realizada em novembro de 2021.

Cadastro de perfis e emissão de certificados digitais para todos (as) os (as) servidores (as) para utilização do PJe.

Implantação do novo Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE)

Implementação do Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE), após acordo de cooperação técnica com o TJDFT. O desenvolvimento do Sistema foi viabilizado junto à Diretoria de Informática – TJMA com realização de inúmeros testes para homologação de três módulos:

- Módulo I – Envio de requisições de precatórios;
- Módulo II – Triagem;
- Módulo III – Assinatura de requisição e autuação do precatório no PJe.
- O Sistema será finalizado com os módulos de cálculo e pagamento.



Digitalização de todo o acervo de precatórios ativos

GESTÃO JUDICIÁRIA

Gestão da Unidade de Trabalho

Mudança da Diretoria Judiciária e a maior parte de suas unidades para o prédio anexo ao TJMA (Basa), adotando, na organização do espaço de trabalho, a tendência de “Open Space”.

Benefícios:

- **Valoriza a** colaboração e a integração entre as equipes;
- **Proporciona sensação** mais democrática;
- **Fluxo de** trabalho mais dinâmico;
- **Renova a** aparência física do ambiente;
- **Melhor aproveitamento** do espaço;
- **Permite um** amplo contato visual com todas as equipes;
- **As unidades** transmitem o conceito de transparência em suas atividades;
- **Liderança se** mostra mais acessível.



152 Servidores (as)
e colaboradores (as)



Postos de
trabalhos

93
no BASA

31
no prédio-sede



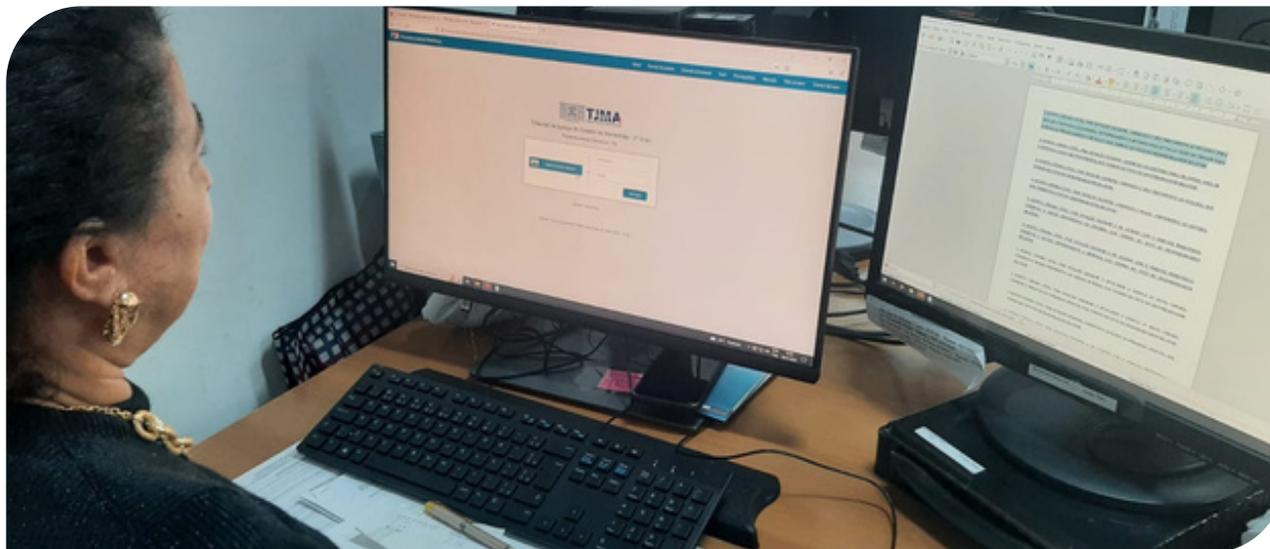
Servidores (as) da Diretoria Judiciária nas novas instalações da diretoria

Gestão da Tecnologia

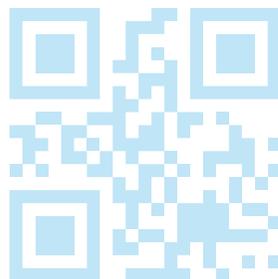
A parceria com a Diretoria de Informática e Automação (DIA) permitiu estabelecer métodos para sanear o acervo de processos. Foram executados vários procedimentos de verificação de inconsistências, em sua maioria, nos Sistemas PJe e Themis SG.

Além dos resultados esperados com a ação de saneamento, foram implementadas várias soluções na área de tecnologia:

- Criação do **Painel de Gestão Judiciária;**
- Melhorias nos relatórios disponibilizados no *site* do Jurisconsult;
- Correção de **fluxos e tarefas** no Sistema PJe;
- **Criação de** fluxo do processo e os procedimentos a serem seguidos nas várias etapas para a execução da virtualização dos processos físicos para o Sistema PJe.



Servidora da Diretoria Judiciária utiliza o Sistema PJe



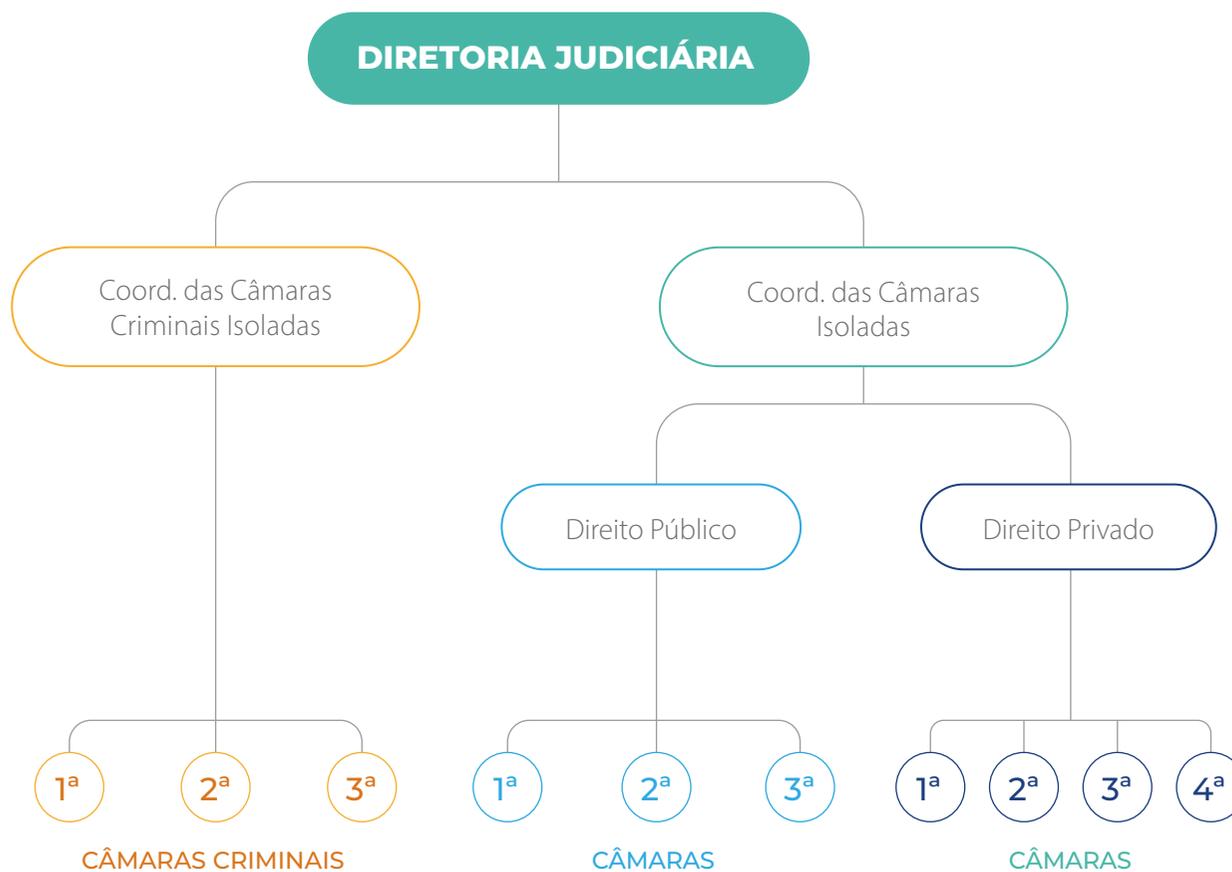
- **Disponibilização de QR CODE, como alternativa sustentável,** aos advogados e advogadas, no curso da sessão de julgamento, para consulta das pautas, evitando o desperdício de papel e em cumprimento do Plano de Logística Sustentável - PLS.

Implementação da Coordenadoria Modelo

Modelo foi implementado nas Câmaras Criminais e Cíveis Isoladas.

- **Foram adotadas** medidas para diminuir o tempo de tramitação dos processos localizados nas coordenadorias, atentos à qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados e de acordo com as normas vigentes.
- **Uniformização das** tarefas e rotinas de trabalho, com destaque na excelência e agilidade dos atos praticados.
- **Maior integração** das equipes, com intuito de dar maior transparência nos serviços oferecidos, incentivando o compromisso do servidor com a qualidade e agilidade nos processos de sua responsabilidade.
- **Maior aproximação** com as unidades de 1º Grau, visando diminuir o tempo em que os processos permanecem naquelas unidades em diligência.

COORDENADORIA MODELO PADRONIZAÇÃO



- **Uniformização dos documentos** utilizados nos atos processuais, adotando, rigorosamente, os procedimentos previstos em leis.

- **Distribuição das tarefas por dígitos**

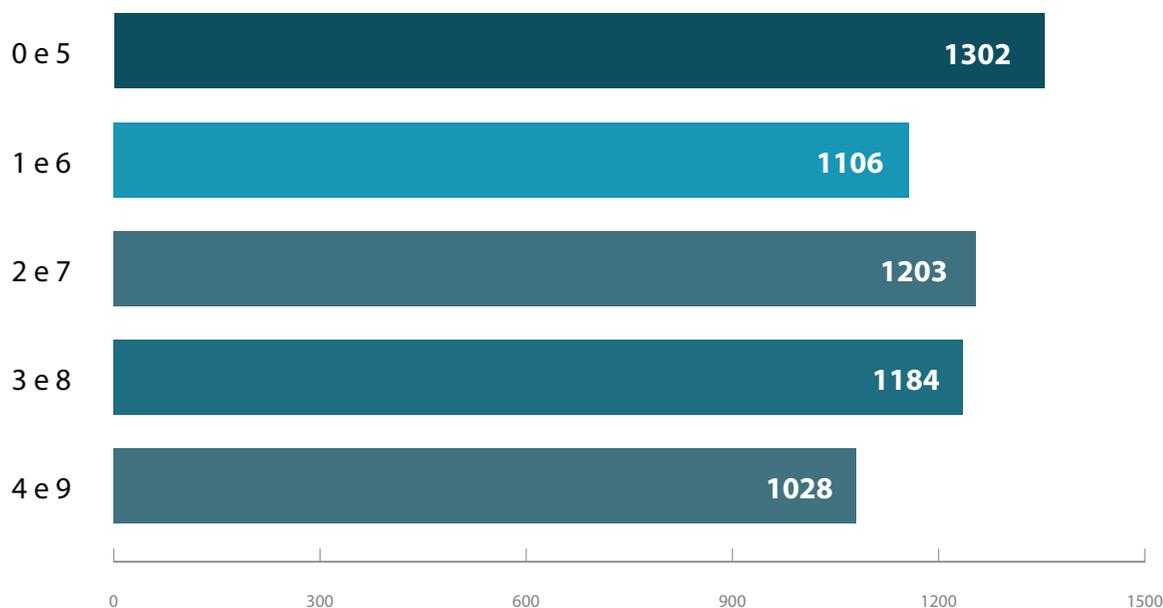
(referente à numeração dos processos), facilitando a organização do trabalho do(a) servidor(a) que passou a acompanhar os processos desde o seu início até a sua baixa, com a divisão específica de responsabilidades, tornando a gestão mais prática e ágil.

- **Plano de ação para acompanhamento e cobrança dos processos em diligência**

no 1º Grau, com ênfase naqueles sem retorno há mais de 90 dias, resultando na diminuição do número de processos estagnados aguardando providências.

SERVIDOR/DÍGITO			
CÂMARA	NOME	DescDÍGITO	QUANTIDADE
1ª Câmara Cível	Servidor A	0 e 5	1302
1ª Câmara Cível	Servidor B	1 e 6	1106
1ª Câmara Cível	Servidor C	2 e 7	1203
1ª Câmara Cível	Servidor D	3 e 8	1184
1ª Câmara Cível	Servidor E	4 e 9	1028
Total			5823

GRUPO DE DÍGITO/PROCESSO





Reunião com secretários e secretárias de câmaras



Central de Digitalização e Migração do 2º Grau

ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL

EIXO ESTRATÉGICO 3: APERFEIÇOAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

Ação: ELIMINAÇÃO DE PROCESSOS/DOCUMENTOS NOS TERMOS DO PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL

UNIDADE	TOTAL	PESO em kg	N. EDITAIS
DIVISÃO DE ARQUIVO DO FÓRUM	21825	6401	7
DIVISÃO DE ARQUIVO CGJ	13671	4009	6
COORD. ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL	37061	10871	12
COMARCAS INTERIOR *	175547	51844	65
TOTAIS	248104	72767	80

** REALIZADOS SOB SUPERVISÃO DA COORDENADORIA DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL*



EIXO ESTRATÉGICO 4: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RECOLHIMENTO, CUSTÓDIA E PRESERVAÇÃO

Ação: TRATAMENTO EM ACERVOS PRIORITÁRIOS – ACERVO HISTÓRICO

RECOLHIMENTO AO ACERVO	Comarca de Pastos Bons		5678
HIGIENIZAÇÃO, TRIAGEM, ARRANJO E IDENTIFICAÇÃO	Comarca de Viana – Fundo Ouvidoria	75	3653
Comarca de Viana – Fundo Tribunal da Relação	1408		
Comarca de Viana – Fundo Superior Tribunal de Justiça	941		
Comarca de Viana – Fundo Corte de Apelação	75		
Comarca de Viana – Fundo Tribunal de Apelação	124		
Comarca de Viana – Fundo Tribunal de Justiça	141		
Comarca de Viana – Fundo Códices	889		
Comarca de Colinas - cíveis	(fase 1)	4510	
Comarca de Loreto		311	
TOTAL: 14152			

Ação: DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO E IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL - RDC-Arq

DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO (por total de imagens) Comarca de Viana – Fundo Tribunal da Relação – Volume 1 – Tomo 2 Comarca de Loreto – Volume 2 Comarca de Guimarães – Volume 3 Cartório do 2º Ofício de São Luís Cartório do 1º Ofício Registro de Imóveis de São Luís	Comarca de Viana – Fundo Ouvidoria – Volume 1 – Tomo 1	75	6729
	1408		
		12653	
		27548	
		40980	
		40	
INDEXAÇÃO E SUBMISSÃO DE PACOTES AO RDC-Arq (por total de imagens)	Comarca de Viana – Fundo Ouvidoria Geral		6729
	Comarca de Viana – Fundo Tribunal da Relação	18646	
	Comarca de Loreto – Fundo Tribunal da Relação	2451	
PREPARAÇÃO DE PACOTES PARA SUBMISSÃO AO RDC-Arq (por total de imagens)	Comarca de Viana – Fundo Ouvidoria Geral		6729
	Comarca de Loreto	12653	

Fonte: Relatório Gerencial – Seção do Arquivo Permanente / CAGD

EIXO ESTRATÉGICO 5: APERFEIÇOAR E INOVAR O ACESSO E A DIFUSÃO DO ACERVO

Ação: REFORMULAÇÃO E AMPLIAÇÃO NA PRODUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS	Comarca de Viana	75	1483
Comarca de Viana – Fundo Tribunal da Relação – Volume 1 – Tomo 2	– Fundo Ouvidoria – Volume 1 – Tomo 1	1408	
Comarca de Loreto – Volume 2		311	
Comarca de Guimarães – Volume 3		700	

TOTAL: 2494

Fonte: Relatório Gerencial – Seção do Arquivo Permanente / CAGD

RECEBIMENTO E PROCESSAMENTO TÉCNICO DO ACERVO ADMINISTRATIVO

DOCUMENTOS RECEBIDOS E PROCESSADOS – ANO 2022

RECEBIDOS	Em nº de documentos/processos	11837
PROCESSAMENTO TÉCNICO	Em nº de caixas	831
Dossiês funcionais		321
Processos administrativos		123

PROCESSAMENTO TÉCNICO POR CLIENTE – ANO 2022

Unidade	Quantidade caixas	Quantidade volumes/processos
Recursos Constitucionais	36	141
Câmaras Cíveis Isoladas	52	130
Coordenadoria de Contabilidade	169	9248
Diretoria de Engenharia	2	5
Câmaras Criminais Isoladas	9	32
Câmaras Reunidas	17	128
Coordenadoria de Precatórios	12	102
Divisão de Cadastro	317	894
Divisão de Seleção e Movimentação	13	104
Sindicância	11	26
Coordenadoria de Finanças	162	806
Coordenadoria de Protocolo, Cadastro e Autuação	20	174
Divisão de Protocolo Administrativo	11	47
TOTAL	831	11837

Fonte: Divisão de Arquivo e Gestão Documental



RECEBIMENTO E PROCESSAMENTO TÉCNICO DO ACERVO JUDICIAL

DOCUMENTOS RECEBIDOS E PROCESSADOS – ANO 2022

RECEBIDOS E PROCESSADOS	Em nº de processos	5453
	Em nº de caixas	1975

Fonte: Divisão de Arquivo e Gestão Documental

EMPRÉSTIMO E DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS EMPRESTADOS – 2022

EMPRESTADOS 2022	Documentos administrativos	123
	Processos judiciais	275
	Dossiês funcionais	198

Fonte: Sistema DIGIDOC / Divisão de Arquivo e Gestão Documental

DOCUMENTOS EMPRESTADOS – 2022

DEVOLUÇÕES 2022	Documentos/processos/dossiês funcionais	389
-----------------	---	-----



RESOLUTIVIDADE

*"Fazer bem e depressa por
uma Justiça de Proximidade"*

TJMA EM NÚMEROS

O TJMA superou todas as metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça para o segmento da Justiça Estadual, o que demonstra o incremento significativo da efetividade e qualidade da prestação jurisdicional entregue pelo Judiciário maranhense.

	METAS NACIONAIS		% DE CUMPRIMENTO DO TJMA 2022
1	<i>Julgar mais processos que os distribuídos</i>		105,06%
2	<i>Julgar processos mais antigos</i>		1º Grau: 103,93% 2º Grau: 121,80% T. Recursal e Juizados: 110,98%
3	<i>Estimular a conciliação</i>		184,45%
4	<i>Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais</i>		110,82%
5	<i>Reduzir a taxa de congestionamento</i>		111,75%
8	<i>Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres</i>		170,98%
9	<i>Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário</i>		140%
10	<i>Implementar, durante o ano de 2022, as ações* do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do Tribunal.</i>		155,37%
11	<i>Identificar e julgar até 31/12/2022, no 1º Grau, 80% e, no 2º Grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020 nas respectivas instâncias</i>		1º Grau: 103,26% 2º Grau: não houve processos na meta.
12	<i>Impulsionar os processos de ações ambientais</i>		170,68%

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Reconhecimento anual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos Tribunais pela:



Qualidade da gestão administrativa e judiciária



Produção de dados estatísticos



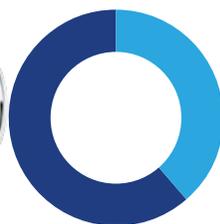
Transparência das informações sobre sua atuação

Sendo segmentado em quatro eixos avaliativos: Governança; Produtividade; Transparência; Dados e Tecnologia.

Certificação Prata

2º lugar

nos eixos Governança e Transparência entre os 27 Tribunais de Justiça



63,29%

da pontuação geral

GPJ Gratificação por Produtividade Judiciária

Cumprimento das metas de produtividade



78,76%
Área judicial

93,55%
Área administrativa

RESUMO DO DESEMPENHO - ÁREA ADMINISTRATIVA

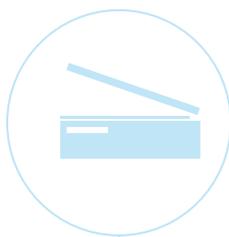
Área	Unidades vencedoras		Unidades não vencedoras		Total de unidades
	Em geral	Em percentual	Em geral	Em percentual	
Tribunal de Justiça	80	95,24%	4	4,76%	84
Corregedoria Geral da Justiça	11	78,57%	3	21,43%	14
Escola Superior da Magistratura	1	100,00%	0	0,00%	1
Fórum de São Luís	10	90,91%	1	9,09%	11
Fóruns do Interior 14	100,00%	0	0,00%	14	2
Total	116	93,55%	8	6,45%	124

RESUMO DO DESEMPENHO - ÁREA JUDICIAL

Instância	Unidades vencedoras		Unidades não vencedoras		Total de unidades
	Em geral	Em percentual	Em geral	Em percentual	
Varas	187	76,95%	56	23,05%	243
Juizados Especiais	34	100,00%	0	0,00%	34
Turmas Recursais	9	100,00%	0	0,00%	9
Segundo Grau	31	81,58%	7	18,42%	38
**Outras unidades	31	67,39%	15	32,61%	46
*Tribunal de Justiça	1	50,00%	1	50,00%	2
Total	293	78,76%	79	21,24%	372

**Refere-se à Assessoria Jurídica da Presidência e ao Gabinete da Vice-Presidência, que possuem 2 metas, sendo 1 judicial e 1 administrativa. **Incluem-se CEJUSCe, NUPEMEC, Secretarias Judiciais de Distribuição, entre outros.*

PJMA
DIGITAL



MIGRAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS

1º Grau

2019 **27.766**

2020 **75.376**

2021 **119.363**

2022 **141.157**

*Total de processos migrados
até dezembro de 2022*

363.662 = 91,32%

Fonte: Termojuris

*Processos virtualizados
passam a tramitar em
ambiente eletrônico, com
acesso pela internet.*

MIGRAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS

2º Grau

2021 **12.231**

2022 **5.228**

*Total de processos migrados
até dezembro de 2022*

17.459 = 98,3%

de todo o acervo físico

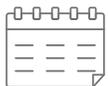
134

Pendentes em 31/12/2022

Fonte: Themis SG

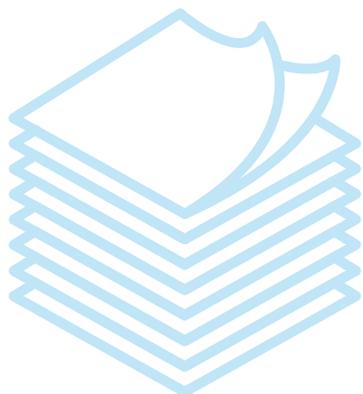


Processos Administrativos no TJMA



Em 1.1.2022

Em 31.12.2022



19.831

Processos



9.316

Processos



54.403

Processos solucionados
durante 2022



ASSESSORIA JURÍDICA

Movimentações/Decisões
Processuais

6.676
Processos Judiciais

5.012
Processos Administrativos

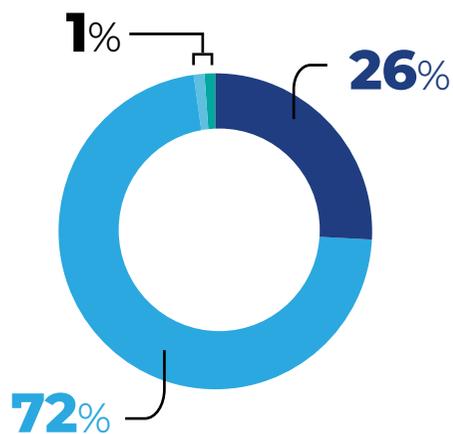


11.688

**TOTAL DE
MOVIMENTAÇÕES/
DECISÕES**

GESTÃO DE FINANÇAS

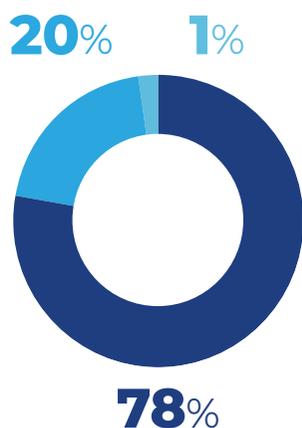
DOS EXPEDIENTES DA DIRETORIA FINANCEIRA



Atendimento Processual	Quant.
Menos de 1 dia	3063
Até 1 dia	1131
Até 2 dias	29
Até 3 dias	13
Até 4 dias	12
De 5 dias pra frente	36
TOTAL	4284

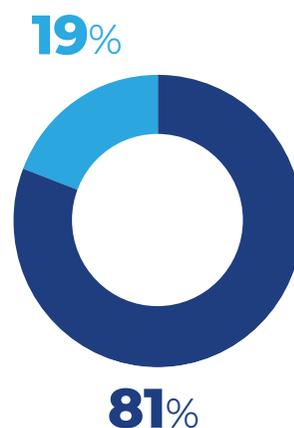
DEMANDA PER CAPITA E ATENDIMENTO PROCESSUAL DIGIDOC PELAS UNIDADES VINCULADAS

Coord. Contabilidade



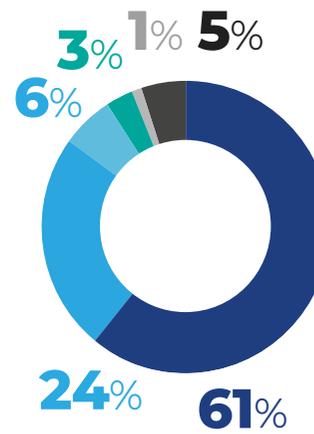
Atendimento Processual	Quant.
Menos 1 dia	13859

Coord. Finanças



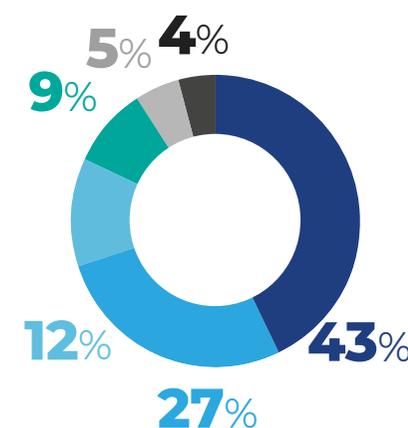
Atendimento Processual	Quant.
Menos 1 dia	16018

Coord. Orçamento



Atendimento Processual	Quant.
Menos de 1 dia	6478

Coord. Pagamento e Div. Folha



Atendimento Processual	Quant.
Menos de 1 dia	12198

Atendimento Processual	Quant.
Até 1 dia	3540
Até 2 dias	434
Até 3 dias	39
Até 4 dias	6
De 5 dias pra frente	15
TOTAL	17893

Atendimento Processual	Quant.
Até 1 dia	3792
Até 2 dias	61
Até 3 dias	1
Até 4 dias	1
De 5 dias pra frente	1
TOTAL	19874

Atendimento Processual	Quant.
Até 1 dia	2550
Até 2 dias	629
Até 3 dias	295
Até 4 dias	134
De 5 dias pra frente	600
TOTAL	10686

Atendimento Processual	Quant.
Até 1 dia	7556
Até 2 dias	2523
Até 3 dias	1532
Até 4 dias	1200
De 5 dias pra frente	3555
TOTAL	28564

Fonte: Relatório DIGIDOC Mov. Processos, 2022.

DESTAQUES DA EXECUÇÃO FINANCEIRA 2022

BENEFÍCIOS IMPLANTADOS



20%

Reajuste
do auxílio-
alimentação



16%

Reajuste do
auxílio-saúde



12%

Reajuste do
auxílio-creche



Reajuste do
adicional de
qualificação

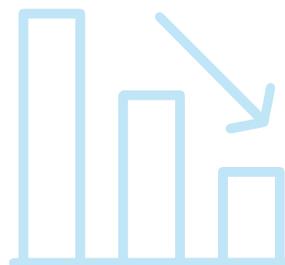
Reajuste do
adicional de
insalubridade

Conversão de
licença-prêmio
em pecúnia

Auxílio-
alimentação
natalino

OUTROS DESTAQUES

- **Redução no pagamento de encargos** (multa e juros), decorrente de faturas e notas fiscais em atraso.
- **Eficiência da gestão tributária** de contratos e convênios, contribuindo desta forma para a arrecadação estadual.
- **Monitoração e operacionalização** da CONTA VINCULADA, em cumprimento à Resolução n° 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça.



AÇÕES PROGRAMADAS DO SEGUNDO SEMESTRE 2022

AÇÕES	QUANDO EXECUTAR	STATUS
Acompanhamento da execução financeira	Até 18.12.2022	EXECUTADO
Emissão de empenhos e ordens de pagamento em todas as unidades gestoras do Poder Judiciário	Até 18.12.2022	EXECUTADO
Elaboração da portaria de encerramento de exercício	Setembro/2022	EXECUTADO
Anulação de saldos de empenhos não utilizados no exercício	Até 18.12.2022	EXECUTADO
Inscrição de empenhos em restos a pagar	Até 18.12.2022	EXECUTADO
Transferência da arrecadação dos fundos	Até 18.12.2022	EXECUTADO
Anulação de despesas certificadas não utilizadas no exercício	Até 18.12.2022	EXECUTADO
Alinhamento das fontes de recursos com os correspondentes financeiros	Outubro/2022	EXECUTADO

Fonte: Planejamento Atividades da Coord. Finanças, 2022.

ACERCA DO ORÇAMENTO 2022

- **A entrega de uma prestação jurisdicional célere** e com qualidade, capaz de suprir a crescente demanda dos jurisdicionados, exige recursos orçamentários e financeiros em valores adequados e suficientes para fazer frente às necessidades do Tribunal de Justiça. É nesse contexto que se pauta a elaboração e a execução do orçamento no Judiciário maranhense, realizadas sem medir esforços para garantir a contemplação de despesas relativas à manutenção e expansão da atual estrutura administrativa e judicial, à capacitação de recursos humanos e aos investimentos previstos para aquisição de equipamentos e material permanente, em infraestrutura física e em tecnologia da informação e comunicação.

- **As atividades** desenvolvidas estão sempre balizadas pelos preceitos legais vigentes, em especial o art. 99 da Constituição Federal, a Lei nº 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000). Os instrumentos orçamentários são compatibilizados com as diretrizes, objetivos, metas e prioridades do

PLANO PLURIANUAL

para o período de 2020-2023 e o Planejamento Estratégico, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente, que resultaram nos principais destaques da execução orçamentária no exercício financeiro 2022.

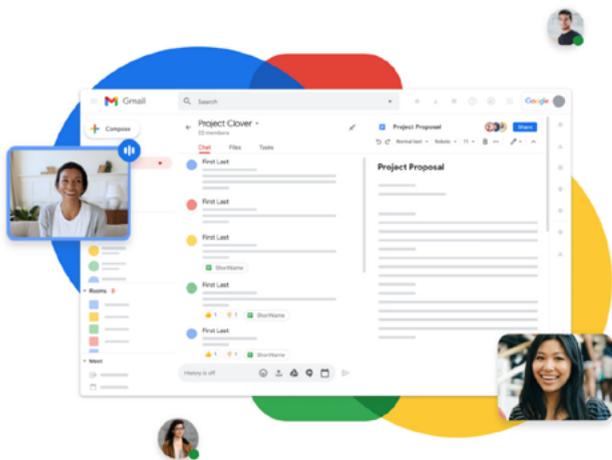
Execução Orçamentária de 100% do orçamento previsto da fonte do tesouro, nas unidades orçamentárias do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça. **Há de se destacar a importância desse resultado diante das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021, que exigiu a readequação de toda a orientação da rotina interna de execução dos gastos.**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022

GRUPO	2022			
	VALOR PREVISTO	VALOR EMPENHADO	%	
GERAL	PESSOAL	1.187.721.432,91	1.187.719.351,00	100%
	CUSTEIO	405.373.376,48	354.490.238,32	87%
	INVESTIMENTOS	114.612.462,00	71.260.428,31	62%
	INVERSÕES FINANCEIRAS			
	PRECATÓRIOS	704.925.599,57	549.498.061,56	78%
	TOTAL	2.412.632.870,96	2.162.968.079,19	90%
TJMA	PESSOAL	1.187.721.432,91	1.187.719.351,00	100%
	CUSTEIO	212.970.272,48	212.861.382,87	100%
	INVERSÕES FINANCEIRAS			
	INVESTIMENTOS	24.319.330,00	24.015.212,20	99%
TOTAL	1.425.011.035,39	1.424.595.946,07	100%	
CGJ	CUSTEIO	26.092.770,00	26.048.429,06	100%
	TOTAL	26.092.770,00	26.048.429,06	100%
FERJ	CUSTEIO	151.911.801,00	104.743.850,72	69%
	INVESTIMENTOS	76.912.086,00	36.797.024,50	48%
	TOTAL	228.823.887,00	141.540.875,22	62%
FESMAM	CUSTEIO	1.643.034,00	954.191,24	58%
	TOTAL	1.643.034,00	954.191,24	58%
FERC	CUSTEIO	9.495.000,00	8.241.231,73	87%
	TOTAL	9.495.000,00	8.241.231,73	87%
FUNSEG	CUSTEIO	3.260.499,00	1.641.152,70	50%
	INVESTIMENTOS	13.381.046,00	10.448.191,61	78%
	TOTAL	16.641.545,00	12.089.344,31	73%

Fonte: Programação Orçamentária, Coord. Orçamento TJMA, 2022.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Implantação da plataforma de produtividade e e-mail na “nuvem” - Google Workspace

O TJMA implantou a plataforma *Google Workspace* nos meses de maio e junho. Houve a migração de mais de 7.000 contas do e-mail Zimbra para o *Gmail* e a disponibilização de todas as demais ferramentas aos servidores(as), magistrados(as) e estagiário(as) do PJMA, como o *Google Meet*, *Google Drive*, *Google Chat*, *Google Docs*, etc, possibilitando o trabalho colaborativo e o consequente aumento da produtividade.

Implantação / migração da nova rede de dados do PJMA

Em setembro de 2022, houve a conclusão da implantação e migração dos novos circuitos de dados do PJMA, incrementando a velocidade/banda dos circuitos, além de proporcionar economia aos cofres públicos. Com a migração, o TJMA passou a economizar aproximadamente 8 milhões de reais por ano.

Implantação do novo Sistema de Precatórios - SAPRE

O Tribunal iniciou a implantação em junho do Sistema de Precatórios - SAPRE. O sistema objetiva automatizar os procedimentos de pagamentos de precatórios, trazendo segurança e celeridade à prestação jurisdicional. Estão sendo realizadas entregas quinzenais de novos módulos até que esteja totalmente aderente às necessidades da Coordenadoria de Precatórios.

Implantação do extrator do CODEX/ CNJ

Em junho, foi realizada a implantação do extrator do CODEX/ CNJ, permitindo a integração do TJMA à plataforma do CNJ, cujo objetivo é assegurar a consolidação das informações processuais dos Tribunais brasileiros. Atende ao Ato Normativo nº

0000083-74.2022.2.00.0000.

Conclusão da implantação do SISCONDJ-BB: Solução de pagamento de alvarás eletrônicos do Banco do Brasil

Com a regulamentação do Sistema SISCONDJ, (Resolução-GP nº 75/2022), implantou-se o sistema que permite o acolhimento e o levantamento dos depósitos judiciais realizados perante o Banco do Brasil. O FERJ iniciou a implantação nas unidades em agosto de 2022.

Ampliação da capacidade de armazenamento e backup de dados

Instalação, a partir do segundo semestre de 2022, de novos equipamentos para *backup* e armazenamento de dados que extrapolam 2,6 *Peta Bytes* líquidos, permitindo a atualização e o incremento do parque de armazenamento e *backup* de dados para as mais diversas aplicações, principalmente o PJe, seus módulos, a digitalização do acervo físico e o RDC-ARQ.

Readequação do parque de impressão

Em atendimento à Resolução CNJ nº 400 e ao Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário, concluiu-se em dezembro de 2022 a readequação

do parque de impressoras. Foram desinstaladas 437 impressoras nas diversas unidades do PJMA. Além da economia de papel, há a redução mensal no desembolso dos serviços/locação dos equipamentos.



Início da instalação do novo data center do PJMA no Fórum Des. Sarney Costa

Início da implantação do novo data center do Poder Judiciário

Em agosto, foi iniciada a implantação do novo data center do Poder Judiciário, que deve ser entregue em março de 2023. O seu objetivo é permitir um ambiente seguro para abrigar a infraestrutura computacional e garantir a continuidade dos serviços de TIC do PJMA. Atende às Resoluções CNJ nº 370/2021 e 396/2021, além de conferir pontos no iGovTIC.

Implantação do PJe versão 2.2.0 e integração do PJe do TJMA a PDPJ-Br

Em outubro de 2022, implantou-se a versão 2.2.0 do PJe e a completa integração do Sistema a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br. Esta versão apresenta novas funcionalidades e, com a entrega, o TJMA atendeu ao Ato Normativo nº 0000083-74.2022.2.00.0000 e à Resolução CNJ nº 355/2020.

Melhorias no Termojuris (1º Grau) e implantação do Termojuris (2º Grau)

Ocorreram melhorias nos painéis (*dashboards*) e nos relatórios do Termojuris (1º Grau) e implementou-se o Termojuris (2º Grau)

Aquisição de 1.000 novos computadores em dezembro de 2022

A fim de dar continuidade à renovação do parque computacional do PJMA, a instituição adquiriu, em dezembro de 2022, 1.000 novos computadores completos, que foram entregues em janeiro de 2023, com início da distribuição em fevereiro.

Videoconferências realizadas em 2022

Durante o ano de 2022, o Poder Judiciário realizou:

- **Balcão Virtual:** aproximadamente 74.939 sessões (396.472 horas). Média de 317 minutos por sessão de balcão;
- **Outras sessões** (judiciais e administrativas):

120.437 sessões, aproximadamente 118.035 horas. Média de 58 minutos por sessão;

- **O PJMA** possui 1.130 salas, sendo 340 de Balcões Virtuais e 790 outras salas, com 4.500 usuários cadastrados.

Entregas de diversos projetos e ações de sistemas de informação

O TJMA realizou a entrega dos seguintes projetos e sistemas:

- **Atermação On-Line:** sistema para registro on-line de queixas em juizados especiais;
- **Metas Nacionais:** implantadas as Metas Nacionais 2022 do CNJ no Jurisconsult;
- **Metas GPJ 2022:** implantadas as metas da GPJ no Jurisconsult;
- **Sistema Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-ARQ:** o sistema objetiva a preservação e acesso aos documentos arquivísticos do Poder Judiciário. Atende ao art. 34 da Resolução 234/2020 do CNJ.
- **Calculadora de Custas de Protesto:** sistema solicitado pelo FERJ para o cálculo de custas de protestos.

Projeto e ações de atendimento às unidades e apoio à Corregedoria Geral de Justiça

Comarca *On-line*: projeto de modernização da infraestrutura computacional das unidades, com

as entregas de novos computadores, *no-breaks* de 3 KVA, *switches* gerenciáveis, além de atender às requisições de serviços. Foram instalados *switches* e *no-breaks* em mais de 99 comarcas.

Controle biométrico dos apenados:

instalação de 83 kits biométricos em 2022.

Termos Judiciários: o TJMA entregou, em 2022, 63 computadores seminovos, num total de 100, aos termos judiciários que compõem o projeto. Atualização e ampliação do parque tecnológico, onde foram entregues e instalados:

- 2.000 novos computadores;
- 950 *no-breaks* de 1,5kVA cada;
- 122 novos *notebooks*;
- 452 monitores para a 2ª tela;
- 427 *kits* de *web* conferência;
- 7 *kits* de videoconferência;
- 5 *kits* de depoimento especial.

Mais informações e entregas

- **Kits de videoconferência:** aquisição de novos *kits* de videoconferência que serão distribuídos para as unidades das entrâncias intermediária e final. As primeiras unidades serão instaladas no Fórum de São Luís e em unidades atendidas pelo Projeto Justiça de Proximidade;
- **Renovação e ampliação da infraestrutura computacional do data center do PJMA:** aquisição, em 2022, de 600 *Tera*

Bytes de estrutura de *backup*; 2,6 *Peta Bytes* de armazenamento; novos servidores e licenciamento de *software* de virtualização;

Equipamentos para o Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins:

aquisição de equipamentos para o museu, tais como um *scanner* planetário para digitalização do acervo histórico;

- **Doações de equipamentos:** ações de manutenção e reaproveitamento de equipamentos destinados à doação. Foram doados 355 equipamentos para diversas instituições;
- **Campanha Destralhe:** recebimento de 690 equipamentos, da Coordenadoria de Material e Patrimônio, oriundos da Campanha Destralhe. Os equipamentos foram objeto de ações de limpeza e reaproveitamento para doação ou descarte.
- **Atendimento e tarefas realizadas:** atendimento a 114.102 solicitações de magistrados (as) e servidores (as), que ocasionaram 136.269 tarefas realizadas.
- **Plano de Projetos de TIC 2022:** finalização de 45 projetos em 2022. Estão em andamento 35 projetos remanescentes de 2022.

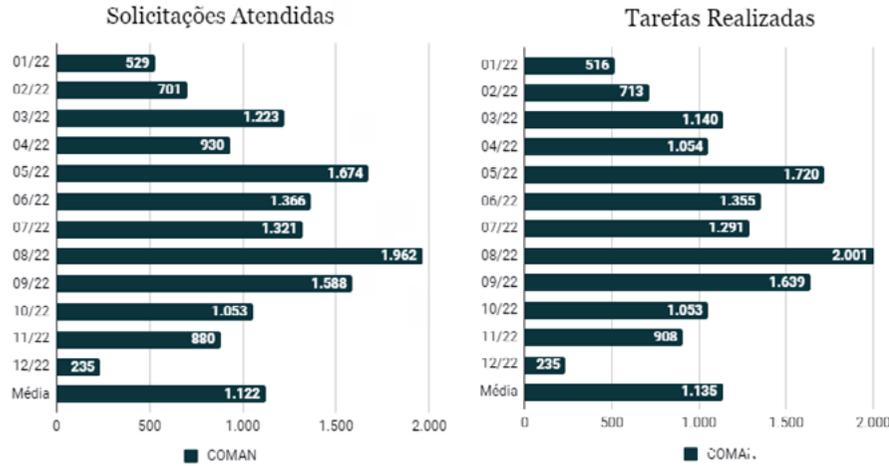
- **Plano de Contratações 2022:** execução de R\$ 34.680.000,00 da verba de custeio (90,43% do orçamento aprovado e planejado para o ano). Na parte de investimento, realizou-se em 2022 R\$ 24.350.000,00, um percentual de 59,55% do planejado, havendo ainda 7 contratações em andamento na ordem de R\$ 14.860.000,00.

- **Visitas:** mais de 180 visitas às unidades administrativas e judiciais do interior do Estado para atender chamados técnicos, projetos e ações;
- **Projetos: Justiça de Proximidade, Comarca On-Line, Conciliação Itinerante, Justiça para Todos** e migração dos circuitos de dados;
- **Ações:** Mutirões e inspeções da CGJ; distribuição de *kits* biométricos para apenados; atendimento a chamados técnicos.

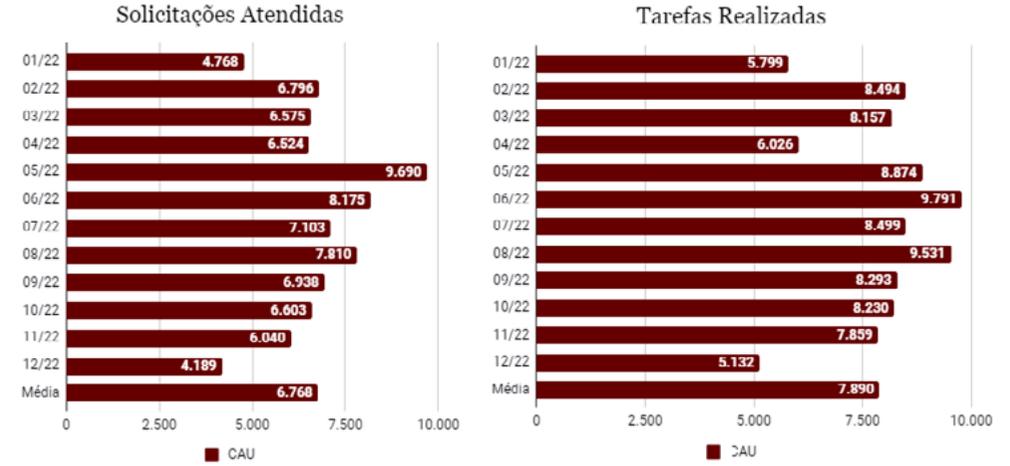
Gestão da Diretoria de Informática: resultados e entregas em 2022.

- Instâncias de Governança e Gestão de TIC. Comissão de Informática: realização de reunião para apresentação de resultados;

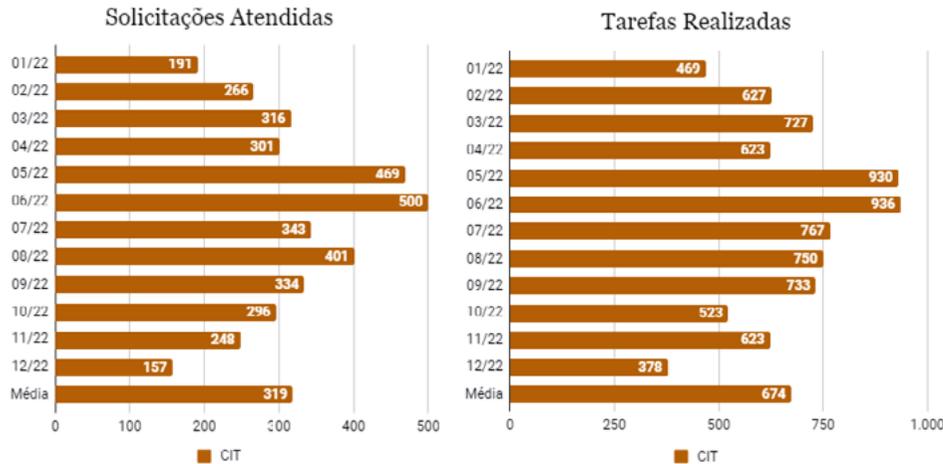
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS - COMAN



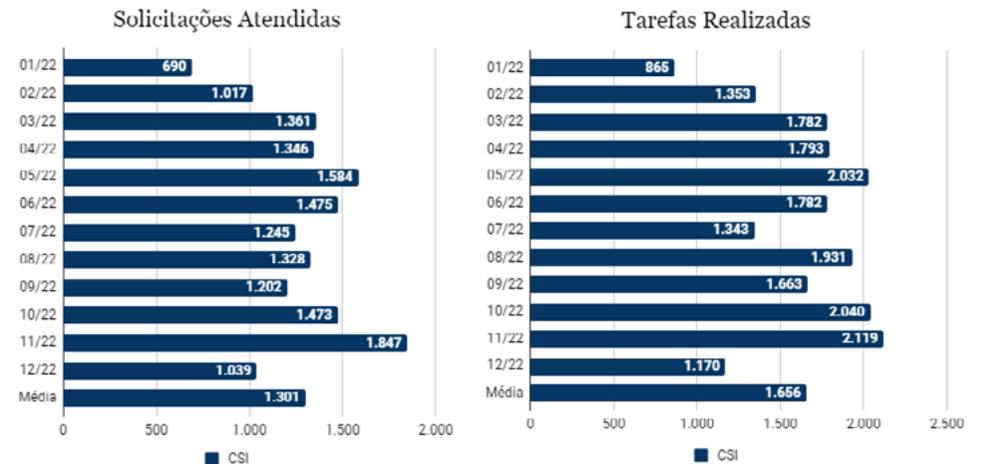
ATENDIMENTOS AO USUÁRIO - CAU



INFRAESTRUTURA DE REDES, DATACENTER E TELEFONIA - CIT



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS - CSI



NÚMEROS DOS PROJETOS REALIZADOS PELA DIRETORIA DE INFORMÁTICA EM 2022 – PPTIC 2022



NÚMEROS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DIRETORIA DE INFORMÁTICA EM 2022 – PCTIC 2022



PROJETO REGISTRO CIDADÃO

O Registro Cidadão, apresentado no PROJETO-DFERJ – 32022, surge como um projeto institucional do Poder Judiciário do Maranhão, pautado no Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e a Ampliação do Acesso à Documentação Básica, deflagrado pelo Decreto nº 10.063/2019, bem como na Lei Complementar Estadual nº 233, de 7 de julho de 2021, que estabeleceu medidas para a promoção da erradicação do sub-registro civil de nascimento no Estado do Maranhão, estando conectado com os ODS 4, 10 e 16 da Agenda Global 2030. A ação é itinerante, ocorrendo preferencialmente no Judiciário local, e inicia-se com a prévia mobilização das instituições para que deem apoio local ao projeto, com a disponibilização, no que couber, de voluntários, computadores, *internet*, bem como divulgação dos serviços gratuitos de Registro Civil de Pessoas *Naturais* que serão ofertados no período do projeto, como registro de nascimento, registro tardio de óbito e nascimento e emissão de 2ª via das certidões de nascimento, casamento e óbito.



Servidores (as) do FERJ realizam atendimento no Fórum de Lago da Pedra



Atendimento do Projeto Registro Cidadão no Fórum de Dom Pedro



Família beneficiada pelo Projeto Registro Cidadão em Lago da Pedra

Com grande relevância social, e aproximando o Judiciário da população, o Projeto Registro Cidadão entregou, ao total, e concomitante ao atendimento nas serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais, os seguintes serviços:

443
2as vias de certidão

11
Reconhecimentos de paternidade

1
Registro de nascimento

2
Divórcios

54
Registros tardios

1
Proc. remetido a serventia fora do domicílio

32
Retificações de registro

2
Restaurações de registro

FERJ - ASSESSORIA TÉCNICA

Atividades desenvolvidas
Foi dado tratamento a 1.285 processos; e emitidos:



R\$ 1.184
Decisões

47
Informações

R\$ 1.151
Pareceres Técnicos e Jurídicos

70
Ofícios

1.411
Despachos



Foi realizado, ainda, treinamento de secretários(as) judiciais, sendo atendidos 207 servidores (as), que receberam treinamento por videoconferência no ano 2022

TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL:



- **Nos Processos de Restituição de Fianças e Custas**, com documentação completa (Requerimento de Restituição, Decisão, Certidão de Não Utilização da Guia, Documentos do Requerente como CPF e CNPJ, Guia e Comprovante de Pagamento), a média de tempo de tramitação dos pedidos tem sido de 10 dias.
- **Nos Processos de Restituição de Emolumentos** que requerem uma atenção maior dos relatórios de selos, a média de tramitação dos pedidos tem sido de 29 dias.
- **O maior** prazo para conclusão de alguns pedidos ocorre em virtude da demora na resposta do requerente no momento de anexar a documentação complet.

GESTÃO DO FERJ

Foram abertos na Coordenadoria 1.064 processos, dos quais:

- **571 processos** relacionados à devolução do Selo Judicial Físico, destes:
 - **472 processos** tratados;
 - **212 processos** arquivados;
 - **359 processos** que deram origem à fiscalização do FERJ;
 - **493 processos** relacionados a atividades diversas (desvinculação de guia, informações de irregularidade dos delegatários, contratos, etc.).

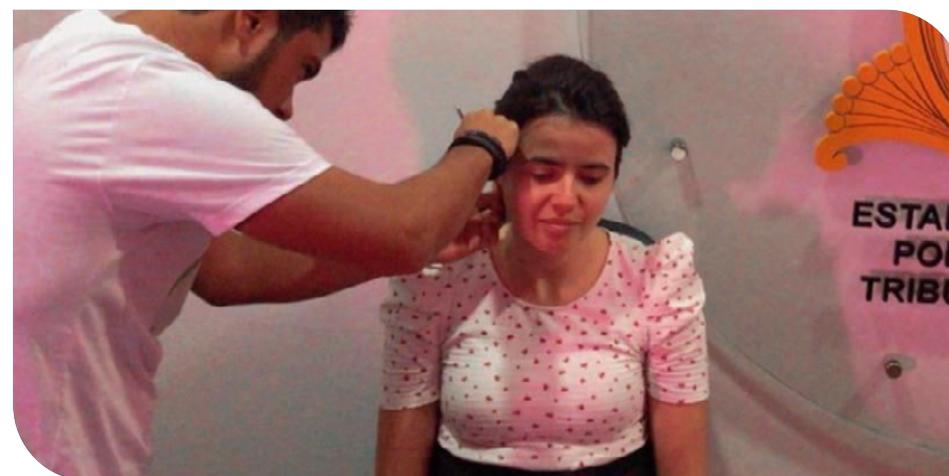
Além do acompanhamento processual, houve a instauração, acompanhamento, instrução e conclusão dos procedimentos relacionados aos contratos de competência da Diretoria do FERJ, bem como o Edital de Credenciamento de empresas de tecnologia especializadas na securitização de arrecadações, utilizando as principais bandeiras de cartão de crédito do mercado para recebimento de dívidas, custas e outros passivos, conforme segue:

- **O Contrato CTPS** nº 0120/2017, firmado entre o TJMA e a empresa CONTIPLAN, no ano de 2017, que tratava da aquisição de papel de segurança para as serventias extrajudiciais, foi encerrado e não foi realizada nova contratação, tendo em vista o estudo realizado pela Coordenadoria do FERJ verificar que o gasto com a aquisição do envio do papel de segurança, somado ao custo de envio, estava causando prejuízo, conforme estudo juntado aos autos do Processo Digidoc nº 37854/2016, levando em consideração a baixa demanda de procura por parte das serventias extrajudiciais;
- **Contrato com** a ANOREG/AM, que trata da prestação de serviços de selo extrajudicial eletrônico CTPS 0004_I/2019, em que foi utilizado o orçamento de R\$ R\$ 2.548.940,53 no ano de 2022.

QUALIDADE DE VIDA

DATA	Atendimentos Médicos/Enfermagem	TOTAL DE ATENDIMENTO
Janeiro – Dezembro/2022	Consultas médicas realizadas	2265
	Atendimentos de Enfermagem	1184
	Serviços de teleorientação para servidores (as) e magistrados (as) com suspeita de COVID	58
	Avaliações Anuais de Saúde	2066
	Vacinas (Influenza e COVID-19) - 7 a 9/06/2022	1036 (doses)
	Vacinas (Influenza e COVID-19) - 21 a 23/09/2022	271 (doses)
Janeiro – Dezembro/2022	Vídeos do Projeto Fale com o RH disponibilizados no Instagram	26186
Bem-Estar no Setembro Amarelo	Palestras, atendimentos de fisioterapia, massagens, nutricionista	4997
Justiça de Proximidade	Atendimentos médicos e de enfermagem nas Comarcas de Passagem Franca, Mirador, Paraibano, Anajatuba, e Itapecuru-Mirim	188

Ginástica Laboral	Atividades de ginástica laboral realizadas por educadora física na Sede TJMA, centros administrativos (Rua do Egito e Alemanha); e Fórum Desembargador Sarney Costa	555
Semana do Servidor e Outubro Rosa	Palestras e atendimento de Fisioterapia: relaxamento, tratamento de dor, drenagem linfática	184
Saúde do Homem	Parceria SEGEP/Coordenadoria de Serviços Méd. Odonto. e Psicossocial TJMA e Bem-Estar no Judiciário, Bioimpedância e Orientação Nutricional	174
Vacinação	COVID e outras doses	325
Total de atendimentos a servidores e servidoras		38.182



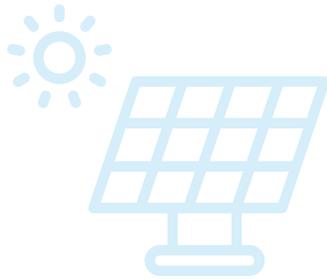
Profissional realiza auriculoterapia em servidora

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- A Diretoria de Engenharia desenvolveu os projetos de Engenharia e Arquitetura para a retomada da obra da nova sede do Fórum da Comarca de Imperatriz, paralisada desde 2016. O aprimoramento da infraestrutura institucional visa a instalações físicas adequadas que proporcionem um bom desempenho das unidades judiciárias, a partir do levantamento das suas necessidades e dos objetivos estratégicos do PJMA.



Atenção especial para a manutenção predial das unidades judiciais. É importante destacar que a iniciativa é uma forma de zelar pela segurança dos (as) magistrados (as) e servidores (as), além de proporcionar conforto e bem-estar no ambiente de trabalho. Foram realizadas manutenções em 64 fóruns.



- Foi desenvolvido o projeto básico e executivo do Sistema de Minigeração Solar Fotovoltaica On Grid de 3.24 MWp em solo, capaz de atender ao consumo de energia elétrica das unidades prediais próprias, alugadas ou cedidas ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão, em particular, os tarifados em baixa tensão, a ser instalado em terreno próprio localizado no município de São José de Ribamar.

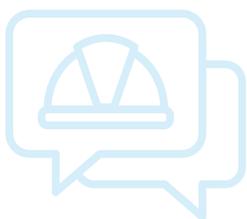


Fórum de Alcântara



Fórum de Turiaçu

- Com foco na economia de energia e sustentabilidade do meio ambiente, foram instaladas placas de energia solar individualizadas nos Fóruns Desembargador Sarney Costa, Caxias, Bacabal, Rosário, Paço do Lumiar e Raposa.



5 obras de médio e grande porte em andamento, com destaque para:

- Obra de construção do Fórum de Açailândia e revitalização da edificação existente;
- Obra de construção dos fóruns das comarcas de Passagem Franca e Itinga;
- Obra de construção do Salão do Júri da Comarca de Santa Luzia do Paruá.



Fórum de Caxias



Fórum Desembargador Sarney Costa



Novo fórum da Comarca de Passagem Franca



Novo Fórum da Comarca de Itinga



Ampliação do Fórum de Açailândia



Novo Salão do Júri do Fórum de Santa Luzia do Paruá

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Todas as licitações do ano 2022

Modalidades	Quantidades
Total de licitações	80
Pregões eletrônicos homologados	59
Pregões presenciais	2
Credenciamentos	2
Concorrências	5
Licitações desertas	4
Licitações suspensas	5
Licitações fracassadas	2
Licitações sustentáveis	50

A meta estabelecida pelo CNJ é de 30 dias úteis para a conclusão dos processos de licitação. Em agosto de 2022, reduzimos para 30 dias corridos. **RESULTADO: TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PREGÕES - 33% dos pregões ocorreram em até 30 dias corridos, contados da autorização do Presidente até a adjudicação.**

Economia:

R\$ 32.587.194,79

MATERIAL E PATRIMONIAL

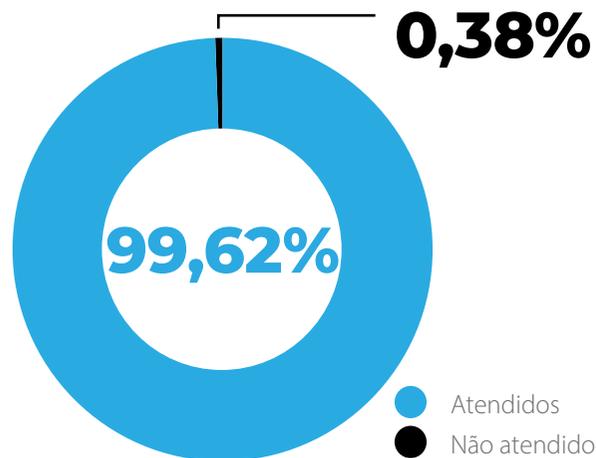
ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

Metas estabelecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização:

Meta 01 – Cumprimento com êxito, atingindo o atendimento de 99,62% dos itens prioritários requisitados com índice acima do desejado (95%).

Meta 02 – Atendimento de 98% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 dias úteis.

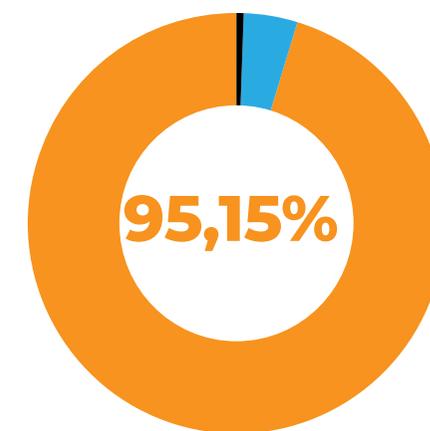
Cerca de 95,15% dos atendimentos das comarcas do interior do estado foram realizados em até 10



dias úteis e 4,16% em até 20 dias, totalizando uma eficácia de 99,31% em relação à meta.

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA

0,69% | **4,16%**



- Até 10 dias
- De 10 até 20 dias
- De 20 até 30 dias

Meta 03 – Atendimento de 98% das solicitações de material permanente das unidades da Comarca da Ilha de São Luís no prazo de 15 dias úteis.

AÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

A gestão deixa vigentes mais de 12 Atas de Registro de Preço de materiais permanentes, com saldos para suprir parcialmente as demandas do 1º trimestre do ano de 2023, possuindo também de novos processos licitatórios em trâmite objetivando adquirir novos bens, sobretudo mobiliário.

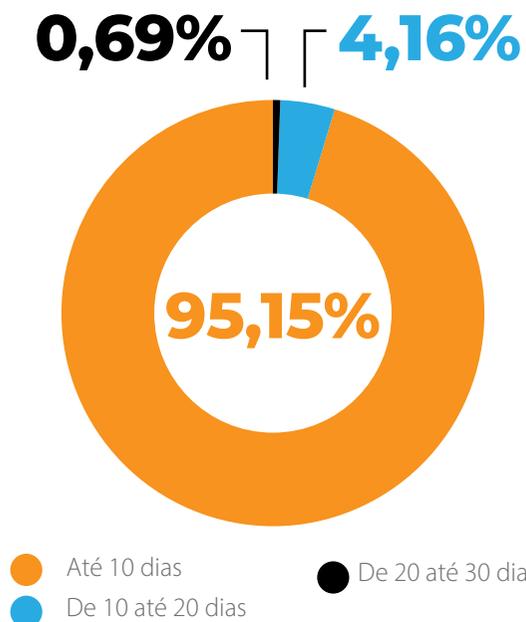
AÇÃO: INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS

Foram inventariadas 13 comarcas de um total de 54 em 2022, o que representa 50,94% do cronograma em andamento

NOVOS FLUXOS NA GESTÃO PATRIMONIAL

Implementação de novos fluxos para baixa, alienação e reaproveitamento de bens, a fim de reduzir custos com a aquisição de materiais permanentes, bem como dar uma destinação mais adequada aos bens considerados inservíveis, reaproveitáveis e ociosos.

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA



ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

AÇÕES – Cumprimento das metas estabelecidas

META 1 Atender 98% das solicitações de material de consumo em até 2 dias úteis dentro da Ilha de São de Luís;

META 2 Atender 97% das solicitações de material de consumo em até 5 dias úteis fora da Ilha de São Luís;

META 3 Garantir que 85% dos itens prioritários de material de consumo não atinjam quantidade inferior ao estoque mínimo estabelecido, por mais de 10 dias, durante o período de apuração.

100%

das requisições foram atendidas em até 48h, demonstrando a agilidade no tratamento dos pedidos:

OUTRAS AÇÕES:

- Elaboração de 17 Termos de Referência para aquisição de materiais de consumo, expediente, limpeza e materiais diversos;
- Fiscalização de 38 Atas de Registro de Preços, todas elaboradas em consonância com a gestão de boas práticas de sustentabilidade ambiental;
- Melhorias implantadas no Sistema Materiales.

PROJETOS E ESTRATÉGIAS

- Realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs) em março, julho e dezembro de 2022, com apresentação dos resultados dos indicadores e o andamento dos projetos estratégicos;
- Consolidação do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos (EGP) e implementação do sistema Actio, com a migração dos 43 projetos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;
- Apresentação da metodologia e das práticas adotadas pelo Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos (EGP) para os servidores (as) do Tribunal de Justiça de Rondônia;



Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)



Tela inicial do Actio



Apresentações durante a RAE



Reunião on-line da AGEM com o TJRO

- Publicação e lançamento do Guia Metodológico de Gerenciamento de Projetos Estratégicos;
- Treinamento sobre gerenciamento de projetos estratégicos pela ESMAM aos gestores, líderes e equipes de projetos;
- Organização e realização das reuniões da Comissão de Avaliação e Apuração da Produtividade – CAAP para fins de consolidação do resultado da GPJ 2021 e fixação de novas metas para a GPJ 2023 alinhadas às metas e prêmios do CNJ;
- Envio dos dados para o sistema Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, ano-base 2021, referente às informações de:

Recursos Disponíveis para Execução da Atividade
Fim - Dados Relativos a Insumos, Dotações e Graus de Utilização

Desempenho da Atividade Fim - Dados Relativos a Litigiosidade

Composição das Unidades para Execução da Atividade
Fim - Dados Relativos à Estrutura

Informações sobre Violência Doméstica

Informações sobre Priorização do 1º Grau - 1º Semestre de 2021



Entrega do Guia Metodológico de Gerenciamento de Projetos Estratégico ao presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, e ao corregedor-geral, desembargador Froz Sobrinho

- Apoio no saneamento de dados no Datajud quanto aos processos virtualizados, correção de movimentos, assuntos e levantamento de variáveis utilizadas para a pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade, em conjunto com a Diretoria de Informática e Automação e outras unidades;

- Homologação e disponibilização das estatísticas do 2º Grau ao sistema TermoJuris para acompanhamento em tempo real de metas e indicadores de produtividade;

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Pagamento de precatórios

Esforço interno concentrado para o cumprimento da meta “100 (cem) milhões em 100 (cem) dias” com foco na quitação de precatórios da lista cronológica e em razão da disponibilidade de recursos na conta relativa ao ente devedor Estado do Maranhão. Em 30/04/2022, o saldo perfazia o montante de R\$ 100.889.163,65. Superando a meta estabelecida inicialmente, a Coordenadoria de Precatórios atingiu em 100 dias o significativo montante em pagamentos de R\$ 125.773.290,50 e contemplou 1.200 credores.

Resumo dos pagamentos	Quantidade de processos	Valor
Estado do Maranhão	1125	R\$ 112.344.374,55
Municípios diversos	75	R\$ 13.428.915,95
TOTAL	1200	R\$ 125.773.290,50

Acordo direto com o Estado do Maranhão Estudos e reuniões com a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão, com vista à elaboração de edital de acordo direto, nos termos da Lei Estadual nº 10.684, de 19 de setembro de 2017, e do Decreto Estadual nº 34.571, de 19 de

novembro de 2018.

Assinatura do Edital Conjunto TJMA/PGE-MA nº 001 para convocação de credores para habilitação, visando à formalização de lista para pagamento de precatórios, mediante a realização de acordo direto.

Acordo direto	Quantidade de processos	Valor
ORÇAMENTO 2015	207	R\$ 14.629.819,36
ORÇAMENTO 2016	559	R\$ 46.096.500,76
TOTAL	973	R\$ 60.726.320,12

PAINEL JUDICIÁRIO

Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) - Diretoria Judiciária

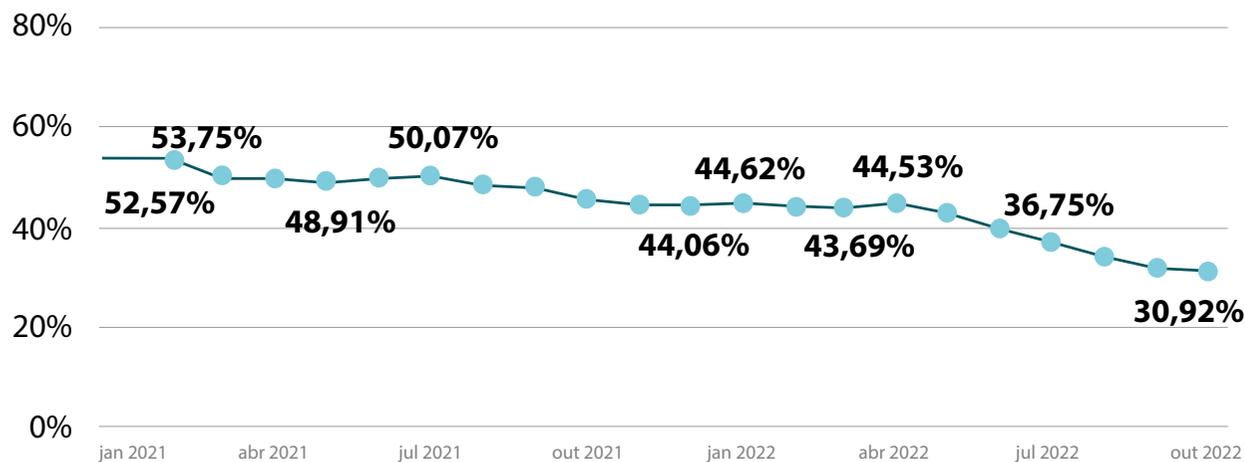
Percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do período-base em relação ao total que tramitou em um ano.



30,92%

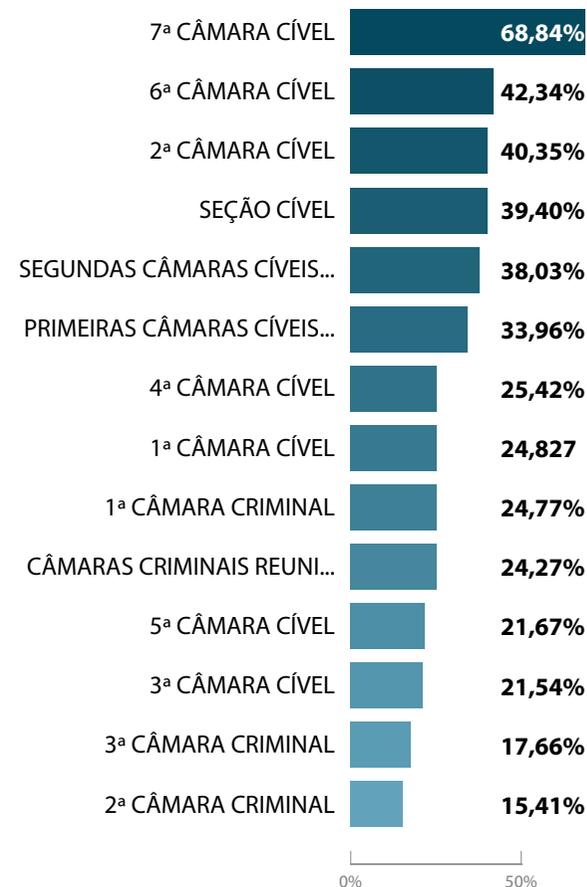
Taxa de Congestionamento Líquida em 31/10/2022

SÉRIE HISTÓRICA DA TX. DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA POR MÊS



Fonte: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA | Departamento de Pesquisas Judiciárias. Atualizado em: 17/01/2023

TX. DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA EM 31/10/2022 POR RAMO, TRIBUNAL, GRAU E ÓRGÃO JULGADOR



Índice de Atendimento à Demanda

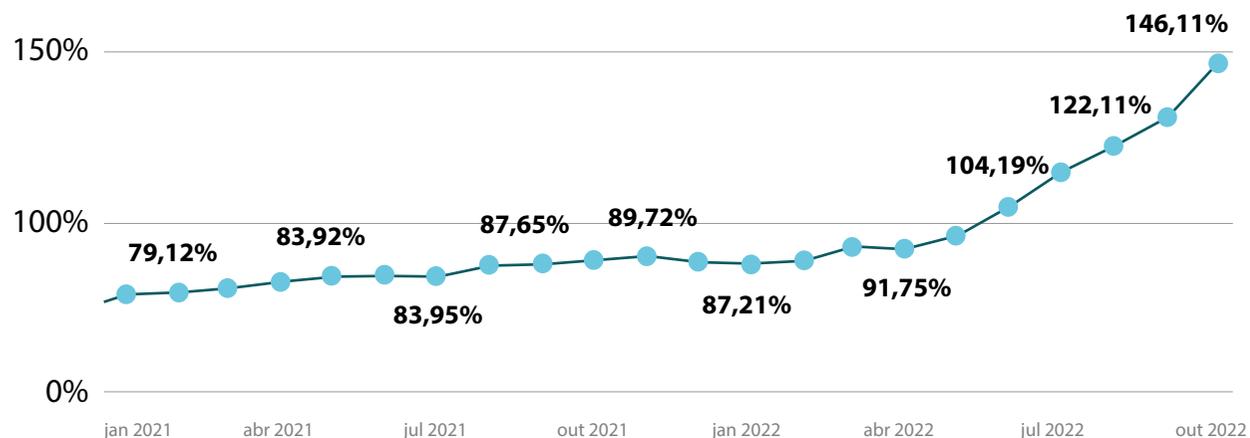
Indica a capacidade do Poder Judiciário de dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos novos distribuídos, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%.



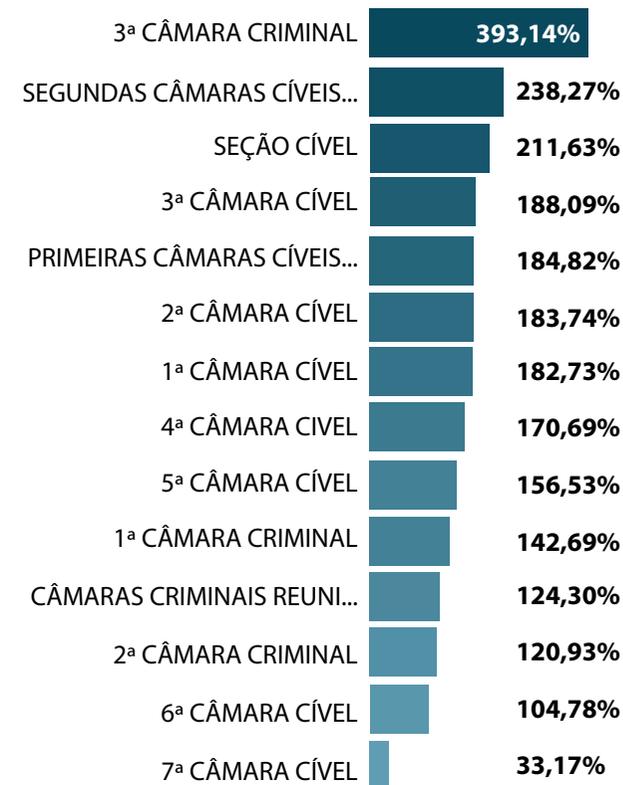
146,11%

Índice de Atendimento à Demanda em 31/10/2022

SÉRIE HISTÓRICA DO ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

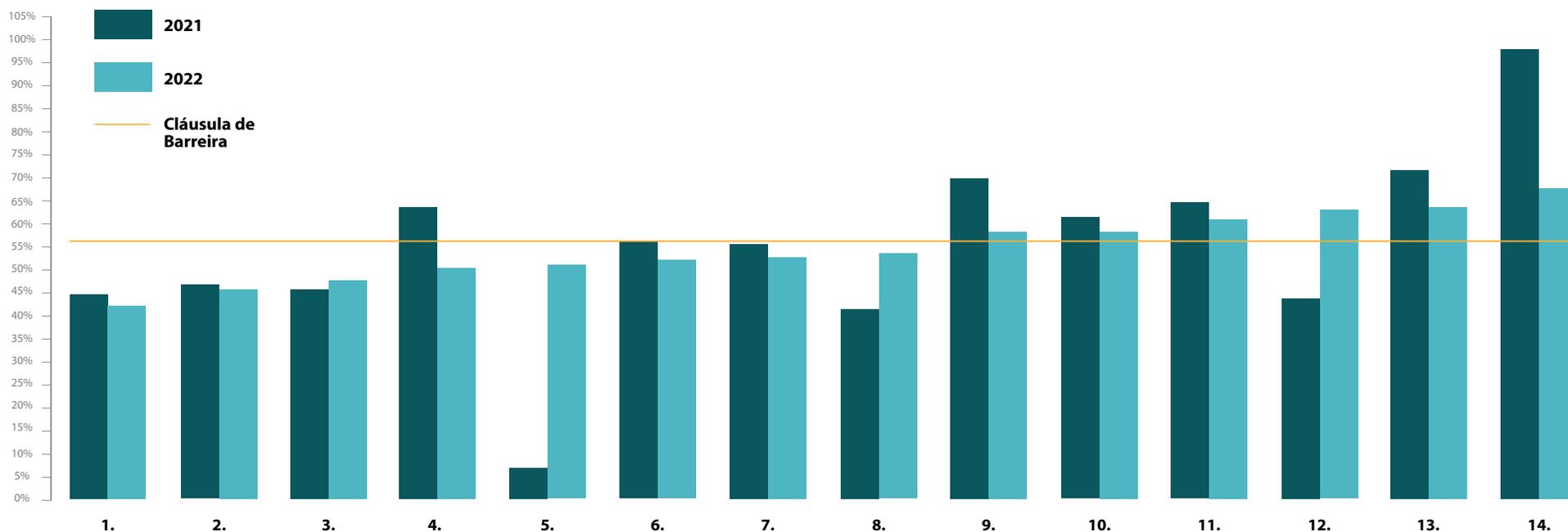


ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA EM 31/10/2022 POR RAMO, TRIBUNAL, GRAU E ÓRGÃO JULGADOR



Fonte: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA | Departamento de Pesquisas Judiciárias. Atualizado em: 17/01/2023

Taxa de Congestionamento Líquida (Meta 41)



1. 1ª Câmara Cível

3. 4ª Câmara Cível

5. 3ª Câmara Criminal

7. 2ª Câmara Criminal

9. Seção Cível

11. 2ª Câmara Cível

13. 2ª Câmaras Cíveis Reunidas

2. 5ª Câmara Cível

4. 1ª Câmaras Cíveis Reunidas

6. 3ª Câmara Cível

8. 1ª Câmara Criminal

10. 6ª Câmara Cível

12. Câm. Crim. Reunidas

14. 7ª Câmara Cível

Unidades da Diretoria Judiciária:



14

Participaram da meta

8

Ficaram abaixo da cláusula de barreira

11

Melhoraram o desempenho em 2022

3

Apresentaram aumento da TCL, com duas delas abaixo da cláusula de barreira

Correção dos erros identificados com aplicação dos normativos vigentes



Painel de Gestão Judiciária



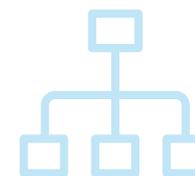
TRATAMENTO DE PROCESSOS:

- **Com impossibilidade** de remessa à Instância de origem;
- **Migrados com** impossibilidade de remessa à instância de origem;
- **Em tramitação**, vinculados a relatores aposentados;
- **Em tramitação**, sem relator;
- **Em situação** de “limbo” no 1º e 2º Grau;
- **Arquivados que** continuam em tramitação;
- **Com numeração** única duplicada após retorno da instância de origem, com diligência cumprida.



REDUÇÃO DO ACERVO DE PROCESSOS:

- **Na Coordenaria**, sem movimentação com período superior a 100 dias;
- **Em diligência** na instância de origem;
- **Pendentes de** baixa.



MAPEAMENTO:

- **Fluxos e** tarefas do PJe para compreensão do trâmite processual eletrônico.

INFÂNCIA E JUVENTUDE / JUSTIÇA RESTAURATIVA

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA

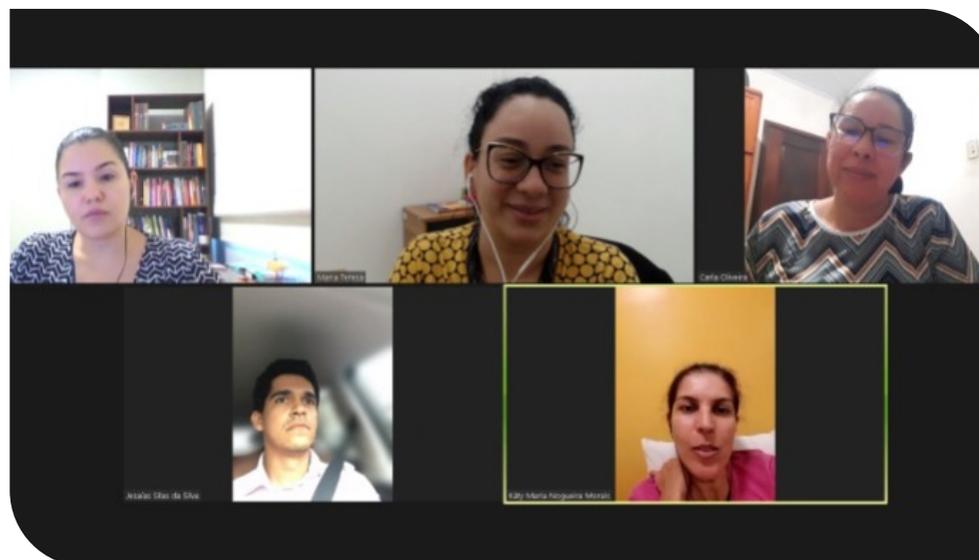
DEPOIMENTO ESPECIAL

Monitoramento Depoimento Especial

No período de 23 de agosto a 23 de setembro de 2022, foi realizado o monitoramento do Depoimento Especial nas comarcas do Judiciário maranhense com competência em crimes contra crianças e adolescentes e que possuem sala de Depoimento Especial instalada, que teve por objetivo verificar a utilização da metodologia adequada à proteção jurídica de crianças e adolescentes.

Grupo de trabalho do Depoimento Especial

A instituição do Grupo de Trabalho deu-se a partir da Portaria Conjunta nº 27, de 13 de setembro de 2022, e tem como objetivo a elaboração de estratégias voltadas ao aprimoramento do Depoimento Especial, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e Resolução nº 299, de 5 de novembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



Reunião do grupo de trabalho

Gestão Estadual do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA

Dentre as ações realizadas pela Gestão do SNA estão:

- Reuniões periódicas com as unidades judiciárias para orientar sobre utilização das ferramentas do sistema;
- Articulação e realização de cursos abordando a temática da adoção e das funcionalidades do SNA, com enfoque nos novos paradigmas da adoção no Brasil;
- Elaboração de Instruções Normativas sobre a inserção de dados de crianças e adolescentes no SNA e fluxograma para o acompanhamento dos prazos das ações de destituição do poder familiar, adoção e da reavaliação trimestral de acolhimento, a serem observados pelos juizes e juízas no Estado do Maranhão;
- Realização de campanhas para impulsionar o julgamento dos processos de destituição do poder familiar e de adoção.



Reunião de suporte das Gestoras Estaduais do SNA aos servidores responsáveis pela alimentação do sistema

Diagnóstico das Medidas Socioeducativas em meio aberto

A Coordenadoria da Infância e Juventude realizou, no período de 21 a 30 de setembro de 2022, um levantamento junto às unidades judiciárias do Maranhão com competência para processar e julgar feitos relativos a atos

infracionais e medidas socioeducativas, com objetivo de obter informações relevantes sobre as dificuldades e desafios enfrentados para o acompanhamento da Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

PROJETOS E CAMPANHAS

Programa de Apadrinhamento

Os juízes titulares da 2ª Vara de Família de Açailândia e da 2ª Vara de Estreito, nos meses de junho e outubro de 2022, respectivamente, aderiram ao Programa de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Campanha Maio Laranja “Eu estou atento aos sinais”

A Campanha de sensibilização e mobilização no combate à violência sexual, em alusão ao dia 18 de maio – Dia Nacional de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes – foi realizada em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A ação teve por objetivo alertar aos sinais que podem ser indícios de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes, com a divulgação nas mídias sociais do Tribunal (@tjmaoficial) e disponibilização de material para *download*, além de sinalizar o canal “Disque 100” para a denúncia, convocando a sociedade para assumir a sua responsabilidade na proteção e garantia dos direitos infanto juvenis.

III Edição da Campanha Prioridade Absoluta: Nosso Fundamento

Dentre as ações da Campanha, nos meses de outubro e novembro de 2023, estão: publicação de cards sobre a temática nas redes de comunicação do TJMA, Instagram e site oficial; realização de audiências concentradas e inspeções nas instituições de acolhimento do Estado, e em parceria com o Grupo Mateus, doações solidárias de brinquedos educativos, fraldas descartáveis, materiais de higiene pessoal para bebês e outros, por meio dos supermercados do Estado, tendo sido destinados a instituições no Estado do Maranhão, que acolhem crianças e adolescentes.

Campanha “#atualizaSNA”

Mais de 100 unidades judiciais foram acionadas para impulsionar o julgamento das ações. Durante o período de realização da campanha, a CIJ acompanhou as movimentações processuais no SNA, as respostas ao checklist e prestou as orientações necessárias.



CAMPANHA SOLIDÁRIA
Prioridade Absoluta

Toda criança tem o direito de conviver em família e em comunidade

Mais informações

(98) 98771-8645
coinfancia@tjma.jus.br

Itens que podem ser doados*

- Brinquedos educativos, roupas, calçados, materiais escolares, fraldas descartáveis, materiais de higiene pessoal**
- Materiais de higiene pessoal para bebês** (sabonete, shampoo, condicionador, pomada para assadura, lenço umedecido, algodão, cotonete etc.)
- Materiais de limpeza** (água sanitária, desinfetante, sabão em pó, sabão em barra etc.)
- Alimentos não-percíveis** (arroz, feijão, macarrão, leite em pó, açúcar, biscoitos etc.)

*Todo o material arrecadado será doado a instituições que acolhem crianças afastadas da família, sob a proteção do Estado, até que retornem ao convívio familiar ou sejam adotadas.

TJMA
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
ESMAM

III Edição da Campanha Prioridade Absoluta: Nosso Fundamento

JUSTIÇA RESTAURATIVA

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa, instalou os Centros de Justiça Restaurativa nas comarcas de Bacabal e Vitorino Freire/MA, nos dias 15 e 16 de agosto de 2022, respectivamente, para fins de realização de práticas restaurativas, em cumprimento à Resolução 225/2016 do CNJ.

Instalação de Centros de Justiça Restaurativa no TJMA



Instalação do Centro de Justiça Restaurativa em Bacabal

Projeto - Semana Restaurativa



Semana Restaurativa em Bacabal



Instalação do Centro de Justiça Restaurativa em Vitorino Freire

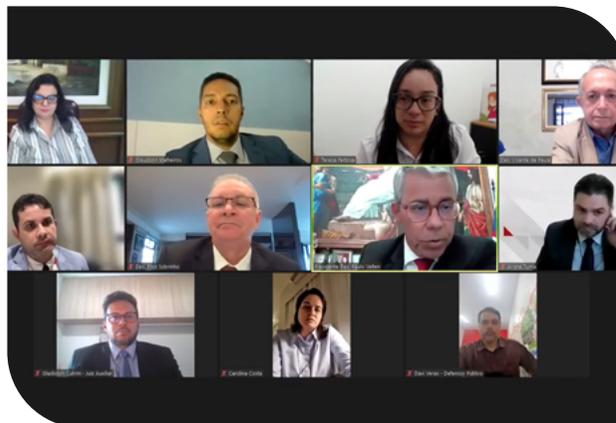


Semana Restaurativa em Vitorino Freire

EVENTOS REALIZADOS



Seminário – “O trabalho intersetorial nos casos de violência sexual de crianças e adolescentes – a articulação em rede”



Webinário “Por uma nova Cultura da Adoção: A entrega voluntária e o Sistema de Justiça”



Roda de Diálogo com as Universidades



Seminário – “O Protagonismo Juvenil na Promoção da Garantia de Direitos e construção de diálogos restaurativos”



Workshop para os alunos do Curso de Facilitadores em Práticas Restaurativas



Seminário – “Violência Sexual de crianças e adolescentes”



INTEGRIDADE

*"Fazer bem e depressa por
uma Justiça de Proximidade"*

AUDITORIA INTERNA

- Apoio à estruturação e implementação da Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.
- Consultoria em implantação da Cultura de Governança no PJMA.
- Relatório Anual de atividades da Diretoria de Auditoria Interna, com reporte ao Plenário, consolidando uma boa prática de Governança no âmbito do PJMA.





- **Implantação do Programa de Avaliação da Qualidade;** com a realização de Avaliações Internas do tipo Monitoramento Contínuo;
- **Mapeamento dos** processos de trabalho da Diretoria de Auditoria Interna;
- **Auditoria Coordenada** do CNJ: Auditoria de Conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário;
- **Auditoria de** resultado na Diretoria de Engenharia;
- **Auditoria em** Governança de TI;
- **Elaboração do** Plano Anual de Auditoria Interna para 2023 com base em riscos;
- **Elaboração do** Plano Anual de Capacitação de Auditoria Interna - PAC-Aud para 2023.
- **Além disso, foi dado tratamento** a aproximadamente 330 processos, distribuídos entre a Diretoria e as Coordenações de Monitoramento e de Auditoria.

As atividades de Monitoramento do exercício de 2022 resultaram no Índice de Alcance de Cumprimento (IAC) de :



- A Diretoria de Auditoria desenvolve suas atividades baseada nos critérios, normas e procedimentos de auditoria interna aplicados no âmbito do Poder Judiciário. Além dos normativos internos, a Diretoria também segue as diretrizes técnicas das atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário - DIRAUD-Jud e a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais - IPPF (*International Professional Practices Framework*)
- Acompanhamento da criação da Unidade de Gerenciamento de Riscos, Controles e Compliance, bem como a implantação do canal de denúncias (Projeto Estratégico 28).
- Normas e Procedimentos da Diretoria de Auditoria Interna, bem como os Planos de Auditoria a Longo Prazo (PALP), Planos Anuais de Auditoria (PAAI) e Planos Anuais de Capacitação (PAC-DAI), assim como os fluxos dos processos de trabalho, monitoramento, prestação de contas e relatórios anuais de atividades desenvolvidas pela Diretoria de Auditoria e suas Coordenadorias estão disponibilizadas no site do Tribunal e podem ser consultadas por meio do link: <http://www.tjma.jus.br/institucional/tj/geral/0/147/t>.

RECOMENDAÇÕES

Os trabalhos de auditoria são compilados em relatórios cujo conteúdo descreve os Achados e as Recomendações propostas para sanar as desconformidades detectadas, sendo

encaminhados à Presidência para deliberação. Em seguida, inicia-se a etapa de Monitoramento. Os relatórios de Auditoria de 2022 estão sendo monitorados durante o exercício de 2023.

Nº do Relatório	Nº do Processo	Ação nº	Recomendação
001/2022	27835/2022	01/2022 – AÇÃO DE AVALIAÇÃO DE AUDITORIA EM GOVERNANÇA DE TI	<p>Recomenda-se à Diretoria de Informática que altere a Resol-GP-62017, a fim de prever a regulamentação do Comitê Gestor de TIC, definindo sua composição e o mandato de seus integrantes, suas competências, as responsabilidades de cada papel contido na estrutura, a frequência de reuniões e as situações em que a decisão deve ser escalada.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Informática que alinhe o PDTIC vigente com a ENTIC-JUD.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria Geral, com o apoio da AGEM e da Diretoria de Informática e Automação, a revisão do Plano de Trabalho da ENTIC-JUD para o TJMA, readequando os prazos estabelecidos para as ações, conforme previsto na Resolução CNJ nº 370/2021, visando ao seu cumprimento no prazo estabelecido na norma.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Informática, auxiliada pela AGEM, a revisão dos projetos estratégicos definidos no PEI, a fim de alinhá-los às demandas da ENTIC-JUD.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos, auxiliada pela Diretoria de Informática, que promova ações no sentido de adequar o quadro de Pessoal da área de TIC às demandas da instituição.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Informática e Automação que avalie periodicamente a satisfação dos usuários internos e externos dos serviços de TI que integram seu portfólio, bem como utilize os resultados na elaboração de ações que visem aprimorar a sua utilização.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Informática, com o auxílio da AGEM, que adeque a estrutura administrativa e os macroprocessos da área de TIC às diretrizes do art. 21 da Resolução CNJ nº 370/2021, bem como formalize a obrigatoriedade de revisões periódicas, no mínimo bienais, de acordo com o art. 23 da Resolução CNJ nº 370/2021.</p>



Recomenda-se à Diretoria de Informática, com o auxílio da Diretoria de Recursos Humanos, que revise as competências dos cargos em comissão e das funções gratificadas da área de TIC, a fim de adequá-las às diretrizes do art. 21 da Resolução CNJ nº 370/2021, bem como formalize a obrigatoriedade de revisões periódicas, no mínimo bienais, de acordo com o art. 23 da Resolução CNJ nº 370/2021.

Recomenda-se à AGEM que defina a Cadeia de Valor e a Arquitetura dos Processos, no tocante à área de TIC e implemente a gestão de processos no órgão.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos, com o apoio da AGEM, que adeque o quadro de pessoal do Núcleo de Gestão de Processos Institucionais (NGPI) para que a unidade desempenhe seus trabalhos com maior eficiência.

Recomenda-se à Diretoria Geral que defina formalmente as atribuições dos setores que compõem a área de TIC.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que implemente melhorias nos controles internos do processo de gestão de competências, no sentido de promover a revisão e/ou aperfeiçoamento anual das competências do pessoal de TIC.

Recomenda-se à Diretoria de Informática que implante melhorias nos controles do processo de gestão do Plano Anual de Capacitações de TIC, no sentido de promover a sua elaboração com base no mapeamento de competências revisado pela Diretoria de Recursos Humanos.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos, com apoio da Diretoria de Informática e Automação, avaliar a rotatividade dos servidores de TI, a cada dois anos.

Recomenda-se à AGEM que melhore os controles internos no processo de gestão da estratégia, com a finalidade de evitar a ausência de informações nas RAE's quanto ao desempenho dos indicadores de avanço físico dos projetos estratégicos de TI.

Recomenda-se à Diretoria de Informática que calcule e comunique à AGEM, os indicadores de avanço físico dos projetos estratégicos da TI, bem como faça constar das apresentações das RAE's.

Recomenda-se à AGEM, em conjunto com a Diretoria de Informática, que revise a responsabilidade da Diretoria de Informática nos projetos estratégicos P4, P5, P7, P17 e P29 e, se necessário, promova as alterações pertinentes no Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021-2026).

Recomenda-se à AGEM que melhore seus controles internos, a fim de fazer constar nas Atas das RAE's as deliberações das unidades de governança de TI sobre os resultados dos indicadores estratégicos vinculados ao Macrodesafio "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados", especialmente quando estes apresentarem valores inferiores à meta esperada.

Recomenda-se ao Comitê de Governança de TIC que realize reuniões periódicas, em prazo igual ou inferior ao de realizações das RAE's para

acompanhamento dos indicadores vinculados ao Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”, deliberando sobre o resultado, quando necessário.

Recomenda-se ao Comitê de Governança de TIC que realize reuniões periódicas, para acompanhamento da execução do PDTIC, deliberando sobre o resultado, quando necessário.

Recomenda-se à Diretoria de Informática que implante melhorias nos controles do processo de gestão do Plano Anual de Capacitações de TIC, no sentido de promover a sua implementação no exercício de sua competência.

02/2022	15134/2022	02/2022 – AÇÃO COORDENADA DE AUDITORIA SOBRE A PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	<p>Recomenda-se à Diretoria de Informática o monitoramento do plano de ação enviado mensalmente por <i>e-mail</i> ao CNJ por intermédio da equipe do PNUD, a fim de avaliar se os prazos de previsão de término em dezembro/2022 para digitalização e migração para o PJE fora efetivado, evidenciar o cumprimento do prazo de homologação, para a versão 2.2.0.3 aderente ao PDPJ, previsto para conclusão em 25/09/2022, bem como, acompanhar a finalização dos testes das ferramentas de orquestração e gerenciamento de <i>containers</i> com previsão de conclusão até março de 2023.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Informática a demonstração da aplicabilidade nas contratações de serviços terceirizados e seleções de servidores do TJMA dos requisitos mínimos sobre os normativos da PDPJ-Br, bem como, os conhecimentos específicos exigidos dos candidatos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br, conforme solicitado nas subquestões 3.20 a 3.26, 3.28 a 3.32 e 3.34 a 3.36.</p>
03/2022	43410/2022	03/2022 – AÇÃO DE AUDITORIA OPERACIONAL NA DIRETORIA DE ENGENHARIA	<p>Recomenda-se à Diretoria do Recursos Humanos que esclareça aos servidores e servidoras do Poder Judiciário, por meio de memorando ou circulares, quanto à observância e cumprimento da Resolução RESOL GP 412018.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Engenharia que oriente os servidores e servidoras lotados(as) nas suas respectivas diretorias que as requisições manuais/automáticas, bem como as liberações, devem ser acompanhadas de justificativa, nos termos da Resolução GP 412018.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que revise os cadastros de pontos de todos os gestores e gestoras, especialmente os(as) da Diretoria de Engenharia, a fim de adequação às regras do art. 50 da Resolução RESOL GP 412018.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que promova a parametrização do sistema para que as solicitações de compensações de horas sejam aceitas no sistema, apenas quando o servidor possuir no dia da solicitação, a quantidade de horas positivas suficientes para a compensação solicitada.</p> <p>Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que revise a jornada diária de todos os servidores, adequando-as aos comandos da Resolução GP 412018, e, caso haja, após a vigência da norma, processos que tenham solicitado a alteração da jornada que não tenham sido submetidos às autoridades competentes previstas na Resolução GP 412018, que devolva os autos aos(às) responsáveis para deliberação e, só então, procedam às alterações de jornada no Sistema MENTOR RH, registrando no sistema o número dos processos que autorizam tal alteração.</p>



Recomenda-se à Diretoria de Engenharia, com o interesse de manter o horário de trabalho da servidora indicada, conforme justificativa apresentada, que procedam à solicitação formal prevista no § 4º do art. 2º da Resolução GP 412018.

Orienta-se à Diretoria de Engenharia que somente autorize a liberação de ponto dos servidores e servidoras, nos casos de afastamento para tratamento de saúde quando se tratar de atendimento “eletivo” e previamente informado, nos termos da Resolução GP 282016 e Nota Técnica da Divisão Médica, mediante a apresentação do atestado correspondente, devendo os casos de licença médica serem tratados exclusivamente pela Divisão Médica.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que oriente os servidores e servidoras e gestores e gestoras de ponto acerca do procedimento a ser adotado para liberação do ponto, nos afastamentos para tratamento de saúde, especialmente nos casos de indeferimento pelo setor médico, e nos casos de afastamento para consultas e exames.

Recomenda-se à Diretoria de Engenharia que, no caso de os servidores que se enquadram à norma de trabalho e possuem necessidade de teletrabalho, seja feito o pedido formalmente junto à Diretoria de Recursos Humanos.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que informe aos gestores de ponto sobre a impossibilidade de autorização de requisições manuais que gerem “horas extras”.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que oriente os servidores do TJMA a registrarem “horas extras” apenas com requisições automáticas.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que proceda à parametrização do sistema de ponto eletrônico - MENTOR RH, para que em dias trabalhados que contenha autorizações de batidas manuais, não se faça acúmulo de horas trabalhadas positivas (banco de horas). Medida necessária para evitar os riscos de realização de falso banco de horas e posteriores compensações. Assim sendo, sugere-se acúmulo de horas positivas (banco de horas) apenas em batidas automáticas.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que efetue a parametrização do Sistema MENTOR RH, para o desconto das horas negativas, conforme determinado na RESOL GP 412018.

Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos que informe aos gestores de ponto sobre a impossibilidade de autorização de requisições manuais que gerem “horas extras”, principalmente nos dias de “suspensão de atividades”.

Recomenda-se à Diretoria de Engenharia, com o apoio da AGEM, que elabore e formalize o fluxo do processo de contratação de obras e serviços de Engenharia.

Recomenda-se à Diretoria de Engenharia, com o apoio da AGEM, que elabore e formalize o fluxo do processo de elaboração do Plano de Obras.



Recomenda-se à Diretoria de Recursos Humanos, com o auxílio da Diretoria de Engenharia, que realize estudos e apresente proposta à Presidência do Tribunal, para melhor adequação do Quadro de pessoal da Diretoria de Engenharia.

Recomenda-se à Diretoria de Engenharia que implante formalmente o sistema de avaliação técnica previsto no art. 2º da Resolução CNJ nº 114/2010.

Recomenda-se à Diretoria Financeira, com o auxílio da Diretoria de Engenharia, que promova a identificação em ação orçamentária própria as obras, assim entendidas as construções e reformas com ampliações de imóveis que resultem na valorização do imóvel, destacando em ação orçamentária distinta as dotações destinadas às despesas com manutenção e conservação predial, com o fim de garantir aos seus beneficiados, o controle e a transparência dos recursos destinados e atendendo a priorização de reserva de dotação para obras em andamento e a previsão no PPA de obras cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, nos termos do que dispõe o art. 5º, caput e § 3º da Resolução CNJ nº 114/2010 e as orientações descritas no presente Relatório.

Recomenda-se à Diretoria de Engenharia que atualize o Portal da Transparência, disponibilizando no menu “Administração”, Item “Planos de Obras”, a Resolução-GP-49/2019 e suas alterações posteriores ou versão compilada da norma, e no Item “Relatórios Anuais de Obras”, os Relatórios ou Planilhas de acompanhamento das Obras do Plano de Obras.

Recomenda-se à Diretoria de Engenharia, com o apoio da AGEM, que elabore e formalize o fluxo do processo para solicitações de obras e serviços de Engenharia.

DIVERSIDADE

INSTITUIÇÃO DO COMITÊ

O Comitê de Diversidade do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi instituído por meio da Resolução GP 47/2020, constituindo-se em órgão auxiliar permanente da estrutura da Corte Estadual, conforme diretrizes institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tem o objetivo de sensibilizar servidores(as), magistrados(as) e a sociedade em geral para a necessidade de respeito à diversidade, visando à erradicação de preconceitos e práticas discriminatórias, mediante o estímulo para a oportunidade de um espaço para o diálogo institucional e a promoção de Direitos Humanos, viabilizando a troca de experiências e expressão das vivências dos grupos historicamente discriminados, a fim de criar um espírito de pacificação e tolerância social.

AGENDA 2030

A abordagem de temáticas antidiscriminatórias encontra-se em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

AÇÕES DO COMITÊ DE DIVERSIDADE DO TJMA – 2022

Calendário Fixo

- Segundo Seminário Estadual de Diversidade e Antidiscriminação, realizado em parceria com a Universidade Ceuma, com o tema Racismo e Sistema de Justiça: perspectivas para atuações institucionais. Participação de cerca de 400 pessoas.
- Geração de renda: Durante o evento, mulheres do Sistema Prisional Feminino comercializaram os trabalhos produzidos pela Cooperativa Cuxá.
- *e-book* Diversidade e Antidiscriminação (segunda edição).

Diálogos Plurais – É um desdobramento do *e-book* e integra os autores dos artigos com instituições de ensino a partir da apresentação de seus trabalhos e interação com os estudantes.



Palestrante Ricardo Lima debate sobre LGBTfobia com alunos da UNDB e CEUMA.



Coordenador do Comitê de Diversidade, juiz Marco Adriano, com os participantes do Diálogos Plurais



Presidente do TJMA, Des. Paulo Velten, na abertura da audiência pública com povos indígenas em Imperatriz

População Indígena

- Instituição da Ouvidoria para os Povos Indígenas (Resolução 42/2022).
- Provimento 49/2022 – Dispõe acerca do assento de nascimento de indígena no Registro Civil de Pessoas Naturais (garante aos povos indígenas o registro civil com nomes originários, direito antes negado);
- Audiência Pública na cidade de Imperatriz em novembro de 2022;
- Mutirão na Aldeia Krikati com apoio da Rede de Justiça – em torno de 400 pessoas atendidas (emissão de registro civil e carteira de identidade, orientações jurídicas e informações processuais).



Juíza Adriana Chaves no atendimento do Mutirão realizado no território Krikati em Montes Altos



Representantes do TJMA, lideranças indígenas e representantes dos órgãos da rede de justiça que participaram do mutirão

População LGBTQIA+

- Formação para o público LGBTQIA+ por meio do Termo de Cooperação Técnica entre o TJMA e Senac-MA – 153 pessoas de baixa renda, que tiveram a oportunidade de profissionalização;
- Primeiro Casamento LGBTQIA+ realizado em outubro de 2022, para 30 casais;
- Realização da Campanha “LGBTFOBIA não é opinião. É crime.” – tem o apoio e adesão dos movimentos sociais e órgãos públicos da capital e de diversos municípios maranhenses. Foi adotada pelos movimentos sociais e prefeituras como campanha oficial no combate à LGBTfobia;
- Conforme o CNJ, as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) receberam a inclusão dos de temas “intolerância por identidade e expressão de gênero” e “intolerância por orientação sexual”;
- Provimento 30/2021 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CGJ), que no art. 1º que possibilita às pessoas transgênero, que



Casamento Comunitário para a população LGBTQIA+

assim se declararem, maiores de 18 anos e capazes, requerer pessoalmente ao oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais a alteração e a averbação do prenome e do gênero no registro de nascimento ou casamento;

- Apoio à Lei 11.827/2022, que estabelece a obrigatoriedade de afixação de placas informativas que proíbam a discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero em ambientes públicos e privados no Maranhão.



Mesa de abertura da Semana de Combate a LGBTfobia

Combate ao Racismo

- Comemoração ao bicentenário de Maria Firmina dos Reis, que incluiu a exposição “Maria Firmina dos Reis: 200 anos construindo humanidades”. As homenagens também contaram com a pintura da escadaria do Fórum de São Luís em homenagem a essa mulher maranhense que deixou seu legado na história do Maranhão e do Brasil na luta contra a discriminação e o preconceito como abolicionista, escritora e educadora.

- Ações institucionais com os públicos interno e externo, por meio de campanhas e eventos.

Combate ao Racismo Religioso

- Participação e apoio aos eventos de combate ao racismo religioso, além do diálogo e da escuta dos representantes da religião de matriz africana.

- Decreto 37.761, de 28 de junho de 2022, que estabelece a Política Estadual de Proteção aos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Afro-brasileira, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, à época na condição de governador em exercício do Estado, fortalecendo o trabalho do Judiciário maranhense no combate à intolerância religiosa.



Coordenador do Comitê de Diversidade, juiz Marco Adriano, na Semana do Dia do Negro no Maranhão



Biblioteca Comunitária do Quilombo Lago do Sapateiro com equipe do Comitê e Instituto Da Cor ao Caso



Dona Pureza em palestra sobre escravidão moderna

Formações e Itinerâncias

- Articulações com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), com a oferta de cursos, palestras, *workshops* e seminários. O Comitê sugeriu em 2022, à Esmam, 16 cursos para servidores(as) e 15 para magistrados(as), com temáticas antidiscriminatórias.
- Itinerâncias nas comarcas do Maranhão para sensibilizar servidores(as) e magistrados(as) e instituições locais: Guimarães (visita e sensibilização do público da colônia de escadões e dos quilombos Caratiua e Baixa do Sapateiro); São Luís Gonzaga (formação sobre legislações e práticas antidiscriminatórias para professores e gestores da rede municipal de ensino e sensibilização do público interno da comarca); Bacabal, Timon e Caxias.

Gestão de Pessoas

O Comitê de Diversidade está contribuindo com o PJMA para realização do Censo do Poder Judiciário, que está inserido no Planejamento Estratégico do TJMA para o sexênio 2021-2026.



Visita ao quilombo Santana do Adroaldo



Itinerância em Timon



Juíza Elaile Carvalho durante sensibilização na colônia de pescadores

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEMULHER /TJMA foi instituída pela Resolução GP-302011, em atendimento aos termos da Resolução nº 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça. Suas atribuições foram atualizadas pelo art. 4º da Resolução 254, de 4 de setembro de 2018, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres pelo Poder Judiciário.

A CEMULHER é um órgão permanente de assessoria da presidência do TJMA, que visa atender todo o Estado do Maranhão, oferecendo um conjunto de ferramentas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar em parceria com a Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS



Ação no Terminal do Cujepe em parceria com a EMAP



Blitz educativa para prevenir a violência contra a mulher



Blitz educativa para prevenir a violência contra a mulher

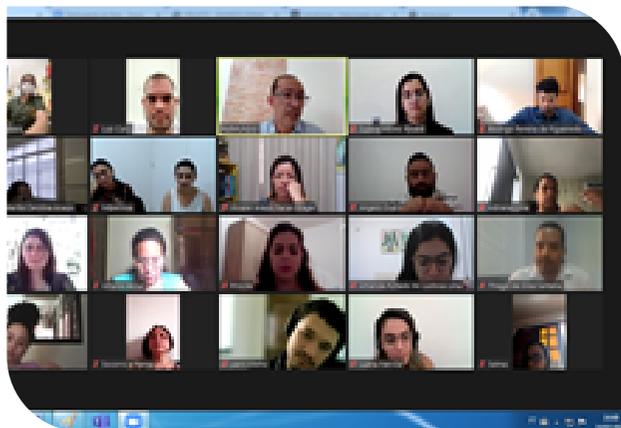


Apresentação de ações de combate à violência contra a mulher/ Barreirinhas

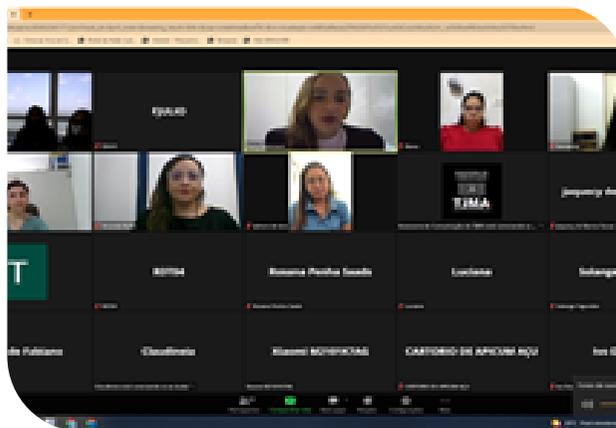


Roda de conversa com colaboradores do Fórum de São Luís

CAPACITAÇÕES



Capacitação de profissionais para atuação em grupos reflexivos



Capacitação de serviços notariais e de registro no Programa Sinal Vermelho



Capacitação do Tribunal para a Polícia Militar



Capacitação em violência doméstica e Lei Maria da Penha /São Luís



Capacitação em violência doméstica e Lei Maria da Penha/ Imperatriz

PALESTRAS



Colaboradores da EMAP



Estudantes do Itaqui-Bacanga



*Palestra no Centro de Ensino
Cônego Ribamar Carvalho*



Palestra para homens venezuelanos



Palestra no auditório do SESC



Colégio Marista Araçagy



UEB Zuleide Andrade



*Palestras do Programa Desperta,
Maria!*

OFICINAS



Oficina no município de Paço do Lumiar



Campanha "Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica" é tema de seminário do TJMA

EVENTOS REALIZADOS



Seminário em alusão ao Dia Nacional da Mulher



Caminhada em alusão ao Dia Nacional da Mulher



Palestra no auditório do SESC



Palestra no auditório do SESC



Tuntum integra rede de enfrentamento à violência contra a mulher



TJMA inaugura Ouvidoria da Mulher





Justiça pela
Paz em Casa
O Judiciário está com você no
enfrentamento à violência doméstica

Edição Período	Audiências			Total de audiências	Sentenças		Total de sentenças	Medidas protetivas de urgencia	Júri realizados	Despachos expedidos
	Audiências preliminares, de acolhimento e justificação	Audiências do art. 16 Da lei maria da penha	Audiência de instrução		Com decisão do mérito	Sem decisão do mérito				
20ª semana 7 a 11 de março/2022	2	1	121	124	176	229	405	512	4	635
21ª semana 15 a 19 de agosto/2022	5	0	148	153	261	150	411	301	0	340
22ª semana 21 a 25 de novembro/2022	7	0	115	122	189	134	323	295	1	114
TOTAL	14	1	384	399	626	513	1139	1108	5	1089

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

O Núcleo de Gestão Socioambiental é a unidade responsável por assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento da Resolução nº 400/2021CNJ. Tem como propósito contribuir para que o PJMA seja reconhecido como modelo de gestão organizacional sustentável, pautada na integridade e em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas.

*Plano de Logística Sustentável do
Poder Judiciário do Maranhão*

**PLANOS
DE AÇÃO**

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO (PLS-PJMA 2021-2026):

alinhado à Estratégia Nacional do Judiciário, ao Planejamento Estratégico da Instituição e à Agenda 2030 da ONU, conforme diretrizes da Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PLS-PJMA 2021- 2026:

- Acompanhamento dos indicadores mínimos da Resolução nº 400/2021-CNJ, das metas do Plano de Logística Sustentável (PLS) e das ações constantes do plano de ações.
- Apresentação do Relatório de Desempenho Ano-Base 2021: resultados obtidos nos indicadores de sustentabilidade durante o ano 2021.
- Acompanhamento dos Resultados dos Indicadores de Sustentabilidade: monitoramento do desempenho dos 18 indicadores e mais de 100 variáveis definidas na Resolução nº 400/2021-CNJ.
- Monitoramento dos Planos de Ação do PLS: acompanhamento da execução dos planos de ação junto aos setores responsáveis.
- Relatórios de Acompanhamento de Resultados

do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS): encaminhamento trimestral de relatórios para a Gestão.

- Reuniões de Alinhamento Estratégico (RAE): realização de reuniões (RAE) para o acompanhamento do desempenho dos indicadores e das ações previstas no PLS.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Realizadas diversas capacitações, com mais de

2.152

pessoas capacitadas.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Campanhas “Consumo Consciente”, “TJMA Sem Plástico” e campanhas alusivas às datas comemorativas, com destaque para o Dia Mundial da Água, Dia do Planeta Terra e Dia Internacional da Reciclagem.

PRINCIPAIS PROJETOS

JORNADA DA SUSTENTABILIDADE

Realizada em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a 2ª edição teve como tema “O Judiciário por uma só Terra” e promoveu ciclo de palestras com mais de 767 participações, além do lançamento do Prêmio TJMA Sustentável

2022, anúncio do resultado da Premiação Selo Verde 2021, impulsionamento da Meta 12 do CNJ, descarte de processos, doação de mudas de plantas e iluminação verde da fachada do prédio-sede do TJMA.



Premiação Selo Verde 2021

CAMPANHA DESTRALHE: “Mais sustentabilidade e menos desperdício”

A campanha integra o Dia Mundial da Limpeza. Além da devolução de materiais e bens permanentes para reutilização; doação ou descarte ambientalmente correto; doação de bens apreendidos em processos criminais; destinação para a reciclagem de processos físicos; organização do ambiente de trabalho; limpeza digital; realização de mutirão de

limpeza das dependências dos fóruns; palestras e rodas de conversas, foram disponibilizados os Guias de Procedimentos de Baixa e Devolução de Bens e de Gestão Documental.

Como resultado da edição de 2022, foram beneficiadas mais de

4.400 pessoas

com a doação de bens do TJMA, que contemplou várias instituições de ensino.

PROJETO “TJMA SUSTENTÁVEL ITINERANTE”

Foram realizadas visitas técnicas às Comarcas de Morros, Rosário e Barreirinhas, com o objetivo de interiorizar as ações de sustentabilidade.

PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Instalação de painéis solares nos fóruns de Paço do Lumiar, Raposa, Bacabal, Caxias, Rosário e Fórum Des. Sarney Costa.

GESTÃO DE RESÍDUOS: Coleta Seletiva Solidária Tem a finalidade de destinar de forma ambientalmente correta os resíduos gerados nas atividades do órgão, e beneficiar famílias

por meio da doação para a cooperativa de Reciclagem de São Luís – COOPRESL.



- Realizadas visitas técnicas para vistoria dos processos de coleta seletiva e elaboração de relatórios.
- Estímulo da expansão da coleta seletiva, com a colocação de cestos coletores e orientação de servidores e terceirizados, nos prédios do Anexo BASA e Coordenadoria da Infância e Juventude.
- Parceria com a Corregedoria Geral da Justiça e com o Programa de Gestão Documental do TJMA, para fins de doação de processos físicos à cooperativa de reciclagem.

PARCERIAS

Ecoliga

Assinatura do Regimento Interno do Termo de Cooperação Técnica Ecoliga.

Rede das Redes

Iniciativa de caráter nacional que objetiva promover a cooperação, e a atuação conjunta e o compartilhamento de informações entre várias redes de sustentabilidade no país.

Compartilhamento de boas práticas da área de sustentabilidade do TJMA com:

- Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – TRT 16ª Região;
- Tribunal de Justiça da Bahia – TJBA (celebração de Termo de Cooperação Técnica);
- Secretaria de Transparência e Controle do Estado do Maranhão – STC.

Movimento Mojó Lixo Zero

A ação conjunta com o Executivo municipal e organizações não governamentais coletou cerca de 800 quilos de resíduos, encaminhados para cooperativa de reciclagem de Paço do Lumiar.

Projeto “O Judiciário nas escolas”

Elaboração de cartilha informativa, palestras e plantio de mudas de ipês nas unidades escolares contempladas pelo projeto.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS SOBRE SUSTENTABILIDADE



Projeto “O Judiciário nas escolas”

A política de sustentabilidade do TJMA foi apresentada em diversos eventos com a temática da sustentabilidade:

- Encontro de Juristas Ambientais: Desafios Ambientais Contemporâneos;
- IV Fórum de Direito Ambiental da Procuradoria Geral do Estado: “Emergências Climáticas e Direito Ambiental”;
- II Congresso Internacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- II Encontro de Boas Práticas entre os Tribunais do Bioma Amazônico.



RESULTADO DA EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PLS-PJMA –2022



PAPEL

O consumo de papel A4 apresentou diminuição de 55% em relação ao ano anterior e redução de 37,11%, superando a meta do indicador para todo o quinquênio.



IMPRESSÃO

Manteve-se a tendência de queda no indicador da quantidade de impressoras *per capita* superior à meta estabelecida. Redução de 35% dos gastos com contrato de terceirização, em relação ao previsto e redução de 22,4% na quantidade de impressões em relação ao ano anterior.



GESTÃO DE RESÍDUOS

Aumento em 2022 de 77% (60.623,64 kg) em relação a 2021 (34.232 kg) na pesagem de recicláveis. Destaca-se ainda o trabalho do Programa de Gestão Documental,

que possibilitou o descarte ambientalmente correto de mais de 570 mil processos.



VIGILÂNCIA

Meta cumprida na sua integralidade, com a implantação do *software* de cadastro de visitantes nos prédios dos fóruns de São Luís, Imperatriz, Caxias, Timon, Centro Administrativo e sede do TJMA.



VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL

A meta para a racionalização do consumo de combustível foi alcançada.



QUALIDADE DE VIDA

Incremento quantitativo e qualitativo nas ações implementadas em 2022,

além do aumento no número de atividades e intensificação da divulgação do Programa de Bem-Estar e Saúde e do Programa Justiça de Proximidade.



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

A meta foi atingida com a realização de 16 ações, a exemplo da 2ª Jornada da Sustentabilidade, palestras como Ética Ambiental e cursos em Gestão Sustentável e ESG, Contratações Sustentáveis e Construções Sustentáveis. No que se refere à sensibilização, a meta foi superada com a realização de 41 ações, a exemplo das Campanhas Consumo Consciente e TJMA sem Plástico.



EQUIDADE E DIVERSIDADE

O alcance da meta reflete o compromisso do Poder Judiciário maranhense de fomentar a responsabilidade social nas suas unidades judiciais e administrativas, especialmente das coordenadorias e núcleos que integram o grupo executivo com temática Equidade e Diversidade.



AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O índice alcançou o
percentual de

29,9%,

ultrapassando a meta
definida para 2022 (25%).

APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

A meta foi superada, tendo

atingido **57,6%**

de economia nos gastos
com serviços gráficos.

RESULTADOS DO TJMA NO CENÁRIO NACIONAL

6º Balanço de Sustentabilidade do CNJ:

O TJMA obteve percentual de

52,3%

no Índice de Desempenho de
Sustentabilidade (IDS) e figurou na 12ª
colocação entre os Tribunais de Justiça,
avançando 11 posições em relação a 2020.
Foi destacado pelo CNJ por ter conseguido
aprimorar o próprio desempenho na série
histórica, aumentando 12,3 pontos percentuais.

Prêmio Juízo Verde CNJ:

O TJMA figurou com o 10º melhor resultado
no ranking final entre os Tribunais de Justiça
na modalidade “Produtividade” e obteve a
4ª posição entre os tribunais com melhor
performance no índice de julgamento da
demanda.

Prêmio CNJ de Qualidade:

No eixo governança, o TJMA obteve o 4º melhor
resultado dentre os 27 tribunais de justiça,
com 23,6 pontos, ficando atrás somente do

TJSP (27,6), TJDFT (26,82) e TJPR (26,12). Cabe
ressaltar que nenhum tribunal conseguiu a
pontuação máxima de 35 pontos no critério
socioambiental.

Meta do Judiciário Nº 12 – CNJ

O TJMA impulsionou

61,7%

dos processos relacionados
a ações ambientais,
distribuídos até
31/12/2020, chegando a

246,98%

do cumprimento da meta
estipulada, que foi de

25%



MONITORAMENTO E SISTEMA CARCERÁRIO

- Formalização do 1º Termo de Aditivo do Convênio nº 04/2019 – TJMA/SEAP, que trata sobre a Inclusão de Mão de Obra Carcerária em Ciclos Produtivos de Confeção de Bens e Prestação de Serviços, prorrogando seu prazo de vigência por mais 2 anos (até 10/10/2024);

- Termo de Cooperação Técnica nº. 07/2019 – Projeto Indicadores do Cárcere. Acordo de Cooperação Técnica entre TJMA, IMESC e FAPEMA;

- Formalização do 1º Termo Aditivo relativo ao Termo de Cooperação Técnica CNJ nº. 006/2021 – Plano Executivo Estadual – PEE – celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Sistemas de Informação – Execução penal

- Monitoramento mensal da alimentação dos sistemas SISTAC, CNIEP, BNMP 2.0 pelas unidades judiciais do Estado;

- Fiscalização semanal da alimentação do SISTAC pelos plantonistas criminais de São Luís



Resultado:

100%

do sistema alimentado após o início das fiscalizações;

- Monitoramento mensal da taxa de encarceramento do sistema prisional do Estado.



Resultado:

diminuição para

32%

no quantitativo de presos provisórios.

IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS DO SISTEMA PRISIONAL NA ILHA DE SÃO LUÍS

• Assinatura do Termo de Cooperação Técnica

(TCOT-031-2022) – implementação da Central de Regulação de Vagas em 18/7/2022;

- Apoio no desenvolvimento do sistema de controle de vagas da Central de Regulação de Vagas Penais do sistema prisional do Estado e acompanhamento do desenvolvimento do fracionamento de vagas prisionais;
- Apoio à 1ª VEP de São Luís nas inspeções das unidades prisionais de São Luís;
- Elaboração de minuta de ato normativo sobre o funcionamento da Central de Regulação de Vagas.



Implantação de Conselhos de Comunidade

• Implantação de 14 Conselhos de Comunidade em 2022, nas comarcas de: Colinas, Balsas, Cururupu, Zé Doca, Caxias, Barra do Corda, Chapadinha, Viana, Itapecuru-Mirim, São João dos Patos, Governador Nunes Freire, Pinheiro, Carolina e Grajaú. Aumento em mais de 100% de Conselhos criados, totalizando 27 Conselhos;

• Finalização de minuta da Portaria-Conjunta nº. 9/2017 da Monitoração Eletrônica, de acordo com a Resolução CNJ nº 412/2021.

Kit's para coleta biométrica nas unidades prisionais

• Dos 84 kits recebidos, 1 permaneceu como modelo no setor de informática do TJMA e 83 foram distribuídos, resultando em 100% de kits de coleta biométrica instalados nas comarcas no Estado.

Monitoramento das vagas ociosas nas APAC'S do estado

Monitoramento de pedidos de transferência de pessoas custodiadas nas unidades prisionais do Estado para cumprimento de pena nas APAC.



Posse do Conselho da Comunidade de Fiscalização na Execução Penal, na Comarca de Colinas

Força tarefa – VEP Imperatriz

Coordenação da força-tarefa na VEP de Imperatriz, que resultou na concessão de 542 decisões, com 142 benefícios nos processos de execução.



Monitoramento das decisões e dados dos Hc's Coletivos 165704/DF e 143641/SP

• Monitoramento mensal de dados sobre o cumprimento das ordens dos habeas corpus coletivos 165704/DF e 143641/SP pelas unidades judiciais – reavaliação de processos de pais ou únicos responsáveis e de mães de menor de 12 anos ou de pessoa com deficiência, para cumprimento em prisão domiciliar;

• Encaminhamento de relatório trimestral ao STF e CNJ com resultados sobre os processos reavaliados pelas unidades judiciais do Estado.

CONTROLE DA TAXA DE ENCARCERAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL

Monitoramento de Processos



Bacabal e Chapadinha

639

processos de pessoas custodiadas, com realização de força-tarefa e reuniões com magistrados(as);

São Luís

1.841

processos de presos provisórios há mais de 100 dias, com envio de cobrança para reavaliação das prisões às unidades judiciais;

Balsas e Timon

1.163

processos de presos provisórios com envio de cobrança para reavaliação das prisões;

Cururupu e Pinheiro

288

processos de presos provisórios com envio de cobrança para reavaliação das prisões;

Viana e Santa Inês

71

processos de presos provisórios com envio de cobrança para reavaliação das prisões.



Presos provisórios há mais de 90 dias

- Análise e monitoramento de reavaliação de processos de presos provisórios há mais de 90 dias, com encaminhamento trimestral de cobranças às unidades judiciais do Estado.

Sistema SEEU/CNJ

- Capacitação de servidores(as) na execução do sistema SEEU em parceria com a ESMAM-MA, nos pólos judiciais: Balsas, Bacabal, Santa Inês, São João dos Patos, Chapadinha, Imperatriz e Pinheiro.

Demandas processuais de pessoas presas

- Acompanhamento com resolução de 2.349 fiscalizações oriundas do sistema SisUMF, relativas a cobranças de expedição e implantação de guias de execução às varas processantes e de execução penal do Estado, bem como pedidos de baixa em mandados de prisão em aberto nos sistemas BNMP/CNJ e SIGO (da Polinter); denúncias sobre irregularidades nas unidades prisionais; solicitações de recambiamento de presos; informações processuais, conforme relatório anual.

Programa Fazendo Justiça

- Apoio na elaboração da minuta da Portaria Conjunta SEAP/TJ nº 8, de 10 de outubro de 2022, para regulamentação da realização das audiências de custódia e atendimento por equipe multidisciplinar por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão e do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Inserção de pessoas reclusas e egressas do sistema prisional no mercado de trabalho

- Publicado o Decreto 37.806/2022 de regulamentação da Lei 10.182/2014 com envio a 52 instituições da administração pública estadual e apresentado em reunião com Secretários de Estado onde participaram 38 pessoas representando 20 instituições governamentais.
- Elaboração e publicação de Ato da Presidência – GP Nº 72/2022 que disciplina a reserva de vagas para o público egresso nas licitações realizadas pelo TJMA.

Rede de atenção à pessoa egressa do sistema prisional – RAESP-MA

- Metodologia indicada pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 307/2019, que visa aprimorar o atendimento às demandas

das pessoas egressas. A UMF compõe a coordenação da Rede junto à Supervisão de Reintegração Social – SEAP e o Conselho da Comunidade na Execução Penal.

Implantação dos Escritórios Sociais

- Equipamento público impulsionado pelo CNJ por meio da Resolução 307/2019, cuja implantação é fruto da articulação entre Judiciário e Executivo para ofertar serviços especializados a pessoas egressas e seus familiares.
- A coordenação da UMF elegeu 20 municípios considerando a existência de unidade prisional para implantação do Escritório Social. Na primeira fase, foram acompanhados os 12 primeiros municípios (Bacabal, Balsas, Caxias, Chapadinha, Codó, Colinas, Imperatriz, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, Timon), com orientação quanto às providências para implantação do equipamento, além de munir gestores e técnicos com informações e documentos.
- Participação no Monitoramento Técnico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ nos Escritórios Sociais de Itapecuru Mirim e São Luís.

Direito à documentação

Certidão de Nascimento e Casamento de apenados(as) e seus familiares solicitadas pelas unidades prisionais do Estado do Maranhão pelo Sistema da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – SisUMF; **464 solicitações** de Certidão de Nascimento e Casamento recebidas dos cartórios do Maranhão e **247 documentos** de outros estados (134 Certidão de Nascimento e Casamento e 113 certidões negativas).

Monitoramento da execução das Medidas Socioeducativas

Elaboração de relatórios mensais, disponibilizados no site do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com informações referentes ao quantitativo de adolescentes apreendidos, internados provisoriamente e internados definitivamente, ocupação das unidades, adolescentes gestantes, puérperas e com filhos menores de 12 anos, autodeclaração de adolescentes no que se refere a raça, identidade de gênero e orientação sexual, faixa etária, atividades de profissionalização.

Central de Vagas do Sistema Socioeducativo

Publicação da Resolução nº 73/2022, assinada pelo Tribunal de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, que dispõe sobre diretrizes e normas gerais para criação, implementação e execução da Central de Vagas do Sistema Socioeducativo. A Central de Vagas iniciou seu funcionamento no dia 15 de novembro de 2022.

Audiências Concentradas – Sistema Socioeducativos

Publicação da Resolução nº 74/2022, que dispõe sobre a realização de audiências concentradas de reavaliação de medidas socioeducativas de internação.



Projeto Rolê do Esporte: Socioeducação em Campo

O projeto Rolê do Esporte foi desenvolvido em parceria com a Funac e o Sampaio Côrrea Futebol Clube, para garantir a presença de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de restrição ou privação de liberdade em atividades de acesso ao lazer. O projeto é pautado no art. 71 do ECA e aconteceu nos dias 30 de setembro, 3 de outubro, 11 de outubro e 5 de novembro, com a participação de 71 adolescentes das unidades socioeducativas de privação de liberdade de São Luís.



GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) e o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Maranhão (CIJEMA) atuam no enfrentamento às demandas advindas de litigiosidade de massa, englobando causas repetitivas e com repercussão geral, identificadas como Precedentes Judiciais e Ações Coletivas, atendendo às exigências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da litigiosidade contemporânea.



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Realização do **III Encontro Estadual sobre Precedentes Qualificados**, no dia 11.4.2022, no Auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, na modalidade presencial com transmissão pelo *Youtube*, contando com a presença dos palestrantes: Jeffrey Scott Boyd (juiz da Suprema Corte do Texas/EUA), Alexandre Freitas Câmara (desembargador do TJRJ), Alexandre Paiva (juiz auxiliar do CNJ e juiz do TJRJ), Marcela Lobo (juíza do TJMA), Michelle Amorim (juíza do TJMA) e Ferdinando Serejo (juiz do TJMA) – (NUGEPNAC).

- Participação técnica no desenvolvimento do **PAINEL DE PRECEDENTES QUALIFICADOS**, ferramenta desenvolvida pela UEMA, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2021, que será disponibilizada para servidores(as) e magistrados(as) do TJMA – (NUGEPNAC);
- Participação técnica no desenvolvimento da ferramenta **EXTENSÃO TJMA-PJE**, para o *Google Chrome*, que acrescenta funcionalidades ao PJe, permitindo a busca/consulta de Temas do STJ/STF por assunto, que será disponibilizada para magistrados(as) e servidores(as) de secretarias judiciais do TJMA – (NUGEPNAC);

- **Estudos de Caso** para elaboração de Notas Técnicas, atendendo às diretrizes traçadas nas Metas Estratégicas para conquista do Prêmio CNJ de Qualidade.
- **Gerenciamento da fixação de Temas** por IRDR/IAC (TJMA) e de Teses de Recursos Repetitivos (STJ) e de Repercussão Geral (STF).
- **Tratamento das inconsistências** no Sistema de Envio ao Banco Nacional de Precedentes (BNP) dos dados dos processos sobrestados no TJMA.

CONCILIAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC é a unidade do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA responsável pela execução da Política Judiciária Nacional de Resolução Adequada de Conflitos, instituída pela Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

O NUPEMEC foi instituído em 12/11/2012 e está vinculado à Presidência do TJMA, atualmente contando com **21 CEJUSCs**, sendo 9 destes vinculados ao TJMA e os outros 12 vinculados à Instituições de Ensino parceiras.

Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania cabe a realização de sessões e audiências de conciliação, bem como o atendimento e orientação para estimular a autocomposição (art. 165, caput, do CPC e Resolução nº 125/2010 do CNJ).

Demandas de todos os CEJUSC's em atividade - São Luís

1º CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO LUÍS

	Designadas	Realizadas	Com acordo	Sem acordo	Ausências	Valor
TOTAL	7.166	4.613	1.522	3.168	2.387	11.238.116,56

2º CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SÃO LUÍS

	Designadas	Realizadas	Com acordo	Sem acordo	Ausências	Valor
TOTAL	4.817	2.111	1.349	587	-	10.290.334,46

CENTRO DE CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

	Designadas	Realizadas	Acordo	Sem acordo	Redesignadas	Valor
TOTAL	-	1.812	573	1.239	58	6.938.916,37

CENTRO DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE FAMÍLIA

	Designadas	Realizadas	Acordo	Sem acordo	Ausências	Valor
TOTAL	-	2.837	1.838	1.017	-	35.667.059,63

CENTRO DE MEDIAÇÃO DAS DEMANDAS DA SAÚDE PÚBLICA

	Designadas	Realizadas	Acordo	Sem acordo	Redesignadas	Valor
TOTAL	-	466	363	83	238	2.959.844,91



Conciliação Itinerante

Implementação do Programa **Conciliação Itinerante** – A Justiça próxima do Cidadão, que busca aproximar o Judiciário maranhense do cidadão ou da cidadã para viabilizar a tentativa de solução de conflitos de forma mais célere. É viabilizada a solução de demandas que versem sobre: direito do consumidor, direito de família, investigação de paternidade, cíveis, além de demandas da área penal (TCO's e ANPP's).



Itinerâncias 2022



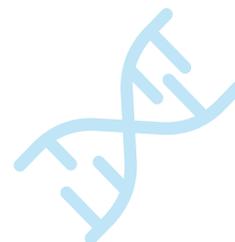
2.975
AUDIÊNCIAS
REALIZADAS

1.248

Com acordo

1.727

Sem acordo



163
COLETAS
DE DNA

11 edições do Programa Conciliação Itinerante



14 A 19 DE FEVEREIRO

*Imperatriz, Gov. Edson Lobão,
Davinópolis, Porto Franco e Estreito*

Audiências
Designadas **149**

Realizadas **50**

Acordos **48**

Índice **96%**

DNA **20**

Valor dos
acordos **R\$ 133.811,60**





14 A 18 DE MARÇO

*São Pedro dos Crentes,
Nova Colinas e Balsas*

*Audiências
Designadas* **238**

Realizadas **177**

Acordos **88**

Índice **49,71%**

DNA **20**

*Valor dos
acordos* **-**





18 A 20 DE ABRIL

São Mateus do Maranhão

*Audiências
Designadas* **495**

Realizadas **311**

Acordos **72**

Índice **23,15%**

DNA **-**

*Valor dos
acordos* **R\$ 8.032,92**





16 A 20 DE MAIO

Balsas

*Audiências
Designadas* **1.295**

Realizadas **857**

Acordos **77**

Índice **8,96%**

DNA **-**

*Valor dos
acordos* **R\$ 6.242.501,05**





6 A 10 DE JULHO

Coroatá e Peritoró

*Audiências
Designadas* **611**

Realizadas **470**

Acordos **155**

Índice **32,98%**

DNA **26**

*Valor dos
acordos* **R\$ 771.892,20**



Fonte: Letícia Rogéria Lobato



4 A 8 DE JULHO

Imperatriz – Semana do Divórcio

Audiências
Designadas **188**

Realizadas **166**

Acordos **161**

Índice **96,99%**

DNA **26**

Valor dos
acordos **R\$ 1.784.807,40**





8 A 11 DE AGOSTO

Alto Alegre, Marajá do Sena, Paulo Ramos e Bom Lugar

Audiências
Designadas **84**

Realizadas **76**

Acordos **74**

Índice **97,37%**

DNA **14**

Valor dos
acordos **R\$ 130.684,24**





**29 DE AGOSTO A
2 DE SETEMBRO**

*Lago do Junco, Lagoa Grande, Lago
dos Rodrigues e Lago da Pedra*

*Audiências
Designadas* **425**

Realizadas **316**

Acordos **183**

Índice **57,91%**

DNA **26**

*Valor dos
acordos* **R\$ 922.246,41**

Fonte: Letícia Rogéria Lobato





19 A 23 DE SETEMBRO

*Colinas, Mirador, Pastos Bons, São João dos Patos
e Passagem Franca*

Audiências
Designadas **532**

Realizadas **336**

Acordos **247**

Índice **73,51%**

DNA **22**

Valor dos
acordos **R\$ 1.859.639,43**





3 A 7 DE OUTUBRO

Paulino Neves e Belágua

Audiências Designadas **150**

Realizadas **66**

Acordos **66**

Índice **100%**

DNA **9**

Valor dos acordos **R\$ 152.133,95**



Fonte: Letícia Rogéria Lobato



3 A 7 DE OUTUBRO

Anajatuba e Itapecuru-Mirim

Audiências Designadas **553**

Realizadas **108**

Acordos **77**

Índice **71,30%**

DNA **-**

Valor dos acordos **R\$ 213.834,09**



- Projeto “**Não Morra, Maria da Penha**”: a contribuição do Poder Judiciário maranhense na perspectiva e efetividade da Rede de Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar”. Conciliadores e conciliadoras orientaram mulheres a resolverem suas demandas por meio da Conciliação, de forma rápida e gratuita.



- Participação na **Feira do Empreendedor** entre os dias 31 de março e 3 de abril, no Multicenter Sebrae.



Mutirão da Conciliação

No período de 4 a 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, foram realizadas **mais de 900 audiências**, conduzidas por cerca de 50 conciliadores de 6 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania de São Luís.



MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO

*Audiências
Designadas*

1.874

Realizadas

971

Acordos

434

*Sem
acordos*

471

Ausências

751

*Audiências não
realizadas*

166



SEMANA ESTADUAL DA CONCILIAÇÃO 20 A 24 DE JUNHO

Audiências Designadas	Realizadas	Acordos	Índice	DNA	Valor dos acordos
1.154	636	277	43,55%	-	R\$ 3.522.229,11



XVII SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO 7 A 11 DE NOVEMBRO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Audiências designadas	Realizadas	Acordos
8.436	6.092	1.049



GESTÃO DA MEMÓRIA E BIBLIOTECA

MUSEU DESEMBARGADOR LAURO DE BERREDO MARTINS

Exposição Maria Firmina dos Reis: 200 anos inspirando humanidades

Primeira exposição temática, em parceria com o Comitê de Diversidade, que apresentou a vida e a obra de Maria Firmina dos Reis, primeira escritora romancista brasileira, mulher negra, ativista, intelectual que lutou por direitos das mulheres e pela liberdade dos escravos no século XIX.

- A exposição Maria Firmina dos Reis teve sua abertura no dia 5 de agosto de 2022, permanecendo no Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins por 8 meses.



- De forma itinerante a exposição foi apresentada na Feira do Livro de São Luís.
- Durante a exposição foi apresentado o espetáculo teatral “Maria Firmina dos Reis: uma voz além do tempo”.



Exposição “Histórias e Justiça”

Exposição permanente que conta a história do Tribunal de Justiça do Maranhão.



Total de visitas ao Museu e suas exposições:

923
visitantes.

Restauração dos livros raros pertencentes ao acervo da Biblioteca de Obras Raras do TJMA

- Limpeza mecânica, higienização, tratamento químico, restauração e desacidificação das publicações raras, históricas e institucionais do TJMA;
- Coleção de Leis do Império 1761-1764 e 1835-1842;
- Livro para Distribuição dos Feitos da Coroa da Relação do Maranhão;
- Livro do Tribunal do Comércio do Maranhão v. 1 e v. 2.

Campanha Voluntários da Memória

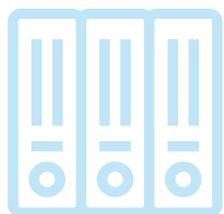
Arrecadação de doações que contribuam para contar a história do Judiciário maranhense, por meio de fontes como jornais, fotos, diplomas, mobiliário, gravações, selos etc.

Foram doadas **240 publicações** pela família do Advogado Fran Figueiredo e **167 publicações** doadas pela família do desembargador Lauro de Berredo Martins.

BIBLIOTECA DESEMBARGADOR JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA E SILVA

Coleta, organização, recuperação, revisão, indexação e catalogação de legislação.

Foram catalogados e indexados

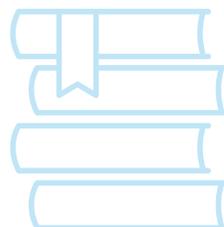


2.127
atos administrativos

(atos, atas, comunicados, editais, leis complementares, leis ordinárias, portarias conjuntas, portarias, provimentos e resoluções).

Acervo Bibliográfico e Museológico

Foram incorporados ao acervo



623
novos títulos

de livros e folhetos, cadastrados, catalogados e indexados no Sistema de Automação de Biblioteca (SIABI), que se encontram disponíveis para consulta e empréstimo pelos nossos usuários.

1ª Colônia de Férias da Biblioteca Mundo Mágico e 2ª Feirinha de Livros Infantis de autores maranhenses

Fomento à prática de leitura e divulgação dos autores de literatura infantil maranhense. Participação de **67 servidores e servidoras** que inscreveram seus filhos(as), totalizando **73 crianças**.





TRANSPARÊNCIA

*"Fazer bem e depressa por
uma Justiça de Proximidade"*

GESTÃO FISCAL

Adiantamentos

O controle e a análise dos processos de liberação de créditos do cartão corporativo totalizaram 385 processos efetivamente liberados. Desse quantitativo, 254 foram requisitados para atender à alimentação do júri das comarcas do interior e 131 processos foram solicitados para pronto pagamento, para atender às despesas de pequeno valor com aquisição de material de consumo ou prestação de serviços necessários ao bom funcionamento das unidades do Tribunal de Justiça. Das liberações efetuadas no exercício, o montante de R\$ 856.973,45 já foi comprovado, conforme processos de prestações de contas.

Gestão Fiscal

A gestão fiscal tem o propósito de assegurar a

consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos. Como instrumento de transparência da gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), abrangendo as informações referentes às metas fiscais e aos limites de despesa com pessoal.

A partir do exercício 2021, conforme Manual de Riscos Fiscais, é vedada a exclusão do Imposto de Renda na elaboração do RGF, sendo evidenciada no gráfico “Relatório de Gestão Fiscal” a sua evolução sem as exclusões. O histórico da despesa com pessoal, no período de 2015 a 2022, com e sem a inclusão do Imposto de Renda até o exercício 2020, conforme Decisão PL – TCE 15/2004, evidencia ao longo do tempo uma melhora nos limites da despesa com pessoal.

ADIANTAMENTOS EM 2022

Cód.	Tipo	Quant.	Valores em Reais (R\$)	
			Pago	Apresentado
3	Alimentação do Júri	254	676.813,96	616.962,40
1	Pronto Pagamento	131	258.277,00	240.011,05
TOTAL		385	935.090,96	856.973,45

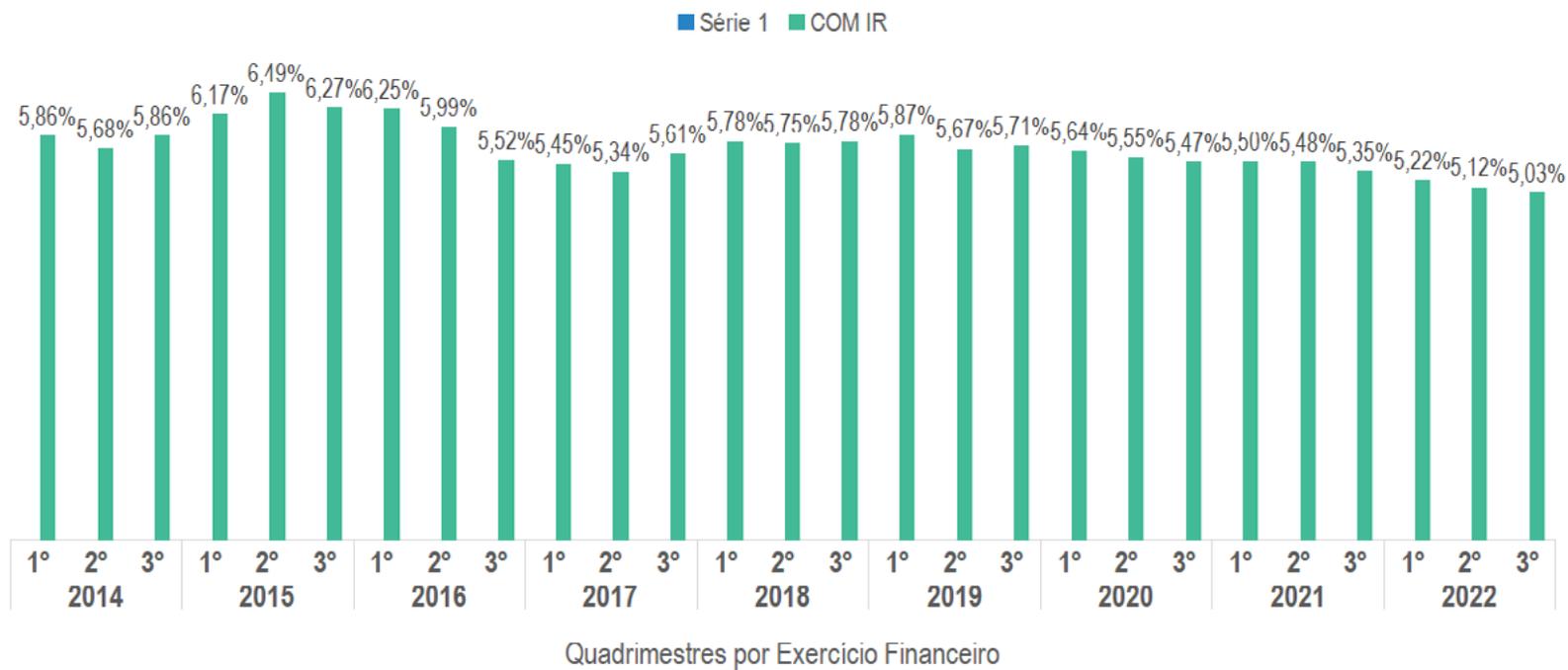
Fonte: Sistema SIGEF e SCO, 2022.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (Com IR)

Período	QUADRIMESTRE		
	1º	2º	3º
2014	5,86%	5,68%	5,86%
2015	6,17%	6,49%	6,27%
2016	6,25%	5,99%	5,52%
2017	5,45%	5,34%	5,61%
2018	5,78%	5,75%	5,78%
2019	5,87%	5,67%	5,71%
2020	5,64%	5,55%	5,47%
2021	5,50%	5,48%	5,35%
2022	5,22%	5,12%	5,03%

Fonte: Gestão Fiscal; Sistema SIGEF e SCO, 2022.

DOS PERCENTUAIS DA GESTÃO FISCAL – 2015 A 2022



Fonte: Gestão Fiscal; Sistema SIGEF e SCO, 2022.

FOLHA DE PESSOAL 2022

Da contabilização

Contabilização da Folha de Pessoal, exercício 2022, com observância das normas legais e classificações contábeis exigidas no novo plano de contas aplicado ao Setor Público. Identificação

das despesas de pessoal e custeio pagos em contracheque, tais como o auxílio-saúde, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio aos militares (convênio), auxílio-custeio de diligência dos oficiais de justiça, totalizando **R\$ 1.326.988.061,00**.

RESUMO FOLHA 2022

REMUNERAÇÃO BRUTA	TOTAL
	1.141.050.130,77
DESPESA COM PESSOAL	1.114.662.230,63
dif GPJ 2021	26.387.900,14
DIFERENÇA REAJUSTE 2,94	-
DIFERENÇA REAJUSTE AUXÍLIOS 10%	-
AUXÍLIOS CUSTEIO FERJ (benefícios oficiais de justiça)	22.947.136,95
AUX. CUSTEIO DILIGÊNCIA	22.049.584,74
HORA AULA (INSTRUTORIA INTERNA) (210)	272.706,00
AUX. BOLSA	624.846,21
AUXÍLIOS CUSTEIO TRIBUNAL (benefícios)	155.863.073,81
AUX. SAÚDE INATIVOS	2.314.895,61
AUX MORADIA (MAGISTRADOS (AS))	3.491.624,00
AUX. ALIMENTAÇÃO (256+456)	102.755.367,05
AUX. SAÚDE (119+129+319+329)	37.101.201,09
AJUDA DE CUSTO MAGISTRADOS (AS) (189)	637.879,38
FUNÇÃO MILITAR CONVÊNIO (107+307)	5.861.630,40
VALE TRANSPORTE (227/211)	3.700.476,28
TOTAL 01 - BENEFÍCIOS	178.810.210,76
TOTAL 02 - ATIVOS	962.239.920,01
TOTAL GERAL ATIVOS + BENEFÍCIOS	1.141.050.130,77

RESUMO FOLHA 2022

ENCARGOS PATRONAIS	
FEPA PATRONAL	150.228.768,30
FUNBEN PATRONAL (3%)	2.255.869,38
FUNBEN PATRONAL DEPENDENTE (1%) (943)	545.460,54
ASS. SAÚDE PATRONAL (3%)	543.385,95
ASS. SAÚDE PATRONAL DEPENDENTE (1%) (944)	50.889,37
INSS - PATRONAL (21,0382%)	32.313.556,69
TOTAL ENCARGOS PATRONAIS	185.937.930,23
TOTAL DA FOLHA DE PESSOAL A PAGAR	1.326.988.061,00
RETENÇÕES	-
FEPA EMPREGADO (982)	75.116.739,72
FUNBEN EMPREGADO (983)	2.238.817,73
FUNBEN DEPENDENTE	545.460,54
ASS. SAÚDE EMPREGADO (980)	543.385,95
ASS. SAÚDE DEPENDENTE	50.889,37
INSS EMPREGADO (981)	11.346.043,68
PENSÃO	5.337.668,41
IRRF	148.775.043,58
CONSIGNAÇÕES	85.564.115,61
RESTITUIÇÕES	6.034.535,17
TOTAL DE DESCONTOS (RETENÇÕES)	335.552.699,76

Fonte: Cálculos Folha 2022; Sistema SIGEF e SCO, 2022.

DETALHAMENTO DO EXERCÍCIO 2022

FOLHA DE PESSOAL 2022				
	PESSOAL	ENCARGOS	AUXÍLIOS	TOTAL
JANEIRO	68.292.858,86	14.069.095,59	12.865.592,98	95.227.547,43
FEVEREIRO	71.408.915,32	14.251.716,72	12.820.112,06	98.480.744,10
MARÇO	68.252.060,36	14.091.613,00	13.183.778,59	95.527.451,95
ABRIL	68.234.221,66	14.091.891,66	14.023.092,85	96.349.206,17
GPJ/2021	25.658.203,45	-	-	25.658.203,45
MAIO	68.217.666,33	14.301.658,64	13.801.255,56	96.320.580,53
1ª PARCELA				
DÉCIMO	28.584.981,80	-	-	28.584.981,80
JUNHO	70.303.016,77	14.369.061,23	13.736.868,98	98.408.946,98
JULHO	69.134.629,68	14.467.843,53	13.858.797,62	97.461.270,83
AGOSTO	68.559.402,04	14.479.343,63	14.227.213,44	97.265.959,11
SETEMBRO	67.894.748,13	14.441.028,73	14.033.353,03	96.369.129,89
OUTUBRO	67.692.021,35	14.440.136,09	15.034.177,63	97.166.335,07
NOVEMBRO	68.121.580,75	14.504.373,51	16.540.469,51	99.166.423,77
DEZEMBRO	76.752.831,29	14.527.136,60	15.736.498,51	107.016.466,40
2ª PARCELA				
DÉCIMO	33.679.998,45	13.903.031,30	-	47.583.029,75
AUX. NATALINO	0	0	8.949.000,00	8.949.000,00
TOTAL	920.787.136,24	185.937.930,23	178.810.210,76	1.285.535.277,23

Fonte: Cálculos Folha 2022; Sistema SIGEF e SCO, 2022.

ASPECTOS BANCÁRIOS EM 2022

UG	C/C	VALOR	TOTAL UG
TJ	18636-8	8 10.897.366,81	23.048.464,89
	10.000-5	1.905.271,91	
	29000-9	9.584.142,68	
	31000-x	30.822,04	
	5169-1	630.861,45	107.453,83
	ESMAM	6420-3	
	28472-6	107.453,83	22.217.000,70
	FERJ	10685-2	
	9575-3	3.163.695,25	741.700,65
	FERC	6884-5	
	6458-0	208.667,72	1.634.882,68
	FUNSEG	7956-1	
			47.749.502,75

Fonte: Contas Tribunal 2022; Sistema SIGEF e SCO, 2022.

DETALHAMENTO DO EXERCÍCIO 2022

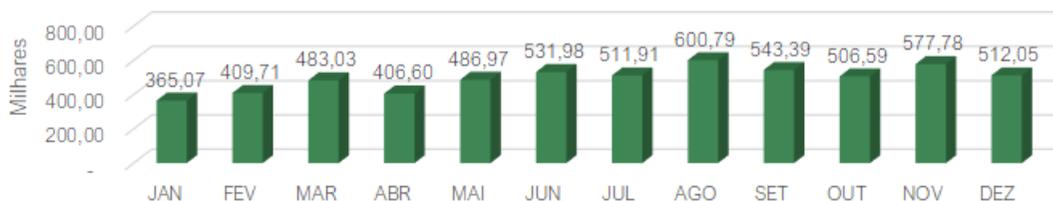
ARRECADAÇÃO FERJ - Ano: 2022



ARRECADAÇÃO FERC - Ano: 2022



ARRECADAÇÃO FUNSEG - Ano: 2022



Fonte: Contas Tribunal 2022; Sistema SIGEF e SCO, 2022.

CONVÊNIO TJMA E BANCO DO BRASIL

As receitas provenientes do convênio entre o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça foram na ordem de **R\$ 21.033.025,30**, de janeiro a dezembro de 2022.

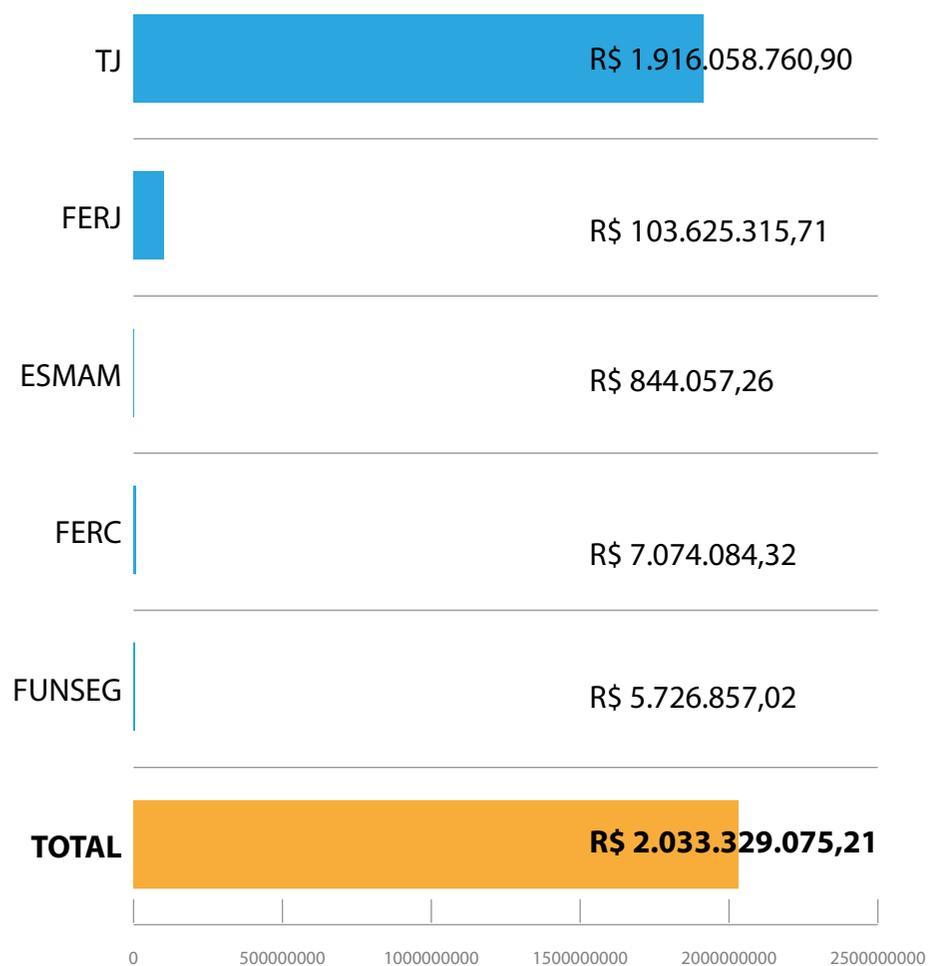
Além das receitas decorrentes das atividades normais dos Fundos, foi arrecadada no exercício a quantia de **R\$ 1.014.148,34**, referente ao desconto do vale-transporte dos(as) servidores(as), que é direcionado para o financiamento do auxílio-bolsa de estudo pago pelo FERJ.

QUADRO RESUMO DAS ARRECADAÇÕES

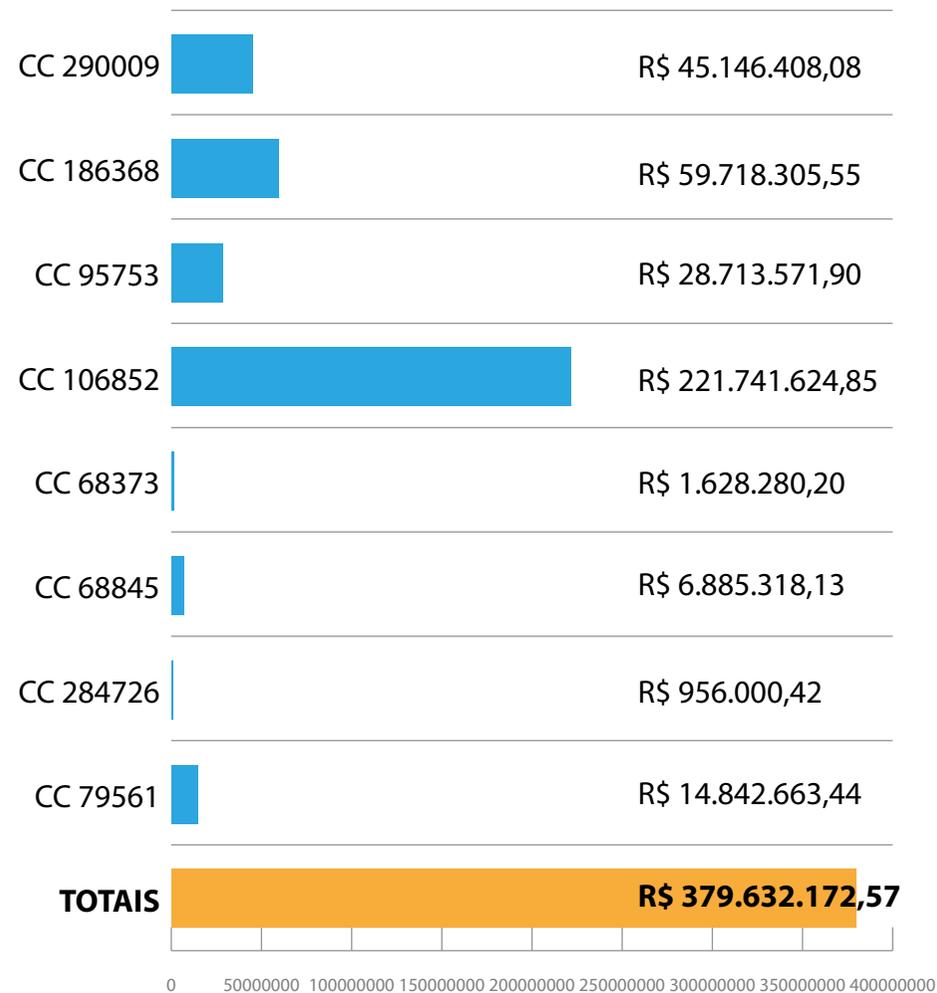
ARRECADAÇÃO 2022	
FERJ (ARREC)	197.862.669,28
FERC	14.439.058,74
BANCO DO BRASIL	21.033.025,30
TRANS VALE (FERJ)	1.014.148,34
LEILÃO	-
FUNSEG	5.429.288,74

Fonte: Contas Tribunal 2022; Sistema SIGEF e SCO, 2022.

MONTANTE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (PAGAMENTO) REALIZADO NO EXERCÍCIO 2022

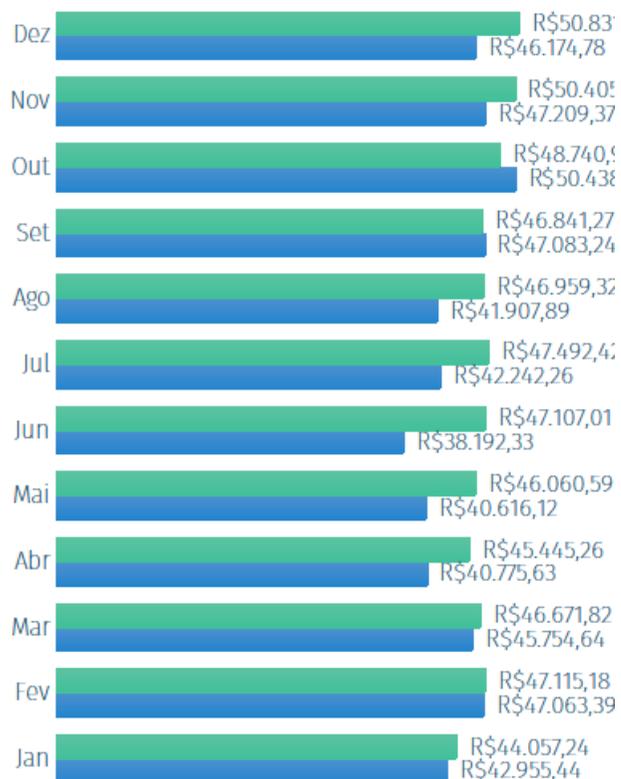


SALDOS FINANCEIROS DAS CONTAS ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUAS UNIDADES GESTORAS

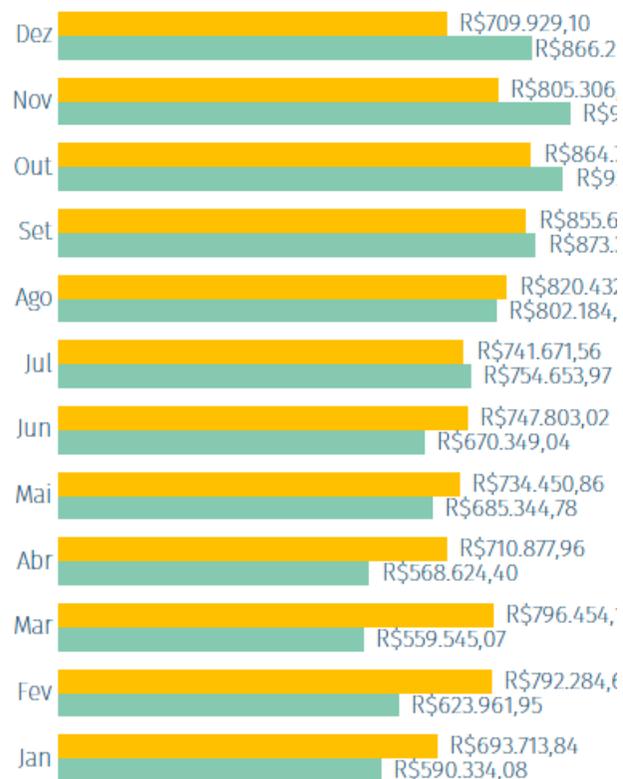


Fonte: Contas Tribunal 2022; Sistema SIGEF e SCO, 2022.

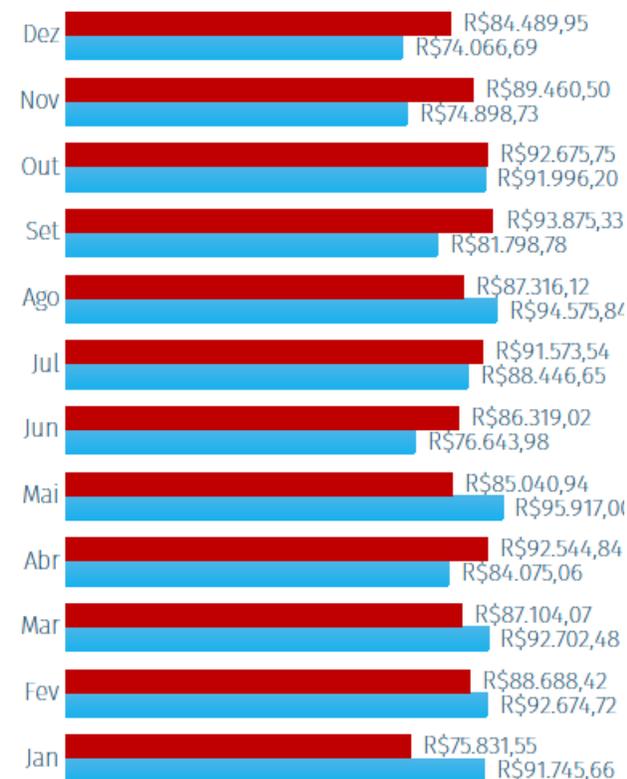
TELEFONIA



ENERGIA ELÉTRICA



ÁGUA



PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DO PLANEJAMENTO POR AÇÃO

Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal, que se destina a organizar

e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2020/2023 foi aprovado por meio da Lei nº 11.204/2019 e autorizou a execução dos programas e ações do Tribunal, conforme a tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS

Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional

Objetivo: Proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e o atendimento de qualidade.

Público Alvo: Sociedade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0543 - Prestação Jurisdicional	4305 - Assistência Suplementar de Saúde - TJ	Proporcionar aos (às) servidores (as) e magistrados (as) ativos (as) e inativos (as) condições para manutenção da saúde física e mental	Reembolso em folha de pagamento aos (às) servidores (as) e magistrados (as) ativos (as) dos gastos, efetivamente comprovados, com Planos de Saúde em benefício próprio ou de seus dependentes legais, respeitados os limites de valor definidos em legislação específica.



Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0543 - Prestação Jurisdicional	4434 - Acesso à Justiça - TJ	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário de forma a promover o acesso à justiça	Desembolsos para despesas de custeio e capital com o fito de dar suporte ao gerenciamento e operacionalização das ações programáticas e para expansão das atividades do Judiciário, inclusive com despesas de pessoal ativo, encargos não previdenciários e serviços terceirizados. Ainda com subvenções sociais, aquisição de materiais comuns e permanentes e contratação de serviços de qualquer natureza, inclusive acompanhamento e monitoramento da execução de obras e contratação de serviços de ampliação e reformas das instalações do Poder Judiciário; além de diárias, auxílio alimentação, passagens e outros desembolsos a servidores (as)
0543 - Prestação Jurisdicional	4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para produção de material gráfico, produção áudio-visual, promoção de eventos, <i>buffet</i> , publicidade e propaganda, assinaturas de TV, jornais e revistas e demais serviços relacionados a ações de comunicação; aquisição de material de consumo e permanente necessários ao desenvolvimento da ação tais como: câmeras, gravadores de voz, microfones, etc

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS

Programa Principal: 0411 – Apoio Administrativo

Objetivo: Prover os órgãos do Estado de meios administrativos para a implementação de seus programas finalísticos e de serviços ao Estado.

Programa	Ação	Finalidade	Descrição
Público Alvo: Governo do Estado			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0411 – Apoio Administrativo	0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos (as) servidores (as) junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	Recolhimento do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA
0411 – Apoio Administrativo	0901 - Contribuição ao Regime Geral de Previdência	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos (as) servidores (as) junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	Recolhimento ao INSS
0411 – Apoio Administrativo	0963 - Contribuição para o Fundo Estadual de Benefícios dos Servidores (as) Públicos Estaduais	Garantir assistência à saúde aos (às) servidores (as), empregados (as) e aos seus (suas) dependentes	Recolhimento do Fundo Estadual de Benefícios do Estado do Maranhão - FUNBEN
PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS			
Programa Principal: 0499 – Operações Especiais			
Objetivo: Realizar despesas obrigatórias decorrentes de comandos legais aos quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como serviços das dívidas públicas, pensões especiais, sentenças judiciais, contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, subscrições de ações em empresas estatais, indenizações judiciais por requisições de pequeno valor – RPV, recomposição do fundo de reserva de depósitos judiciais e afins			
Público Alvo: Estado do Maranhão			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição



Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0499 – Operações Especiais	0970 - Cumprimento de Sentença Judicial - TJ	Garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal	Pagamento de Precatórios
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04102 - Corregedoria Geral da Justiça			
Programa	Ação	Finalidade	Descrição
0543 - Prestação Jurisdicional	4937 - Acesso à Justiça - CGJ	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	Desembolsos para despesas de custeio e capital com o fito de dar suporte ao gerenciamento e operacionalização das ações programáticas e para expansão das atividades do Judiciário, inclusive com despesas de pessoal ativo, encargos não previdenciários e serviços terceirizados. Ainda com subvenções sociais, aquisição de materiais comuns e permanentes e contratação de serviços de qualquer natureza, inclusive acompanhamento e monitoramento da execução de obras e contratação de serviços de ampliação e reformas das instalações do Poder Judiciário; além de diárias, auxílio alimentação, passagens e outros desembolsos a servidores (as)

Para as ações programadas são previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do Poder Judiciário no Estado, pois

fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados

comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2022 foram executadas conforme quadro abaixo:


PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional

Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução	
			Física	Financeira	Física	Financeira
4305	Agente Público Assistido	unidade	46820	39.628.758,00	56096	39.627.951,00
4434	Medido pela despesa	unidade		1.200.589.016,39		1.200.176.587,01
4478	Matéria veiculada	unidade	992	102.140,00	1593	102.140,00
Subtotal do Programa				1.240.319.914,39		1.239.906.678,01

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional (Corregedoria)

4937	Medido pela despesa	unidade	-	26.092.770,00		26.048.429,06
Subtotal do Programa				26.092.770,00		26.048.429,06

PROGRAMA - 0411 - Apoio Administrativo

0900	Medido pela despesa	unidade	-	150.229.115,00		150.228.768,30
0901	Medido pela despesa	unidade	-	31.104.391,00		31.103.432,99
0963	Medido pela despesa	unidade	-	3.357.615,00		3.357.066,77
Subtotal do Programa				184.691.121,00		184.689.268,06

PROGRAMA - 0499 – Operação Especial

0970	Medido pela despesa	unidade	-	704.925.599,57	-	549.498.065,56
Subtotal do Programa				704.925.599,57	-	549.498.061,56
Total geral				2.156.029.404,96		2.000.142.436,69

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Tribunal de Justiça subdivide-se em duas unidades orçamentárias: 04101 – Tribunal de Justiça e 04102 – Corregedoria Geral da Justiça.

Atendendo às disposições previstas na LDO, as dotações consignadas ao Tribunal de Justiça pela Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022 totalizaram R\$ 1.522.044.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte e dois milhões e quarenta e quatro mil reais). No decorrer do exercício financeiro, após as suplementações orçamentárias, o orçamento autorizado para o período foi de R\$ 2.156.029.404,96 (dois bilhões, cento e cinquenta e seis milhões, vinte e nove mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

Por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum

preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento. No quadro vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2022:

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Executado (Emp.)	Perc. de Exec.
0543 - Prestação Jurisdicional	1.117.951.866,00	1.240.319.914,39	1.239.906.678,01	99,96%
0543 - Prestação Jurisdicional (Corregedoria)	25.968.000,00	26.092.770,00	26.048.429,06	99,83%
0411 – Apoio Administrativo	176.901.134,00	184.691.121,00	184.689.268,06	99,99%
0499 - Operação Especial	201.223.000,00	704.925.599,57	549.498.061,56	77,95%
TOTAL	1.522.044.000,00	2.156.029.404,96	2.000.142.436,69	92,77%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programas, apresentados acima, constata-se que o Tribunal de Justiça executou de 92,77 do previsto, exceto quanto ao Programa 0499 – Operação Especial que ficou na faixa de 77% de execução.

Entretanto, se avaliados individualmente

cada programa, principalmente aquele que tem como público-alvo a sociedade, caso do Programa “Prestação Jurisdicional”, constata-se que o percentual de execução se aproximou de 100% (99,96%), produzindo um resultado muito eficaz e plenamente satisfatório.

Por Ação

Os programas são compostos de ações que, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do Tribunal de Justiça, somente a ação “Cumprimento de Sentença Judicial” tem as características de uma operação especial. As demais ações têm características de atividades. A execução das metas físicas e financeiras das ações já foi avaliada quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:

PROGRAMA	PROJ/ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. de Execução
0543 - Prestação Jurisdicional	4305	Assistência Suplementar de Saúde – TJ	39.628.758,00	39.627.951,00	100,00%
	4434	Acesso à Justiça – TJ	1.200.589.016,39	1.200.176.587,01	99,97%
	4478	Comunicação e Divulgação Inst.	102.140,00	102.140,00	100,00%
	4937	Acesso à Justiça - CGJ	26.092.770,00	26.048.429,06	99,83%
0411 - Apoio Administrativo	0900	Contrib. à Prev. do Serv. Publ. Estadual	150.229.115,00	150.228.768,30	100,00%
	0901	Contrib. ao Regime Geral de Previdência	31.104.391,00	31.103.432,99	100,00%
	0963	Contrib. ao Fundo de Benefícios	3.357.615,00	3.357.066,77	99,98%
0499 - Operação Especial	0970	Cumprimento de Sentença Judicial – TJ	704.925.599,57	549.498.061,56	77,95%
Total			2.156.029.404,96	2.000.142.436,69	92,77%

Da análise dos dados acima, pode-se destacar que a maioria das ações tiveram resultados expressivos, com algumas atingindo 100% de execução.

A ação de cumprimento de decisão judicial, em razão de ser uma ação que depende dos repasses do Tesouro Estadual para o seu cumprimento, haja vista tratar-se de despesas com precatórios judiciais, cujo ente devedor é o Estado do Maranhão, teve sua execução no patamar de 77,95%.

Por Categoria Econômica

As despesas públicas são os dispêndios financeiros, autorizados na Lei do Orçamento, realizados para atender aos gastos do poder público, no alcance dos fins para os quais foram programadas. Elas passam por quatro estágios durante o seu processo de execução: fixação, empenho, liquidação e pagamento.

A fixação é a autorização no orçamento para efetuar os gastos. O empenho é o comprometimento do crédito orçamentário para a realização da despesa, efetuado por autoridade competente. A liquidação é o reconhecimento do direito líquido e certo do credor, por ter entregue o material ou prestado o serviço, conforme pactuado. E o pagamento é o último ato, compreendendo a autorização para que a despesa seja efetivamente paga. As despesas do Tribunal foram realizadas

em conformidade com os preceitos legais e respeitados os seus quatro estágios. Atenderam à classificação orçamentária, despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes destinam-se à manutenção e ao funcionamento da unidade e as de capital à aquisição de bens de capital. Ambas foram classificadas corretamente dentro dos elementos de despesas para os quais foram planejadas, e foram devidamente autorizadas pelo ordenador de despesa, dentro da dotação específica e apropriada no elemento de despesa correto.

NOVO MODELO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O antigo modelo de gerenciamento dos créditos orçamentários não permitia maior controle e organização das disponibilidades consignadas ao Poder Judiciário. A classificação básica se dava entre Unidades Orçamentárias, Unidades Gestoras, Ações Orçamentárias e Natureza de Despesas, ou seja, apenas se dizia onde estava o crédito, mas não o porquê desse crédito estar distribuído naquela unidade orçamentária, qual seu objetivo, a que tipo de contratação ou serviço estava relacionado, se era ou não aderente às atividades vinculadas à Unidade Orçamentária, entre outras

informações.

Aquela organização orçamentária não garantia uma execução financeira de qualidade e muito menos recursos suficientes para conclusão do exercício financeiro com liquidação de todas as obrigações geradas dentro do ano, ou seja, poderia criar a situação de encerramento do exercício com insuficiências financeiras, a não concessão de reajustes, repactuações e correções nas contratações já aventadas, redução nos níveis de investimento ou até mesmo a eventual falta de materiais e equipamentos.

A nova proposta de organização orçamentária, além da classificação elencada no primeiro parágrafo, traz uma organização em Planos Internos – Pls aderentes aos objetos e obrigações abraçadas pela peça orçamentária que permite um controle gerencial do orçamento e não apenas técnico contábil. O orçamento passa a ser dividido em Categorias de Programação, Agregadores e Despesas Agregadas, sendo que cada conjunto de informações formará um Plano Interno único dentro da Proposta Orçamentária. O Anexo I da proposta traz a portaria que regulamenta a criação de Planos Internos no Poder Judiciário do Maranhão, entre outras providências. Em síntese, a Categoria de Programação é uma unidade gerencial de planejamento que divide programação de Outras Despesas de Custeio e

Capital – OCC dentro da peça orçamentária em:

- **Manutenção Geral:** relaciona as despesas ou contratos gerais, continuados ou não, que concorrem para o funcionamento, manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas nas unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário;
- **Pessoal:** elenca todas as rubricas e gastos relacionados a subsídios e vencimentos de magistrados (as) e servidores (as), inclusive a Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ;
- **Assunção de Gastos:** categoria que agrupa custos relativos à determinada instalação/ atividade, mantida por terceiro ou outro órgão do poder público (federal, estadual ou municipal) e que passa a ser assumido pela Justiça Comum;
- **Funcionamento de Ação Estratégica:** categoria que concentrará as despesas decorrentes do início de operação de uma determinada Ação Estratégica;
- **Ação Estratégica:** categoria que agrupa projetos e iniciativas singulares das quais resultam um produto para o alcance de um objetivo estratégico definido no Planejamento;
- **Auxílios:** enumera todos os gastos com pagamentos de auxílios, ajudas de custo

e eventuais benefícios a magistrados (as), servidores (as), requisitados (as) e militares à disposição do Poder Judiciário;

- **Decisões Judiciais:** categoria na qual serão alocados os créditos destinados a garantir o pagamento de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado.

Os Agregadores de Despesas consistem em um instrumento de gerência administrativa delimitado por um conjunto de despesas que concorrem para a mesma finalidade dos gastos.

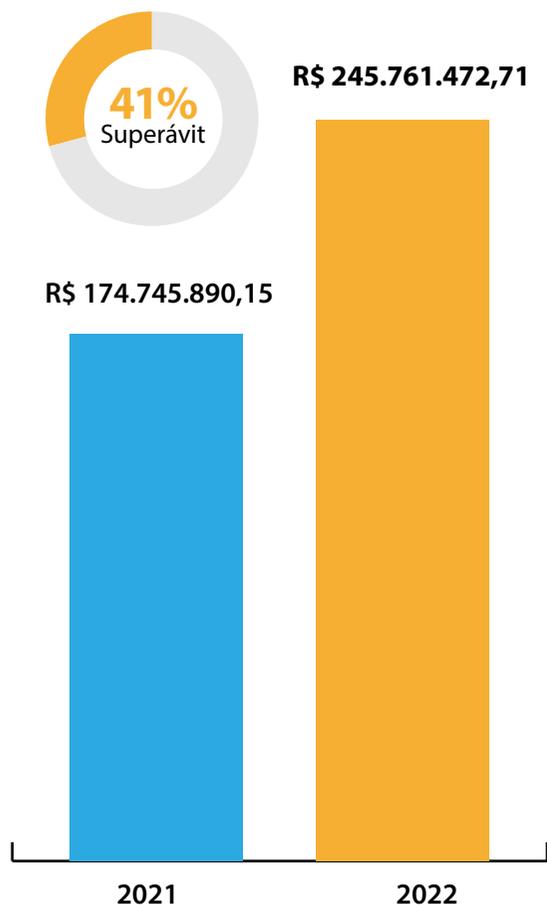
A despesa agregada também é instrumento de gerência administrativa, delimitado por um conjunto de objetos de gastos afins onde a maior relevância é dada à finalidade do gasto e não à sua classificação contábil.

Assim, a nova metodologia de organização da proposta orçamentária servirá de ferramenta não apenas de controle, mas também de gestão e permitirá a mitigação de riscos na atividade jurisdicional, elevação na qualidade das contratações e dos gastos públicos, maior transparência e organização orçamentária, possibilidade de medição da aderência da execução ao seu planejamento, entre outros ganhos.

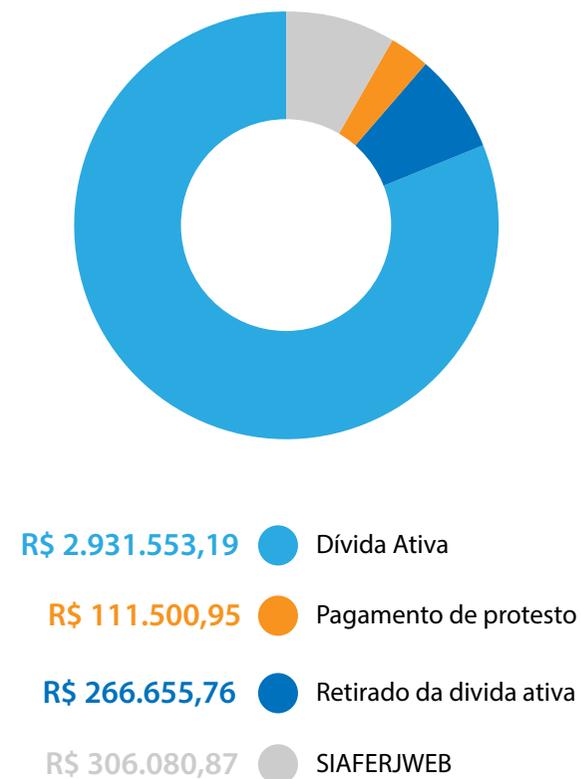
ARRECADAÇÃO - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO

No ano de 2022, o FERJ arrecadou o valor de **R\$ 245.761.472,71**, o que representa um superávit de **R\$ 71.015.582,56** e um crescimento em de **49,92%** em relação ao mesmo período do ano de 2021.

COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO DO FERJ



GERENCIAMENTO DE CUSTAS FINAIS X DÍVIDAS ATIVAS





GESTÃO FERC

R\$ 14.552.843,09

Arrecadação

312.321 atos

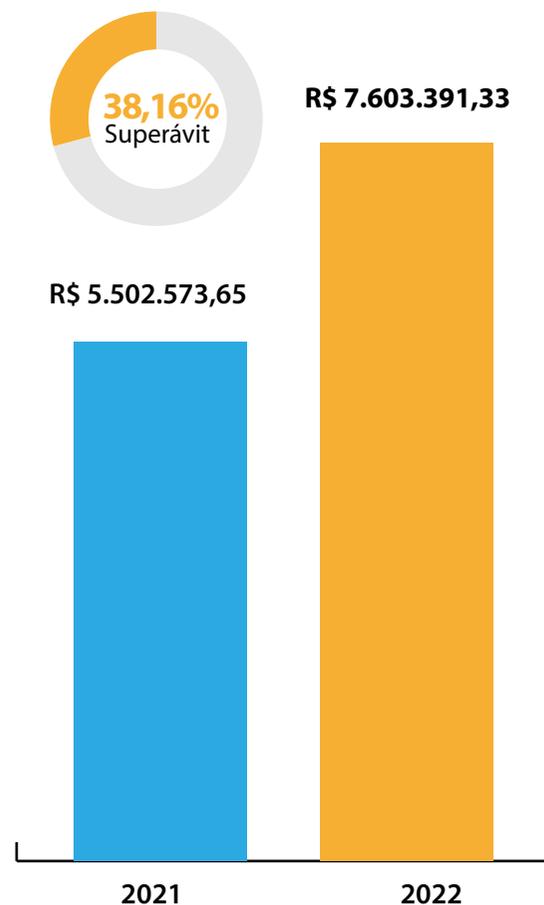
Isenção/compensação não automática

R\$ 7.603.391,33

Compensação financeira: 270.123 atos

R\$ 105.417,60

Complementação da RENDA MÍNIMA das
serventias deficitárias



GESTÃO DE PESSOAS

- Análise e revisão dos oficiais de justiça temporários ativos, em observância ao Procedimento de Controle Administrativo nº 0008910-11.2021.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Saneamento dos processos de auxílio-bolsa, com análise e revisão da situação de todos os auxílios concedidos.
- Solicitação de criação dos campos e-mail pessoal e *WhatsApp* no sistema Mentorh, para fins de proporcionar uma maior interlocução entre o Tribunal de Justiça e seus servidores (as), assegurando a efetividade nas comunicações;
- Publicação de 5.362 atos no Diário de Justiça, dando maior transparência às atividades desenvolvidas pelos setores administrativos do Tribunal de Justiça.
- Dados sobre processos seletivos para servidores (as), estagiários (as) e residentes disponíveis no site do TJMA;
- Concursos de Remoção por edital com publicação no *site*.



Palestra Interativa “Saúde do homem: prevenção sobre câncer de próstata e alimentação saudável”

AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA

- Monitoramento do *Ranking* da Transparência do CNJ;
- Apoio aos setores do TJMA na adequação das informações no Portal do Poder Judiciário, que resultou na classificação do TJMA entre os 10 tribunais de Justiça mais transparentes do Brasil, com desempenho de 97,12%;
- Reunião de revisão dos 3 itens não pontuados no Ranking 2022, cujos critérios já estão sendo;
- Consolidação do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos (EGP) com implantação do sistema Actio de gerenciamento de indicadores, que permite monitoramento em tempo real dos projetos pelos gerentes e pela Alta Administração.

Estruturação, implementação ou planejamento de diversos projetos, dentre os quais:

- Gestão Matricial de Receitas no PJMA;

43

projetos estratégicos do portfólio do PJMA com execução programada para o sexênio 2021-2026.

23% dos projetos estratégicos do PJMA com percentual de execução acima de

60%

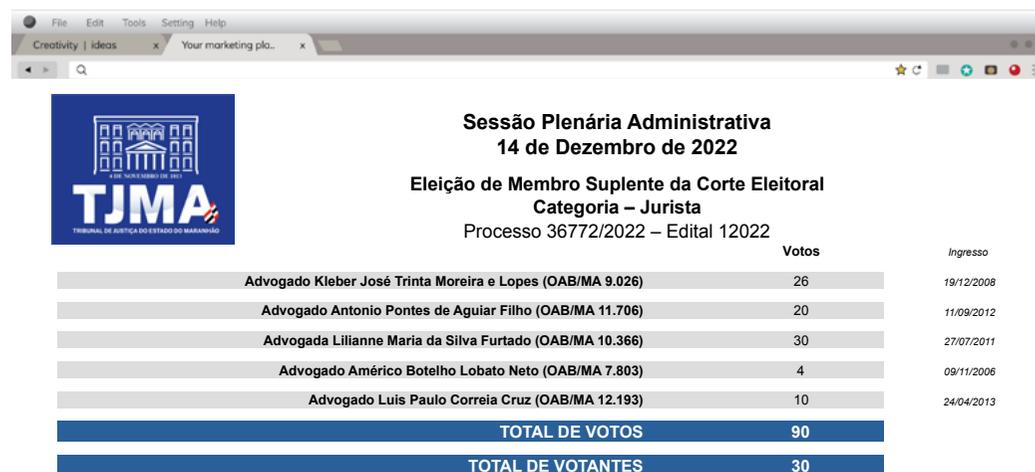
- Gestão Matricial de Despesas no PJMA;
- Virtualização dos processos judiciais;
- Censo do PJMA, envolvendo os setores estratégicos;
- Política de Gestão Documental e da Informação;
- Iniciativas de Inteligência Artificial e Automação;
- Adaptação da estrutura existente às novas tecnologias de segurança.



Treinamento de gerenciamento de projetos na ESMAM

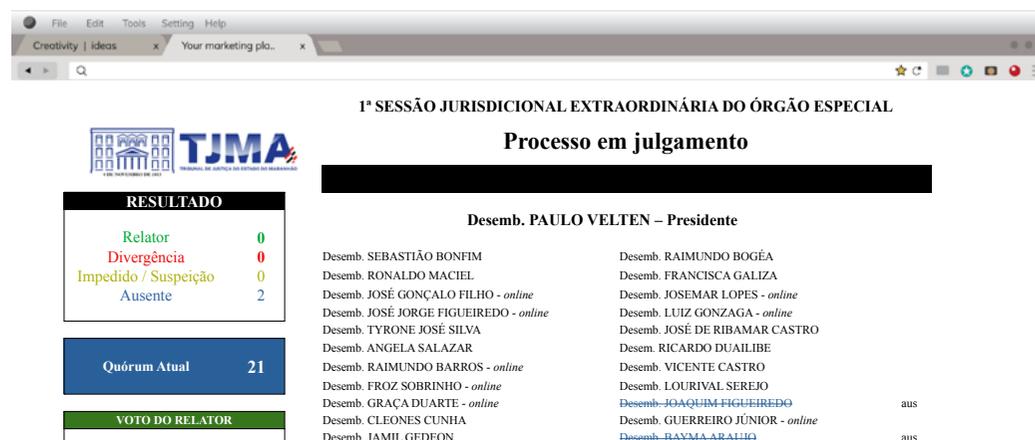
PLENÁRIO

- Disponibilização em tempo real, para os presentes fisicamente, por videoconferência e via *Youtube*, nas sessões jurisdicionais e administrativas do Órgão Especial, de painel onde são computados os votos proferidos, desembargadores presentes e ausentes, bem como o processo que está em julgamento;
- Disponibilização em tempo real, para os presentes fisicamente, por videoconferência e via *Youtube*, dos votos proferidos em eleições e promoções realizadas pelo Órgão Especial;
- Divulgação no site do TJMA do Regimento Interno e do Código de Divisão e Organização Judiciárias consolidados com as últimas alterações realizadas;
- Reformulação da Pauta de julgamentos com novo *layout* e *link* para *download* direto dos processos que serão julgados.
- Criação do Órgão Especial (Lei Complementar 250/2022) e das Câmaras de Direito Público e Privado (Lei Complementar 255/2022), que visam dar maior celeridade ao julgamento de matérias no TJMA.



Sessão Plenária Administrativa
14 de Dezembro de 2022
Eleição de Membro Suplente da Corte Eleitoral
Categoria – Jurista
Processo 36772/2022 – Edital 12022

	Votos	Ingresso
Advogado Kleber José Trinta Moreira e Lopes (OAB/MA 9.026)	26	19/12/2008
Advogado Antonio Pontes de Aguiar Filho (OAB/MA 11.706)	20	11/09/2012
Advogada Lillianne Maria da Silva Furtado (OAB/MA 10.366)	30	27/07/2011
Advogado Américo Botelho Lobato Neto (OAB/MA 7.803)	4	09/11/2006
Advogado Luís Paulo Correia Cruz (OAB/MA 12.193)	10	24/04/2013
TOTAL DE VOTOS	90	
TOTAL DE VOTANTES	30	



1ª SESSÃO JURISDICCIONAL EXTRAORDINÁRIA DO ÓRGÃO ESPECIAL
Processo em julgamento

Desemb. PAULO VELTEN – Presidente

RESULTADO	
Relator	0
Divergência	0
Impedido / Suspeição	0
Ausente	2
Quórum Atual	21
VOTO DO RELATOR	

Desemb. SEBASTIÃO BONFIM	Desemb. RAIMUNDO BOGÉA	
Desemb. RONALDO MACIEL	Desemb. FRANCISCA GALIZA	
Desemb. JOSÉ GONÇALO FILHO - <i>online</i>	Desemb. JOSEMAR LOPES - <i>online</i>	
Desemb. JOSÉ JORGE FIGUEIREDO - <i>online</i>	Desemb. LUIZ GONZAGA - <i>online</i>	
Desemb. TYRONE JOSÉ SILVA	Desemb. JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO	
Desemb. ANGELA SALAZAR	Desemb. RICARDO DUALIBE	
Desemb. RAIMUNDO BARROS - <i>online</i>	Desemb. VICENTE CASTRO	
Desemb. FROZ SOBRINHO - <i>online</i>	Desemb. LOURIVAL SEREJO	
Desemb. GRAÇA DUARTE - <i>online</i>	Desemb. JOAQUIM FIGUEIREDO	aus
Desemb. CLEONES CUNHA	Desemb. GUERREIRO JÚNIOR - <i>online</i>	
Desemb. JAMIL GEDEON	Desemb. HAYMA ARAUJO	aus

TRANSPARÊNCIA JUDICIÁRIA



Reuniões periódicas de prestação de contas



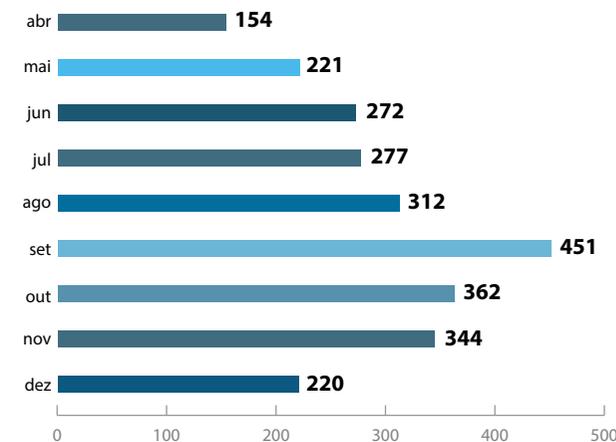
Realização de visitas dirigidas às dependências do TJMA, por alunos do curso de Direito das diversas universidades/faculdades do Estado



BALCÃO VIRTUAL

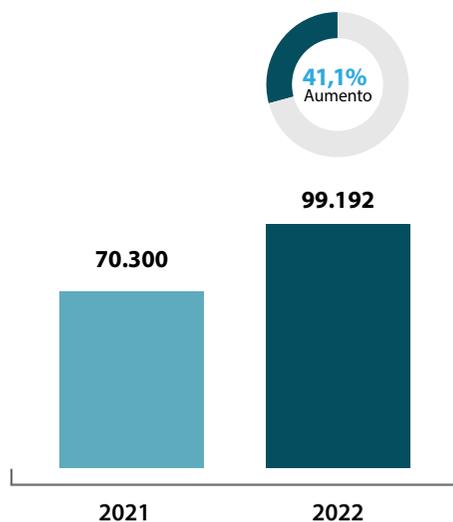
2.613 Atendimentos realizados. Advogados, partes e servidores(as) das unidades de 1º Grau.

ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2022



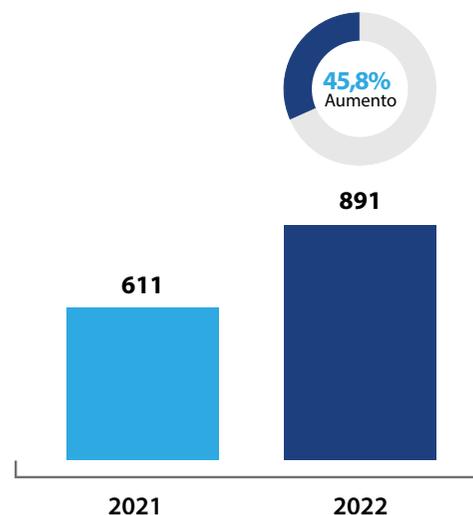
Fonte: Diretoria de Informática

DISTRIBUIÇÕES SISTEMA PJe DE 2º GRAU



Fonte: THEMIS SG

CERTIDÕES EMITIDAS PRESENCIALMENTE NA DIRETORIA JUDICIÁRIA





Diário da Justiça Eletrônico e Jurisprudência - Publicações em 2022

Acórdãos Administrativos	Apostilas	Atas de Reunião	Atos Administrativos	Homologação de Resultado de Licitação	Pautas de Julgamento	Relatórios de Gestão Fiscal	Retificações
60	52	61	2.126	9	1.635	5	42
Avisos de Licitação	Cartas-convite	Comunicados	Decisões	Intimações	Portarias	Resenhas	Sentenças
48	102	385	2.698	23	10.958	693	1
Decisões Administrativas	Despachos Administrativos	Editais diversos	Escalas de Plantão	Mapas Estatísticos	Provimentos	Resenhas diversas	Súmulas Jurisdicionais
2.473	4.328	1.793	5	8	49	78	2
Decisões Administrativas	Despachos Administrativos	Editais diversos	Escala de Plantão	Notificações	Ratificações de Inexigibilidade	Resoluções	Termos diversos
2.473	4.328	1.793	5	5	106	195	15

COMUNICAÇÃO

A Ascom/TJMA é responsável pela comunicação institucional no âmbito do Segundo Grau.

Objetivo: contribuir para o fortalecimento da imagem e credibilidade institucional, junto à sociedade.

Transparência: com base nesse pilar, a Assessoria dá ampla divulgação às ações, serviços e decisões do Poder Judiciário do Maranhão.

Canais: a divulgação é feita por diversos canais institucionais, voltados para os públicos externos e internos.

Imprensa: diariamente, a Ascom envia *releases* para *mailings* formatados de forma estratégica e presta atendimento à imprensa estadual e nacional.

CANAIS INSTITUCIONAIS (PÚBLICO INTERNO)



Intranet:
159
matérias



Portal do RH:
159
matérias



E-mail (Lista Geral dos Usuários):
118
matérias enviadas



Telegram (Canal Mural TJMA):
580
participantes

CANAIS INSTITUCIONAIS (PÚBLICO EXTERNO)



Portal do Poder Judiciário
(www.tjma.jus.br)

1.221
matérias

38
avisos

Rádio Web Justiça do Maranhão:

Todas as sessões de julgamento do Segundo Grau foram transmitidas

Média por sessão de julgamento:
Entre

68 até 114
ouvintes

Média mensal (programação musical):

192
ouvintes



Rádio Web Justiça do Maranhão



YOUTUBE

211.703

Visualizações do canal

5.000

Inscrições do canal

1.079

Vídeos do canal

79.730

Visualizações

1.279

Novos inscritos

2.276

Curtidas

2.228

Compartilhamentos



FLICKR

51

Seguidores

(até 27/03/2023)

1.017.486

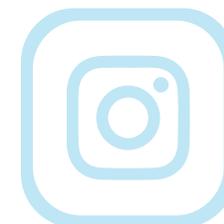
Visualizações (desde 2019

até 23/03/2023)

18.382

Quantidade de fotos

(até 27/03/2023)



INSTAGRAM

48.964

Seguidores

437

Stories

281.255

Interações de Stories

644

Média de interações
por story

514

posts



TWITTER

140.262

Impressões do Tweet

816

Novos seguidores



FACEBOOK

14.952

Seguidores

77.979

Usuários alcançados

11.179 usuários

Visitas à Página

418

Novas curtidas



MÍDIAS EXTERNAS

Inserções positivas nos veículos
de comunicação

1.213 Jornal Impresso

784 TV

987 Rádio

4.142 Internet

49 Revista

4.165 Mídias Sociais

NOVIDADES

Justiça em Minutos

Em 28 de maio de 2022, foi lançado o Justiça em Minutos (JEM) no Instagram, para divulgar as principais notícias da semana do Poder Judiciário do Maranhão.

No formato *Reels*, o JEM oferece um conteúdo criativo, de fácil compreensão, rico em informação, transmitido sempre com uma dosagem de humor

30 edições

155.283 visualizações



Nova identidade visual

A partir do dia 6 de junho, as mídias sociais do TJMA ganharam novo *layout*.

- Os produtos gráficos foram padronizados em manual de identidade visual, com base nos eixos de gestão, aos quais foram atribuídas cores que comunicam diferentes “emoções”.

Governança - azul (justiça, segurança);

Resolutividade - verde (conciliação, satisfação);

Transparência - laranja (inovação, celeridade);

Integridade - verde lima (esperança, confiança).

Metodologia *Inbound Marketing*

- A partir da Metodologia *Inbound Marketing* – conjunto de estratégias de marketing focada em atrair, converter e encantar usuários – o planejamento de conteúdo das redes sociais do TJMA foi reformulado.

- Foram definidos públicos e *personas*, identificados por meio de pesquisas e análises.

- Conteúdos passaram a utilizar a jornada do usuário.

- Pilares de conteúdo foram estabelecidos: “conexão com a audiência”, “conteúdo educativo”, “conteúdo institucional” e “conteúdo social”.

